

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA.
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

HENRIQUE ANTONIO NANINI.

**OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS SÓCIOASSISTENCIAIS E AS
CONTRADIÇÕES SOBRE SUA APLICAÇÃO: ANÁLISE REFERENTE
AO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2020

HENRIQUE ANTONIO NANINI.

**OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS SÓCIOASSISTENCIAIS E AS
CONTRADIÇÕES SOBRE SUA APLICAÇÃO: ANÁLISE REFERENTE
AO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA.**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal.” - Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mânica.

CURITIBA – PR.

2020.

TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Gestão Pública Municipal



Os benefícios eventuais sócio assistenciais e as contradições sobre sua aplicação: análise referente ao município de Itapetininga.

por

HENRIQUE ANTONIO NANINI

Esta monografia foi apresentada às 16:00 do 5 de novembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal** – Polo de Itapetininga - SP, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

RICARDO MANICA

MARIA LUCIA FIGUEIREDO GOMES DE MEZA

LUCIANO DA COSTA BARZOTTO

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/A190BD7B>

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho acadêmico a todos os devotados e empenhados trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social que, com total dedicação e excelência profissional, executam suas atribuições mesmo diante das inúmeras adversidades históricas, econômicas, institucionais e políticas que permeiam seu derredor. Mediante este quadro, vislumbra-se que toda a coletividade (Objeto finalístico desta intervenção estatal) compreenda e se aproprie devidamente desta política pública de modo a torná-la capaz de sanar as desigualdades sociais arraigadas atualmente, construindo-se, portanto, um portal de transição entre as mazelas existentes e um cenário de edificadoras oportunidades a todos os cidadãos. ”

Parafraseando-se as austeras, porém sensatas, palavras do Apóstolo Paulo pronunciadas a dois milênios atrás, as quais foram dirigidas aos Tessalonicenses e perpetuam-se como atuais diante dos cenários vivenciados, tem-se os seguintes ordenamentos:

“Irmãos, em nome do nosso Senhor Jesus Cristo, ordenamos a vocês que se afastem de todos os irmãos que vivem sem trabalhar e que não seguem os ensinamentos que demos a eles: Vocês sabem muito bem que devem seguir o nosso exemplo, pois não temos vivido entre vocês sem trabalhar. Não temos recebido nada de ninguém, sem pagar; na verdade trabalhamos e nos cansamos. Trabalhamos sem parar, dia e noite, a fim de não sermos um peso para nenhum de vocês. É claro que temos o direito de receber sustento; mas não temos pedido nada a fim de que vocês seguissem o nosso exemplo. Porque, quando estávamos aí, demos esta regra: “Quem não quer trabalhar que não coma.” Estamos afirmando isso porque ouvimos dizer que há entre vocês algumas pessoas que vivem como os preguiçosos: não fazem nada e se metem na vida dos outros. Em nome do Senhor Jesus Cristo, ordenamos com insistência a essas pessoas que vivam de um modo correto e trabalhem para se sustentar. Mas, vocês, irmãos, não se cansem de fazer o bem. Se alguém não quiser obedecer ao que estamos mandando nesta carta, vejam bem quem está fazendo isso e se afastem dele para que fique envergonhado. No entanto não o tratem como inimigo, mas o aconselhem como se aconselha a um irmão.” (2ª Carta de São Paulo aos Tessalonicenses; Cap. 3: Vers. de 6 a 14).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço profundamente à Deus, Senhor de todas as coisas, que nos acompanha diariamente em cada uma de nossas batalhas cotidianas e nos transmite doses de sabedoria, tornando-nos capacitados para o nosso desenvolvimento profissional e acadêmico. Através da ação da Santíssima Trindade e do Espírito Santo, nos ministra doses homeopáticas e precisas de fortaleza, sabedoria, resiliência e mansidão para enfrentarmos os desafios recorrentes em nossa vida pessoal, acadêmica e profissional. A ele rendemos toda a honra e a glória, pelos séculos dos séculos.

Sequencialmente, rendo as devidas homenagens à minha família, a qual é meu porto seguro nesta terra, minha base edificadora. A meus queridos e amados pais: Mauricio e Maria Cristina Nanini (Honrados e dedicados pais e trabalhadores os quais, com exemplos vivenciados cotidianamente, sempre realizaram todas suas atividades empregando muita dedicação, doação, amor e fé em Deus) por todo o carinho, dedicação, respeito, fé e amor a mim dedicados durante todas as etapas da minha vida pessoal e acadêmica. Estes sempre permaneceram a meu lado em todos os momentos de alegrias e de intempéries que percorri ao longo da minha existência, inclusive durante os primeiros passos desta jornada de conhecimento e reflexão, apontando a direção e o poder transformador que a educação gera em nossas vidas.

Por tal motivação, sempre recorro a estes exemplos para tentar executar minhas atribuições nesta esfera de atuação com maior excelência possível e me tornar instrumento de transformação social, orientando a todos sem distinção sobre os caminhos que o conhecimento e a educação ofertam à população como mecanismos de transformação humana e social. Sem dúvida alguma, o profissional que me tornei hoje está amparado nas lembranças e incentivos empregados pelos meus pais desde infante.

À minha irmã mais nova Hellen Nanini, com seu pleno potencial acadêmico e criativo, sempre me incentivando em meus projetos e me auxiliando em tarefas com toda demonstração de carinho, companheirismo e amizade, bem como dialogando e discutindo sobre diversas temáticas, sejam elas: políticas, educacionais, culturais, artísticas, econômicas, etc. Com essas discussões, algumas vezes acaloradas, sempre construímos pontes edificadoras entre perspectivas e pontos de vistas diversificados, tornando-se momento de mútua aprendizagem. Ademais, agradeço a ela por haver contribuído diretamente neste trabalho acadêmico, ao disponibilizar seu tempo e capacidade durante a tabulação dos dados coletados

em prol da análise qualificada desta pesquisa, me auxiliando a organizar tais informações e a inseri-las no bojo desta obra.

A meu avô paterno Antonio Nanini (No alto dos seus 95 anos de idade): sempre nos apoiou em nossos estudos e dedicou seu tempo, já na velhice, aos netos através de longas conversas a respeito da vida, da religião, da sociedade, da dedicação fervorosa à ajuda ao próximo em diversos âmbitos e etc. Outrossim, imbuído das atribuições estabelecidas pela “Conferência Vicentina” da qual fora membro ativo durante muitos anos, realizou inúmeras ações em prol de determinadas famílias e comunidades locais. Profissionalmente, desempenhou suas funções como “artífice” com maestria e desenvoltura ao longo de uma carreira ilibada na antiga “Estrada de Ferro Sorocabana”, demonstrando para tantas grandes habilidades com engenhosos trabalhos práticos, técnicos e manuais, bem como capacidade criacionista. Com proatividade e resiliência, sempre empregou sua mão de obra em favor de todos e demonstrou fortaleza interior para permanecer batalhando por sua vida, deixando um magno exemplo a todos ao fim de seu “bom combate”. A meu avô Antonio Nanini, presto minhas devidas homenagens e honrarias com a conclusão desta monografia.

Neste interim, também dedico este trabalho acadêmico a meu orientador monográfico, Professor Ricardo Mânica, o qual demonstrou grande capacidade acadêmica e perspicácia diante do tema abordado neste trabalho, me possibilitando a ampliação de horizontes frente a temática escolhida e me direcionando de forma precisa em momentos em que me encontrara com certa dificuldade de delimitação sobre as propostas. Professor Ricardo, meus sinceros agradecimentos pela paciência, confiança e incentivos a mim depositados, bem como pela dedicação a mim desprendida durante todo este processo construtivo. Serei eternamente grato.

À todos os membros da equipe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS “Marina Raquel Caron de Campos” de Itapetininga – SP sem distinção (Inclusive a todos os que convivi ao longo dos últimos 8 anos de carreira, considerando-se todas as transformações pelas quais a equipe fora submetida, com os quais adquiri notórias experiências que me tornaram o profissional que sou hoje), os quais tornaram-se muito mais que apenas colegas de trabalho: tornaram-se grandes amigos e parte de minha família. A estes profissionais do SUAS, que desempenham de forma dedicada e competente suas respectivas funções, declaro ser uma imensa honra tê-los a meu lado nesta batalha diária em prol da efetivação da Política Nacional de Assistência Social e da efetivação dos próprios Direitos Sociais destinados à toda população.

Em especial, dedico estes agradecimentos a todos os que contribuíram diretamente com o desenvolvimento deste projeto de pesquisa. Desta forma, meus agradecimentos a meu

competentíssimo e querido amigo Assistente Social - Lucas Adriano Ravacci (Coordenador do CRAS supramencionado) por todos os aconselhamentos e direcionamentos destinados a mim, bem como pelas instruções e contribuições efetivas a acerca das referências bibliográficas disponibilizadas para a adequada solidificação e estruturação desta monografia. Logo, estendo meu sincero reconhecimento à minhas eficientes e grandes amigas Sthefani Almeida e Bruna Almeida (Ambas valorosas integrantes da equipe deste CRAS “Marina Raquel Caron de Campos”) pela efetiva e considerável participação na construção deste projeto.

Desta forma, agradeço Sthefani (Estagiária desta unidade e futura Bacharel em Administração) que, através de sua proatividade e de seu conhecimento tácito acerca da tecnologia da informação, me auxiliou no processo de construção deste formulário de pesquisa implementado em plataforma digital e-cloud e disponibilizado para acesso aos entrevistados, bem como utilizou-se de outros mecanismos informacionais para sua divulgação (Através da criação de link’ s e Q.R. Codes para acesso simplificado ao formulário descrito). Sequencialmente agradeço profundamente à Bruna (Parte do corpo Administrativo da unidade referenciada, tecnóloga em Gestão Empresarial com ênfase em Sistema de Informação e futura Técnica em Serviços Jurídicos) acerca de sua generosa contribuição e consultoria no que tange ao emprego de diversificadas estratégias (Marketing Digital) para a correta divulgação deste trabalho e da própria pesquisa através das mídias e redes sociais.

Correlacionando este parágrafo aos agradecimentos supracitados, elencam-se as enormes colaborações sobre a temática à construção deste trabalho acadêmico efetuadas por três especialistas distintos. Citam-se conseqüentemente os nomes dos especialistas: Lucas Ravacci (Funcionário público municipal, graduado em Serviço Social, especialista em Gestão Social e Territorial, Assistente Social e Coordenador do CRAS “Marina Raquel Caron de Campos” conforme fora citado anteriormente); Eliana Maria Fontes Lisboa Caldeira (Funcionária pública municipal graduada em Serviço Social e lotada na Secretaria de Promoção Social sob o cargo de Gestora municipal de Assistência Social); e Rosemara Peixoto de Camargo (Funcionária pública municipal graduada em Serviço Social, especialista em Gestão Pública Municipal e lotada na Secretaria de Promoção Social no Departamento de Vigilância Social). Estes, conforme descreve trabalho em tela, realizaram a minuciosa leitura do texto, bem como a análise das intervenções propostas pela temática referenciada e pela própria pesquisa, comparando-as com viabilidade de aplicação do instrumento desenvolvido para a coleta de dados. Portanto, destino minha profunda gratidão a estes gabaritados profissionais do campo sócioassistencial que, através de seus olhares responsáveis, atuantes,

empenhados e perfeccionistas, ratificaram a validação deste questionário e permitiram sua aplicação à sociedade.

Outrossim, declaro minha eterna gratidão a todos os meus amigos sem qualquer distinção (Pois não seria possível mencioná-los discriminadamente nestas poucas páginas), os quais contribuíram com meu desenvolvimento acadêmico ao longo desta jornada de conhecimento: demonstrando paciência comigo, indicando-me os melhores caminhos a serem percorridos, me ouvindo e apoiando durante todo este processo, etc. A todos estes, desejo com toda convicção de meu coração que as bênçãos e a proteção deste Deus amoroso e misericordioso que nos circunda recaiam diariamente sobre suas vidas, seus lares, suas famílias e suas profissões. E que o Senhor lhes permita colher os frutos de sua divina obra.

Por fim e não menos importante, agradeço imensamente a participação de todos os entrevistados por esta pesquisa, os quais disponibilizaram seu tempo, suas compreensões e interpretações mediante o preenchimento deste formulário. Com isto, em segundo plano, espero haver desencadeado ao menos - mesmo que em um pequeno grupo de cidadãos - uma reflexão sobre o papel das políticas públicas Sócioassistenciais em âmbito municipal, bem como sobre o papel fundamental da população para a efetivação de seus próprios direitos inalienáveis.

RESUMO

Primeiramente, esta monografia apresenta importantes fundamentos que direcionaram as bases que justificam a construção das intervenções estatais no campo sócioassistencial e econômico ao longo dos três últimos séculos, observando-se para tal um cenário desenvolvido globalmente. Concorreram para a consecução destes processos os efervescentes movimentos de classes menos abastadas da sociedade, bem como sua representatividade perante os sistemas de governo, acarretando-se, portanto, a formulação de legislações específicas e a vinculação às Constituições que adotam o acesso a direitos fundamentais em seus conteúdos.

Este constructo permite-nos a compreensão acerca das políticas públicas sócioassistenciais instaladas no Brasil através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), havendo a conseqüente materialização de ambas através da implantação das intervenções promovidas pelo seu Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o território nacional. Estes, por sua vez, subsidiam a empregabilidade dos Benefícios Eventuais para sanar vulnerabilidades pontuais, correlacionando-os as demais ofertas desta política, a qual também apresenta como principal finalidade a intensificação da autonomia dos indivíduos e a desconstrução dos ciclos de vulnerabilidade social.

Todavia, para que se obtenha os resultados almejados por esta política em sua plenitude, faz-se necessário certo alinhamento e integração entre os gestores e executores desta política e os usuários finais deste sistema sócioassistencial. Portanto, após a focalização amostral realizada frente o município de Itapetininga – SP (Cidade onde a estruturação desta política encontra-se em fase avançada de edificação), utiliza-se a priori mecanismos de pesquisa, os quais possibilitaram a coleta de dados que sinalizaram o perfil populacional, seu modo de acesso os benefícios sócioassistenciais elencados e suas respectivas compreensões sobre estes.

Por fim, de acordo com os resultados expostos, conclui-se que neste processo de solidificação dos Direitos Sócioassistenciais e desta política ainda ocorrem severos conflitos entre os objetivos finalísticos previstos e os serviços e atividades ofertados no âmbito da Assistência Social, incorrendo-se em muitas ocasiões no paradigma assistencialista e na falta de compreensão deste campo de atuação por parte da sociedade como um todo. Neste contexto amostral, verificar-se-á a procura populacional por esta

política para a consecução de resoluções imediatistas e pontuais, desconsiderando-se as demais intervenções que permeiam esta política e que oportunizam a longo prazo o desenvolvimento autônomo dos indivíduos e o rompimento com os ciclos de pobreza em todos os aspectos que o compõem.

Palavras-chave:

Cronologia; Assistência Social; Sistema Único; Lei Orgânica; Benefícios Eventuais; Autonomia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- C.F. – Constituição Federal de 1988;
- P.N.A.S. – Política Nacional de Assistência Social;
- N.O.B. – Norma Operacional Básica;
- S.U.A.S. – Sistema Único de Assistência Social;
- M.D.S. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- S.T.F. – Superior Tribunal Federal;
- L.O.A.S. – Lei Orgânica de Assistência Social;
- C.N.A.S. – Conselho Nacional de Assistência Social;
- C.M.A.S. – Conselho Municipal de Assistência Social;
- B.E. – Benefício Eventual;
- C.R.A.S. – Centro de Referência de Assistência Social;
- C.R.E.A.S. – Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
- P.A.I.F. – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;
- P.S.B. – Serviço de Proteção Social Básica;
- P.S.E. – Serviço de Proteção Social Especial;
- S.C.F.V. – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- I.N.S.S. – Instituto Nacional de Seguridade Social;
- Cad. Único – Cadastro Único para Programas Sociais;
- P.B.F. – Programa Bolsa Família;
- B.P.C. – Benefício de Prestação Continuada;
- B.P.C. P.c.D. – Benefício de Prestação Continuada para Pessoas portadoras de Deficiência;
- O.M.S. – Organização Mundial da Saúde;
- I.B.G.E. – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
- P.I.B. – Produto Interno Bruto;
- P.A.T. – Posto de Atendimento ao Trabalhador;
- S.U.S. – Sistema Único de Saúde;
- U.B.S.'s – Unidades Básicas de Saúde;
- P.S.F.'s – Postos de Saúde da Família;
- A.M.E.'s – Ambulatório de Especialidades Médicas;
- C.A.P.S.'s – Centro de Atenção Psicossocial;

PROCON. - Programa de Proteção e Defesa do Consumidor;
C.E.J.U.S.C. – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania;
C.E.C.'s - Centros de Convivência Infanto-juvenil;
C.I.E.E. – Centro de Integração Empresa Escola;
FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo;
E.J.A. – Educação de Jovens e Adultos;
E.N.C.C.E.J.A. - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos;
E.a.D. – Ensino à Distância;
ETEC - Escola Técnica Estadual;
FATEC - Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo;
I.F.S.P. - Instituto Federal do Estado de São Paulo;
U.A.B. - Universidade Aberta do Brasil;
UNIVESP - Universidade Virtual do Estado de São Paulo;
U.T.F.P.R. - Universidade Federal Tecnológica do Paraná;
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
CEPROM - Centro Educacional Profissionalizante Municipal;
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
I.I.E.S. - Instituto Itapetiningano de Ensino Superior;
UNOPAR - Universidade Norte do Paraná;
UNIFSP - Faculdade Sudoeste Paulista;
UNINTER - Centro Universitário Internacional;
F.K.B. - Faculdades Integradas de Itapetininga – Fundação Karnig Bazarian;
SISU - Sistema de Seleção Unificada;
M.E.C. - Ministério de Educação;
E.N.E.M. - Exame Nacional do Ensino Médio;
PROUNI - Programa Universidade para todos;
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
F.I.E.S. - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior;
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Profissionalizante;
P.E.T.I. - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA SÓCIOASSISTENCIAL.....	16
2.2 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SÓCIOASSISTENCIAIS E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRO.....	20
2.3 A PREVISIBILIDADE DOS BENEFÍCIOS SÓCIOASSISTENCIAIS NO BOJO DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	25
2.4 OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, CORRELACIONANDO-OS ÀS DEMAIS ATRIBUIÇÕES DESTE NÍVEL DE ATENÇÃO.....	30
2.5 DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMICO E O INCENTIVO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS.....	38
3. METODOLOGIA DE PESQUISA EMPREGADA.....	41
4. EXPOSIÇÃO DE DADOS COLETADOS E CONCLUSÕES SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS.....	50
4.1. RECORTE GEOGRÁFICO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO ACERCA DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA - SP.....	50
4.2 APURAMENTO E DEBATE ACERCA DOS DADOS COLETADOS	54
4.2.1 - BLOCO 1: "QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO INDIVIDUALIZADO.....	55
4.2.2 - BLOCO 2: "QUESTIONÁRIO SOBRE DIREITOS SÓCIOASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA - SP	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS:	86
APÊNDICES.....	89
ANEXOS.....	117

1. INTRODUÇÃO

O acesso da população aos Benefícios Eventuais emergenciais elencados pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), os quais podem ser considerados como política pública sócioassistencial descentralizada, são gerenciados e aplicados na esfera municipal de atuação através da efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Estes integram um conjunto de programas e atividades estratégicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos municipais que compõem o nível de Proteção Social Básica (PSB).

No que lhe concerne, a Proteção Social Básica prevista preliminarmente no próprio SUAS apresenta como propósitos angulares: a prevalência de Direitos Sociais fundamentais descritos na Constituição Federal brasileira, a superação de vulnerabilidades socioeconômicas de caráter emergencial, o emprego decorrente de outros recursos e estratégias que contribuam para o pleno desenvolvimento da autonomia de indivíduos e famílias e, por fim, o consequente encerramento do paradigma assistencialista – recorrente ao longo da história - e do contínuo ciclo de pobreza ocasionado por tal.

Paralelamente aos benefícios eventuais discriminados pela LOAS – os quais são acessados pela população de modo geral através dos atendimentos e atividades efetuados pelos equipamentos municipais da rede de proteção social básica (principalmente no que tange ao serviços institucionalmente disponibilizados pelos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS) e que ampararia as vulnerabilidades vivenciadas pontualmente -, concorrem outras políticas sócioassistenciais vinculadas à PSB que objetivam a transformação das diferentes realidades em que se inserem os indivíduos e famílias a médio e longo prazo.

Nesta acepção, tais parâmetros, referenciais teóricos e entendimentos sobre as políticas sócioassistenciais subsidiarão comparações entre as previsões legalistas descritas pela própria LOAS em seu arcabouço e as práticas, serviços e fluxos recorrentes no que tangerem aos próprios benefícios eventuais e às políticas públicas de caráter continuado (os quais, habitualmente, entrelaçam-se, desarranjam-se e contradizem-se mutuamente).

Sob estas perspectivas, se estabelece a necessária implementação estratégica diversificada capaz de propagar à sociedade orientações precisas, informações, critérios e demais atributos sobre o emprego destes benefícios eventuais em situações que englobam vulnerabilidades temporárias e específicas, os quais apresentam a finalidade de subsidiar direitos fundamentais que se encontravam na iminência de supressão por diferentes fatores socioeconômicos, familiares e etc.

Parafrazeando-se o parágrafo anterior, os serviços sócioassistenciais muitas vezes visam a garantia circunstancial, pontual e imediata de determinados direitos fundamentais que se encontravam na iminência de violação. Porém, em contrapartida, tais serviços utilizam-se de outros mecanismos, técnicas e métodos complementares essenciais para que a população obtenha a compreensão necessária sobre as funcionalidades destes serviços (critérios, condicionalidades, forma de administração dos recursos públicos aplicáveis, etc.), possibilitando-se seu consequente empoderamento diante destas políticas e a utilização dos benefícios inerentes de forma adequada e consciente.

Problematizando os cenários descritos anteriormente, configuram-se o seguinte questionamento: Como a população (público-alvo das políticas públicas de Direito Social) acessa e compreende os benefícios eventuais e as demais políticas aplicadas nas esferas dos órgãos e entidades que compõem sistema de proteção social básica no âmbito do município de Itapetininga?

Ademais, objetiva-se avaliar os níveis de conhecimento e os consensos dos cidadãos sobre os demais programas sociais e estratégias inerentes ao SUAS implantadas no município objeto de estudo – os quais devem ser trabalhados paralela e concomitantemente aos próprios benefícios eventuais - que visam estabelecer ferramentas para a promoção da autonomia do indivíduo, bem como sua profissionalização e o rompimento definitivo com as vulnerabilidades sociais. Portanto, visa-se inclusive mensurar o comportamento da sociedade ao direcioná-la à garantia de seus próprios direitos já assegurados por leis vigentes, à autonomia e à consequente superação dos quadros cíclicos de pobreza instalados historicamente.

Mediante as afirmativas acima, considerar-se-ão nesta pesquisa outras considerações populacionais e administrativas a respeito de estratégias, mecanismos e demais políticas públicas locais que abrangem diferentes áreas de atuação (geradas pelas três esferas governamentais e aplicadas à população do território local) que oportunizariam a superação definitiva a médio e longo prazo dos quadros subjetivos de pobreza até então instalados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial bibliográfico abordará inicialmente (Em sua primeira e segunda seções) elementos históricos que sumarizam a existência de desigualdades sociais que permeiam a evolução humana (estando estas últimas associadas aos desdobramentos culturais, mercantilistas, socioeconômicos, políticos, etc), bem como o desenvolvimento de ideários e da promoção de diferentes intervenções assistencialistas e sócioassistenciais empregadas ao longo da História.

Sucessivamente, seu conteúdo versará sobre fatores que motivaram a gradativa compreensão da Assistência Social como política pública de direito assegurada pelo Estado, tendo-se em vista a corroboração alicerçada em avanços constitucionais, preceitos legalistas, evoluções técnicas, transformações de ideários, os quais permitiram a edificação de uma ponte entre os fatores que constituem as realidades sociais vivenciadas pelos indivíduos e as subsequentes intervenções políticas-governamentais decorrentes.

As últimas seções apresentarão em seu arcabouço definições oficiais e especializadas no tocante às políticas sócioassistenciais implementadas em solo brasileiro, sendo estas fundamentadas pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela concretização efetiva no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Estas cognições consentirão a conexão entre o embasamento angular destas políticas estatais e as definições sobre a empregabilidade dos denominados benefícios eventuais sócioassistenciais previstos sinteticamente na LOAS, caracterizando-se e focalizando-se sobretudo os que têm sua provisão aplicada em situações pontuais ocasionadas por vulnerabilidades sociais temporárias.

Por fim, neste constructo firmam-se os benefícios eventuais sócioassistenciais aplicados no âmbito do SUAS e da proteção social básica e as demais práticas adotadas por este sistema, configurando-se como finalidade a compreensão dos ideários sociais e administrativos que circundam estas políticas e as próprias contradições relacionadas às finalidades essenciais destes instrumentos de garantia de direitos.

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA SÓCIOASSISTENCIAL

Em consonância às desigualdades arraigadas conforme apontam investigações realizadas sobre a temática, Carvalho (2008, p. 10) sintetiza que a prática da assistência ao outro se estabelece ao longo da história da humanidade desde seus primórdios, fazendo-se presente não somente nas civilizações judaico-cristãs e nas sociedades capitalistas modernas.

Sob esta perspectiva, caracteriza-se a solidariedade social factualmente disseminada, tornando-se alvos de intervenções diversificadas os considerados pobres e incapazes de prover o próprio sustento, os enfermos, os viajantes, etc. Neste contexto, as civilizações assumiram voluntariamente durante séculos o papel interventor perante às desigualdades e mazelas, motivadas sempre pela concepção de que entre os homens nunca deixarão de existir os mais frágeis, carecedores de ajuda alheia. (Carvalho; 2008, p. 10).

Exemplificando-se tais cenários, Carvalho (2008, p. 10) evidencia a existência de registros de ações de assistência social estatal prestadas na Grécia e Roma antigas, como a distribuição de trigo aos necessitados, e na civilização judaico-cristã, que presta - como força moral de conduta - assistência a população como expressão de caridade e benemerência ao próximo.

Contextualizando a evolução histórica destes elementos, Carvalho (2008 apud Carvalho; 2006, p. 15) descreve a Idade Média como um período no qual, sob forte influência do Cristianismo e através de uma doutrina que propagava a vivência fraterna entre os cidadãos, incentivou-se a prática assistencial com a difusão das congregações que apoiavam prioritariamente viúvas, órfãos, idosos e doentes.

Ademais, Carvalho (2008 apud Sposati et al.; 2007, p. 40) assevera que, com o intuito de configurar o desenvolvimento de práticas de assistência e apoio aos considerados aflitos e menos favorecidos durante o mesmo período histórico anteriormente mencionado, associações filantrópicas e religiosas organizaram-se, originando as denominadas instituições de caridade.

Paralelamente a estas conceituações, Dos Santos (2014, p. 18) explicita que a visão sobre as desigualdades sociais está intrinsecamente associada à definição de pobreza, a qual é considerada por analistas e órgãos internacionais (Que se propuseram à busca de indicadores ao longo das décadas de 1970 e 1980 que englobassem a multiplicidade de elementos que a caracterizaria) como uma situação que constitui privação determinada por

diversas dimensões, tais como: acesso ao saneamento básico, à habitação, à educação, à saúde, à cultura e até mesmo à liberdade. Porém, atualmente a abordagem econômica e de renda como critério de pobreza se sobrepõem reiteradamente a esta nomeada como de “Necessidades Básicas”.

A inquietação diante dos panoramas relacionados às desigualdades e, portanto, à pobreza e à exclusão social, estão intrinsecamente associados à construção do próprio sistema capitalista e da sociedade mercadológica que o circunda desde a origem de ambos durante a Idade Moderna na Europa Ocidental (Aproximadamente, do século XVI ao século XIX), sendo relevante ressaltar que este período evidenciou de maneira significativa os considerados “pobres” perante à Sociedade da época (Dos Santos; 2014, p. 25).

Da Silva (2016; p. 19) afiança que o Estado intervém neste cenário apenas após a expansão promovida pelo modelo capitalista, o qual acentua progressivamente as condições precárias de trabalhadores e as decorrentes desigualdades sociais. Segundo Sposati (1998 apud Da Silva; 2016, p. 19), o Estado apropria-se do conceito de assistência em duas formas distintas: por um lado a utiliza como ferramenta de enfrentamento político das questões sociais e, por outro, explora maneiras de tratamento para as intoleráveis condições de vida as quais as forças de trabalho eram submetidas.

Evidenciando-se de tal maneira as práticas históricas retratadas, as quais permeiam profundamente os diferentes sistemas políticos, sociais e econômicos existentes, identifica-se a predominância de determinadas classes dominantes em detrimento das demais classes subjugadas por esta, promovendo-se conseqüentemente as mazelas sociais e a marginalização de grande parcela das populações.

A assistência social, assim como outras políticas sociais, ficou marcada na história brasileira por suas características de dependência econômica para com o mercado mundial. Alinhados a esta conceituação, Behring e Boschetti (2008 apud Freitas e Guareschi; 2014, p. 147) argumentam, por exemplo, que os processos de colonização e escravatura ocorridos entre os séculos XVI e XIX impactaram drasticamente os métodos trabalhistas e demais relações sociais presentes na sociedade como um todo, inclusive no que tange a sociedade brasileira.

É neste enquadramento histórico-ocidental que esta abalizada solidariedade social encontra sua área de atuação, principalmente, em doutrinas religiosas como a judaico-cristã, concebendo a assistência ao outro como prática de caridade, benemerência e de bondade que se realiza através do auxílio ao próximo. (Da Silva; 2016, p. 8). Assim, Da Silva (2016; p. 20) reitera que a relação do Estado com a assistência social é orientada através das

organizações que prestavam os serviços de auxílio, caridade e filantropia, o que acabou por reforçar a ideia de que tanto o Estado como essas organizações eram os grandes benfeitores e a população atendida recebia apenas favores.

De Sousa et al (2013, p. 3) contextualiza o surgimento da assistência social em meio a oferta destes serviços e ações realizados através da articulação entre instituições burguesas e eclesiásticas, as quais exerciam vigorosamente a dominação e o controle sobre as demais classes sociais por intermédio da materialização do assistencialismo. Promovia-se um sistema de organização social alinhavado entre o capitalismo, a burguesia, a Igreja e o Estado com a estrita finalidade de se profissionalizar a assistência social e, simultaneamente, perpetuar o controle exercido por estes. Por sua vez, o Estado se aliava a este ideário e optava por implementar ações legislativas através de uma assistência social considerada populista e assistencialista.

Diante do panorama gerado pelos sistemas assistencialistas como os citados anteriormente (Tornando-se implícito subentendê-los como ideários que não apresentavam a pretensão de realizar distribuição igualitária de recursos econômicos à população e nem mesmo conseguiam oportunizar de forma eficiente, eficaz e efetiva a autonomia dos cidadãos e transformação da realidade social), pela própria inércia da Administração Pública e do Estado ao longo dos anos, Mestriner (2013 apud Da Silva; 2016, p.19) conclui que as intervenções sociais praticadas àquela época não foram desenvolvidas como política capaz de romper com vínculo de subalternidade da população assistida, pelo contrário, a assistência fora utilizada em muitas ocasiões como pano de fundo para a desarticulação de movimentos e reivindicações demandados pela sociedade, valendo-se apenas como uma política de alívio temporário às problemáticas sociais.

Em contrapartida, destaca-se ao longo dos séculos que a gradativa ampliação de direitos civis e políticos às determinadas classes e esferas da população anteriormente excluídas pelos sistemas políticos e socioeconômicos vigentes até então permitiu a construção de reivindicações inseridas na agenda estatal, contribuindo para desconstrução da hegemonia dos interesses das classes burguesas dominantes e pavimentando a estrada para a concretização dos direitos sociais. (Da Silva; 2016, p. 23).

Logo, conforme discorre Yazbek (1995 apud De Souza; 2013, p. 3), a Assistência Social percorreu historicamente um longo enredo que se deslocou repetidamente entre o denominado “assistencialismo clientelista” e o campo da política social e do direito, sendo estes últimos considerados efetivamente como políticas de Estado e um avanço na defesa e atenção de interesses sociais dos segmentos menos favorecidos da sociedade. Neste

universo, a Assistência Social, como afirma Yazbek (1995 apud De Souza; 2013, p. 3), tornar-se-á mecanismo de distribuição das demais políticas públicas, porém tal perspectiva não significou a curto prazo o fim do domínio das chamadas elites sociais sobre tais políticas e recursos. Diante deste quadro, a Assistência Social apenas logrou reconhecimento como política pública e como dever de prestação do Estado.

Neste contexto supramencionado, tais políticas assistencialistas percorreram um longo caminho até se estabelecerem também em solo brasileiro, onde permaneceram arraigadas em meios sociais e governamentais tradicionalistas, assim como se entrecruzaram e se fundiram em muitas ocasiões durante a própria formulação e desenvolvimento dos Direitos Sociais e das políticas públicas de Assistência Social, muitas vezes confundindo-se entre si até os dias atuais. Deste modo, Mestriner (2013 apud Da Silva; 2016, p. 19) exemplifica e configura a prestação da assistência social na sociedade brasileira durante longo período como uma prática predominantemente circunstancial, segmentada e emergencial que mais reproduz a pobreza e a desigualdade, tendo em vista que era executada de maneira descontínua e apenas em situações específicas.

Doravante, De Souza et al (2013; p. 4) enuncia que, após séculos de práticas sociais incessantes que se baseavam em intervenções fragmentadas, individualizadas e tuteladoras (As quais se autoproclamavam como de cunho sócioassistencial e geram até os dias atuais conflituosos sentidos comuns entre as atividades assistencialistas e as afirmativas proclamadas pela política pública de assistência social), a Constituição Federal brasileira promulgada em 1988 torna-se o marco regulamentador desta política que visa a consolidação da Assistência Social como instrumento de garantia de direitos. Nesta acepção, seguem-se na próxima seção as considerações acerca das fundamentações constitucionalistas que subsidiaram, conseqüentemente, a materialização do Sistema Único de Assistência Social brasileiro (SUAS).

2.2 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SÓCIOASSISTENCIAIS E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRO

Outrossim, com o advento do conclamado “Estado de bem-estar social” promovido inicialmente no fim século XIX pelo chanceler alemão Otto Von Bismarck (modelo de organização governamental e socioeconômica que determinava o Estado como gerente central na promoção da seguridade social aos trabalhadores contribuintes, bem como regulamentador do mercado econômico), evidenciou-se a inserção e disseminação dos direitos sociais nas Constituições. Consequentemente, os direitos sociais sucedem a nomeadas prestações positivas do Estado, apresentando como fundamentação a viabilidade de igualdade material entre os membros das sociedades objetivando o combate das desigualdades geradas pela má distribuição econômica e das mazelas sociais decorrentes. (Da Silva; 2016, p. 14).

Neste enfoque, Da Silva (2016; p. 23) sinaliza o surgimento na década de 1940 na Inglaterra de um sistema de seguridade social através de um projeto governamental que se tornou conhecido como “Plano Beveridge” e baseou seu financiamento através da arrecadação de impostos administrados pelo Estado, o qual estabeleceu universalização dos direitos sociais a todos os cidadãos daquele país, garantindo-lhes a proteção social de acordo com as respectivas necessidades e embasando a posterior criação de diversas constituições propagadas pelo mundo.

Em todo caso, de acordo com o que verbaliza Netto (2009 apud Stopa e Mustafa; 2013, p. 106) entre as décadas de 1970 e 1980, o serviço e a assistência social brasileiros atravessaram severas reformulações em seu modus-operandis, principalmente no que diz respeito ao confronto perante o conservadorismo fortemente afinado neste campo de atuação até então. Concomitante, neste mesmo período emergiram da população brasileira inúmeras frentes trabalhistas, sindicais e movimentos civis que se mobilizaram em prol das reformas políticas-eleitorais e constitucionais, as quais contribuíram significativamente para a própria promulgação da Constituição Federal de 1988 e para os avanços no campo do Direito Social decorrentes de sua aplicabilidade.

Diante deste cenário, De Souza et al (2013; p. 4) considera a promulgação da Constituição Federal de 1988 como marco jurídico-legal que efetiva a transição da Assistência Social do campo da caridade e benemerência, para o campo das políticas sociais e do direito social difuso, qualificando-a como política de Seguridade Social fundamentada no

horizonte do empoderamento dos cidadãos e do compromisso e incumbência de execução por parte do Estado. Sintetizando-se nestes termos, a assistência social torna-se um instrumento universal garantidor de direitos sociais a todos os cidadãos sem qualquer distinção entre os mesmos, independentemente de qualquer contribuição requisitada, aplicando seus aparatos sistêmicos com base nas necessidades sociais. (Boschetti; 2006 apud Da Silva; 2016, p. 23).

Em primeiro plano, a assistência social (intrinsecamente inerente à seguridade social) fundamenta-se na perspectiva prática e estrutural de garantia dos direitos sociais e da efetivação das demais políticas públicas previstos inicialmente na Constituição Federal (Brasil; 1988) em seu Artigo 6º e, a posteriori, em seu Artigo 203, tornando o Estado responsável pela gestão e garantia da prestação dos serviços de proteção social destinadas a atender de forma universal e indistinta a toda população em território nacional.

Congruentemente, a Constituição Federal (Brasil; 1988) complementa em seu Artigo 194 que o campo da Seguridade Social compreende um código integrado de execuções dos poderes públicos e da sociedade civil, objetivando afiançar os direitos relativos: à Saúde, à Previdência e a Assistência Social. Inerente esta conceituação supramencionada, a magna-carta brasileira (Brasil, Constituição Federal; 1988) assevera que a Assistência Social deverá ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de qualquer forma de contribuição à Seguridade Social, prescrevendo ainda como objetivos principais: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; etc.

Condizentes com as definições legalistas expressas na carta-magna, a referida execução de ações pelo Estado prevê a formulação e implementação de padrões de proteção social através do desenvolvimento contínuo de legislações, regulamentações, sistematizações, normativas, programas e serviços que visam efetivar direitos e contemplar condições igualitárias e dignas de vida a toda a população sem qualquer distinção. (De Souza et al; 2013, p. 2).

Complementando-se, De Souza (2013 apud Simões; 2010, p. 2010, p. 295) assevera que, legalmente, a Assistência Social visa afiançar a consecução das Necessidades Básicas para promover a redução dos índices de pobreza, introduzindo diversificadas estratégias e ações continuadas como: a implementação de programas que assegurem a geração de trabalho e de renda; a proteção à maternidade, às crianças e aos adolescentes; o apoio à gestantes, às pessoas com deficiência e às pessoas idosas; etc.

Neste contexto, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) fora instituída complementarmente ao capítulo constitucional que referencia a assistência social (integrante

do sistema brasileiro de seguridade social), apresentando como finalidade estrita a institucionalização, sistematização e continuidade das ofertas de serviços Sócioassistenciais às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Desta maneira, a constituição da LOAS representou no Brasil o avanço e emancipação jurídica da assistência social como política pública de Estado. (De Souza; 2013 apud Simões; 2010, p. 295).

Expositivamente, De Souza et al (2013; p. 7) ressalta o SUAS (Sistema Único de Assistência Social – SUAS, instituído legislativamente em 2005 e implementado de forma prática ao longo das últimas duas décadas) como um instrumento estratégico de fundamental importância para a efetivação da própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em todos os seus aspectos, estabelecendo para tal procedimentos técnico-administrativos e organizacionais no que se dispõem à prestação dos serviços sócioassistenciais. Neste âmbito, o SUAS objetiva legitimar, unificar e organizar os serviços ofertados por esta política em todo o território brasileiro, apresentando em seu bojo revoluções nos formatos de gestão, de procedimentos técnicos, etc. (Stopa e Mustafa; 2013, p. 156).

Desta feita, salienta-se para o pleno funcionamento do SUAS e de sua essência finalística, a necessidade de sua Implantação descentralizada nas esferas da administração pública local, inserindo-se nos âmbitos municipais toda sua estruturação técnica basilar capaz de atender às demandas sociais provenientes da regionalidade, as quais se encontram em constante modificação. Ravacci (2018 apud Yazbek; 2014, p. 16) corrobora com a afirmativa supracitada ao enfatizar que a descentralização, de acordo com suas finalidades implícitas, considera as características particularizadas e regionalizadas de cada município, possibilitando neste entendimento a maior aproximação da população com os serviços públicos ofertados.

Todavia, Stopa e Mustafa (2013; p. 156 apud BRASIL; 2011) consideram que, apesar deste sistema ter recebido aprovação em 2005, somente no ano de 2011 fora factualmente concretizado em legislação complementar específica (Lei 12.435 de 2011), expressando em seu Artigo 6º que: “A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).”

Neste contexto, cabe ainda ressaltar a importância da municipalização das estruturas técnico-administrativas e órgãos que compõem o SUAS (Abrangendo os aspectos de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial – dentro de seus parâmetros,

especificidades, normativas e diretrizes legais). Este, não obstante, visa promover a proximidade entre os gestores e agentes deste sistema (Através de uma gestão democrática, participativa e fiscalizadora possibilitada, por exemplo, pelos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS), de acordo com suas efetivas atribuições e funcionalidades estabelecidas, com os destinatários finais dos serviços sócioassistenciais.

Da Silva (2016; p. 26) ressalta esse entendimento declarando que o SUAS abrange em seu conteúdo a subdivisão conceitual entre duas modalidades (Subdivididas de acordo com sua complexidade) da chamada proteção social, sendo estas: a Proteção Social Básica (PSB) que visa a prevenção de riscos sociais e vulnerabilidades e a Proteção Social Especial (PSE) que objetiva a restauração de direitos sociais muitas vezes já conspurcados, violados e completamente deteriorados.

Por outro lado, este aspecto compreende o estabelecimento de um pacto cooperativo tripartite entre as três esferas administrativas (União, Estados e Municípios) que possibilite o financiamento do Sistema e a implantação de programas conveniados entre estes entes para a contínua progressão de sua efetividade. Vinculando-se á conceituação descrita pela Norma Operacional Básica – NOB / SUAS (Brasil, MDS; 2010, p. 125), prescrevem-se que aos gestores das esferas federal, estaduais e municipais cabe a responsabilidade pela organização, articulação, pactuação, estruturação, financiamento e viabilização integrada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), objetivando-se a materialização e operacionalização do SUAS e de todos os elementos que o compõem.

Da Silva (2016, p. 25) complementarmente enfatiza que, ao relacionar as normas constitucionais à regulamentação prevista no conteúdo suplementar da LOAS, constitui-se uma política de assistência social que prescreve sua descentralização político-administrativa com a finalidade de determinar a coordenação geral à esfera federal e a execução dos programas sócioassistenciais às esferas estaduais e municipais, garantindo-se inclusive a participação representativa da população na formulação e controle dessas políticas.

Parafraseando os parágrafos e idealizações anteriores, o SUAS objetiva a transformação da realidade social vigente no país, o encerramento do ideário de caráter “assistencialista” que assumira o papel de combatente benevolente das mazelas sociais que cercearam a população brasileira desde os primórdios de nossa sociedade, o refreamento dos ciclos de pobreza e extrema pobreza perpetuados no decorrer da história da nação, a promoção do desenvolvimento social e a criação de mecanismos estratégicos capazes de impulsionarem a autonomia do indivíduo e das comunidades locais, bem como fazer com que

a população aproprie-se destas políticas públicas e se tornem agentes multiplicadores de seus direitos e deveres inerentes.

Entretanto, contraditoriamente às proposições legalistas vigentes, Stopa e Mustafa (2013, p. 156) detalham que, atualmente, grande parte dos municípios brasileiros ainda se confrontam diante de diferentes impasses históricos que interferem diretamente no processo de implantação e efetivação do SUAS. Deste modo, citam-se alguns elementos que caracterizariam esse fenômeno, como: imposição de desmandos à assistência social; formação de uma agenda cultural e estatal conservadora; o desenvolvimento socioeconômico desigual, concentração desproporcional de renda e riqueza entre as populações; ausência estatal ou a presença parcial na condução das políticas sócioassistenciais, etc. (Stopa e Mustafa; 2013, p. 156).

Configura-se, a partir da temática supramencionada, a inserção dos benefícios sócioassistenciais elencados pelo conteúdo progressista expresso pela LOAS (Intrínsecos às intervenções desenvolvidas pelas políticas sócioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica), focalizando-se principalmente os benefícios eventuais, os quais serão abordados amplamente nas seções subsequentes.

2.3 A PREVISIBILIDADE DOS BENEFÍCIOS SÓCIOASSISTENCIAIS NO BOJO DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição de 1988, como sinaliza Da Silva (2016, p. 45), torna a assistência social uma ferramenta social gerenciada pelo Estado de vital importância para a consecução dos direitos sócioassistenciais, visando-se fundamentalmente a proteção à dignidade da pessoa humana perante os diversificados riscos preexistentes na sociedade, estes últimos produzidos inevitavelmente em razão da atual organização social. Neste contexto o autor prossegue sustentando que, ao se promover a assistência social, não se tem em vista somente as garantias dos “elementos materiais” necessários à manutenção da subsistência humana, mas também se visa principalmente o desenvolvimento dos indivíduos para a conquista de sua autonomia (Da Silva; 2016, p. 45).

Sequencialmente a LOAS é introduzida oficialmente como instrumento jurídico que fundamenta, norteia e traz parâmetros à luz da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estabelecendo diretrizes que subsidiaram a consequente estruturação do próprio SUAS. Por sua vez, conforme verbaliza Simões (2010 apud De Souza; 2013, p. 6) a PNAS, consolidada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) promove, mormente, a salvaguarda cautelar dos interesses e insuficiências de ordem públicos, particularmente de famílias e de cada um de seus membros anteriormente desprovidos socialmente.

Simões (2010 apud De Souza; 2013, p. 6) ressalta ainda que esta política prevê a adoção estratégica de ações pertinentes que estimulem os seguintes fatores: prevenção de riscos; promoção e inserção social de indivíduos e comunidades; provimento de uma gama de seguranças sociais; redução e prevenção de vulnerabilidades. Ainda segundo o autor supracitado, nesta perspectiva considerar-se-ão os riscos sociais decorrentes de eventualidades, tal como o atendimento às necessidades emergenciais e / ou incessantes, as quais decorrem de situações variáveis vivenciadas cotidianamente por usuários e beneficiários deste sistema. (Simões, 2010 apud De Souza; 2013, p. 6).

Ademais, a LOAS, em seu teor legalista, expressa pormenorizadamente imprescindíveis concepções no tocante aos direitos sociais implantados (pautados superficialmente pela C.F. de 1988), nomeando-se os princípios fundamentais que regulamentam sua atuação a partir de seu capítulo II – “Dos Princípios e Diretrizes”. Referenciando-se os elementos que constituem seu cerne, a LOAS conjectura em seu Artigo 4º (Seção I – “Dos Princípios”) os seguintes princípios que passam a reger a assistência

social: Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências econômicas; Universalização dos direitos sociais; Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária; Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza; Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais e dos recursos oferecidos pelo Poder Público, bem como dos critérios para sua concessão”. (BRASIL, LOAS; 1993).

Sposati (2010; p. 8) corrobora com as alusões reafirmando que a proteção sócioassistencial não contributiva concede o acesso da população aos programas, benefícios e serviços independentemente de qualquer modalidade de financiamento anterior ou ulterior, promovendo-se para tal a ampliação do atendimento desta política a todos os cidadãos brasileiros sem qualquer distinção.

Harmonicamente a este conceito de “não contribuição”, Sposati (2010; p. 30) enfatiza que “universalização” (outra conceituação de suma importância) compreende o acesso igualitário de todos os cidadãos brasileiros às políticas de direito sócioassistencial, independente do território federado onde se encontrem estabelecidos. Desta feita, Sposati (2010; p. 30) prossegue sua colocação verbalizando que a “universalização” dos direitos sócioassistenciais prevê intrinsecamente em sua significação os seguintes aspectos: instalação de infraestruturas adequadas; elaboração de planos estratégicos norteadores; padronização de mecanismos de atendimento às demandas vigentes; criação de dispositivos de atenção; implementação de qualidade técnica; etc.

Outrossim, a LOAS cita em sua composição determinadas diretrizes capazes de torná-la viável e efetiva no que tange a seus propósitos e ao atendimento das diversas demandas provenientes da sociedade, das famílias e dos indivíduos que a constituem. Em seu capítulo I “Definições e objetivos”, precisamente em seu Artigo 2º, esta lei orgânica – LOAS (Brasil; 1993) transcreve a ideia de que a política de direito social deve caminhar conjuntamente com as demais políticas praticadas pela administração estatal.

Estes aspectos intencionam a integração de diferentes políticas Intersetoriais que contribuam eficiente e eficazmente para o refreamento da pobreza e das desigualdades existentes (as quais são formadas por diferentes características que compõem a vida humana e se encontram em constante transformação), assegurando-se de tal modo o provimento das necessidades sociais básicas, bem como as mínimas condições favoráveis à concretização desses direitos previstos legalmente.

Concomitantemente à conceituação descrita, os benefícios sócioassistenciais pormenorizados na LOAS constituem um dos elementos de atenção a indivíduos e a famílias previstos no arcabouço do direito à assistência social. Estes foram meramente elencados de maneira subjetiva pela Constituição Federal de 1988, bem como consecutivamente edificados, desenvolvidos, organizados e aprimorados nos anos que se seguiram através de códigos e regulamentações suplementares. Neste viés, a assistência social integra um dos três pilares imprescindíveis da intitulada Seguridade Social, composta também por elementos do próprio Direito à Saúde e à Previdência Social (este último sim, diferentemente da prestação de serviços sócioassistenciais, é de caráter contributivo), rompendo de tal maneira com seu anterior caráter subsidiário de política meramente complementar (Carvalho; 2008, p. 23).

Portanto, através do amparo legalista promovido intrinsecamente pela LOAS, são nos contextos estadual, municipal e distrital que se inserem as aplicações dos benefícios eventuais sócioassistenciais de caráter emergencial devidamente elencados nesta legislação complementar, como também suas respectivas estratégias correlatas. Consonantemente, Carvalho (2008, p. 31) identifica a aproximação da administração estatal às comunidades locais onde se concentram corriqueiramente as dinâmicas da desigualdade, possibilitando-se a participação popular no controle das atividades e intervenções de caráter assistencial e na gestão pública propriamente dita.

Sucessivamente, a esfera federal de administração torna-se articuladora nacional de tal política, apresentando consequentemente como prerrogativa: a padronização das normas da política sócioassistencial, o financiamento e execução dos denominados benefícios de prestação continuada (BPC's); o aporte financeiro aos programas, projetos e serviços que almejam o rompimento com os ciclos de pobreza em âmbito nacional; a incumbência de complementar políticas assistenciais praticas perante os entes estaduais e municipais. (Carvalho; 2008, p. 32).

Neste prisma, Carvalho (2008, p. 32) enfatiza categoricamente que são de competência dos governos estaduais o aporte e aparato técnico, bem como o subsídio econômico aos benefícios sócioassistenciais de caráter eventual (incluindo-se nesta estruturação, por exemplo, os auxílios natalidade e funeral), além dos demais serviços, programas, projetos e ações que visam o enfrentamento das constantes mazelas sociais e, também, das problemáticas emergenciais oriundas de pontualidades.

Deste modo, de acordo com Boschetti (2003 apud Carvalho; 2008, p. 32) e com a hierarquização de responsabilidades entre os entes federados no tocante à prestação dos serviços sócioassistenciais previstos pela LOAS, compete aos Municípios e ao Distrito

Federal: custear e implementar os benefícios caracterizados como eventuais (citando-se como exemplificação o auxílio-natalidade e o auxílio funeral), executar os projetos de enfrentamento à pobreza presente nas comunidades locais referenciadas, efetuar as políticas assistenciais de caráter emergencial e prestar os serviços de Assistência Social de maneira geral.

Todos estes pressupostos definidos pela LOAS configuram o conceito denominado como “descentralização” política-governamental, o qual impacta significativamente no modelo de concentração e de responsabilização hierárquica de poder político em cada um dos entes federados, possibilitando ainda o compartilhamento do poder entre os entes governamentais correspondentes e as organizações comunitárias locais, instituindo-se o termo “autogestão local” como definição deste processo. (Carvalho; 2008, p. 32).

Condizente às explanações acerca dos benefícios sócioassistenciais contidos na LOAS na Seção II “Dos Benefícios Eventuais” (LOAS; 1993, Art. 22), bem como de acordo com transcrição precisa deste código, entendem-se como benefícios eventuais aqueles que visam os seguintes aspectos afiançados legalmente: o pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; o estabelecimento de outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública. (LOAS; 1993, Art. 22).

Em contrapartida, através destas constatações, cabe ainda ao SUAS em âmbito local (trabalho este efetuado na esfera municipal por órgãos municipais da administração pública direta que compõem o SUAS, como: o Centro de Referência de Assistência Social [CRAS], o Centro de Referência Especializada de Assistência Social [CREAS] e às próprias Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social – as quais se dividem costumeiramente entre gestão e execução das políticas sócioassistenciais) a amplificação de abordagens que favoreçam a autonomia e o desenvolvimento profissional dos indivíduos e famílias acompanhadas, promovendo-se aos usuários deste sistema o rompimento definitivo com os ciclos de pobreza e com a completa dependência da assistência basilar das políticas estatais.

Neste contexto e domínio local, salienta-se para tanto a responsabilidade do município (amparado pela capacidade administrativa e pelo congruente cofinanciamento das esferas estaduais e federal) no desenvolvimento contínuo de diversas abordagens estratégicas

e da própria gestão territorial, possibilitando a médio e longo prazo a implantação de institutos e aparatos governamentais e não-governamentais que promovam o efetivo acesso à escolaridade, à capacitação, à profissionalização dos indivíduos de determinada região e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho.

Desta maneira, tornar-se-ia possível agregar a concessão de benefícios eventuais de caráter emergencial para o suprimento de carências basilares á curto prazo, mas trabalhar concomitantemente e em longo prazo a ampliação das perspectivas dos indivíduos no que tangem à sua autonomia profissional e à sua procura por meios dignos de promover sua própria subsistência e de sua família, oportunizando-se para tal condições favoráveis e igualitárias a todos. Contextualizando-se, Sposati (2010; p, 25) verbaliza que se faz necessária uma análise territorial aprofundada sobre fatores que influenciam e favorecem fragilidades locais, bem como um estudo complementar capaz de identificar potencialidades que, trabalhadas e intensificadas corretamente, podem direcionar ao fortalecimento, empoderamento e autonomia das sociedades.

Sequencialmente, a próxima seção conterà explanações sobre os benefícios eventuais, caracterizando-os e, até mesmo, realizando um comparativo com os benefícios de prestação continuada, objetivando-se deste modo a devida diferenciação entre ambos. Paralelamente, se realizará um apontamento, identificando-se órgãos e esferas da administração pública responsáveis por ministra-los.

2.4 OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, CORRELACIONANDO-OS ÀS DEMAIS ATRIBUIÇÕES DESTE NÍVEL DE ATENÇÃO

A LOAS, para subsidiar a garantia de direitos fundamentais destinados à promoção da proteção social básica, adota em sua constituição – além das demais estruturas necessárias para o desempenhar sua finalidade essencial – a provisão de dois distintos campos de atuação no que tangem aos benefícios sócioassistenciais. O primeiro campo de atuação se consolida nos denominados Benefícios de Prestação Continuada (BPC), os quais têm a administração, a sistematização e demais encargos delegados à seguridade social vinculada a união e ao próprio Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Neste sentido, Bovolenta (2016, p. 4) declara que o agrupamento de benefícios categorizados pelo LOAS (O qual engloba os nomeados benefícios eventuais e benefícios continuados) integram o campo de atuação da chamada proteção social distributiva (não contributiva) de completa responsabilidade do Estado para suas respectivas provisões e aplicações. Porém, destaca-se veementemente que a proteção social a que se refere a LOAS não delimita seu campo de atuação apenas no que tange a concessão de benefícios. A compreensão desta conduz à oferta de uma série de outros programas e serviços sócioassistenciais que visam de fato a construção da proteção integral aos indivíduos e às famílias em sua totalidade (Bovolenta; 2016, p. 4).

Em suma, conforme expressa Bovolenta (2015, p. 2) e as legislações complementares, os benefícios de prestação continuada visam o atendimento da parcela populacional que não apresenta ao longo de sua vivência contribuições previdenciárias significativas que permitiriam sua aposentadoria ao atingir-se a inatividade laboral a partir de faixa etária pré-determinada legalmente (atualmente, a LOAS prevê a concessão de BPC a idosos a partir dos 65 anos de idade), bem como aos beneficiários não contribuintes que comprovadamente apresentarem incapacidade temporária, parcial ou crônica de exercerem funções laborativas devido portarem determinadas deficiências (PcD 's – pessoas portadoras de deficiência ou de alguma necessidade especificada) ou em decorrência de quadro de doença severa, independentemente de faixa etária determinada.

Neste contexto, de acordo com o Artigo n.º 20 da Lei n.º: 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, sintetiza-se que os beneficiados pelo BPC passam a fazer jus a remuneração mensal de um salário mínimo alinhada ao piso salarial nacional vigente e aos

reajustes anuais previstos. Em ambos os casos explicitados, os requerentes do BPC deverão apresentar um perfil socioeconômico-familiar e documentações específicas que se enquadrem em critérios e condicionalidades previamente definidos pela própria LOAS e que serão avaliados sumariamente por profissionais técnicos competentes (assistentes sociais e médicos peritos) no decorrer do processo perante o INSS.

Outrossim, conforme discorre sumariamente o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2018; p. 4) em cartilhas suplementares e segundo as próprias alterações vigentes na LOAS a partir de Decreto Presidencial N.º: 8.805 / 2016, cabe ressaltar a imprescindibilidade do requerente e demais membros que compõem sua família se encontrarem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais para efetiva solicitação do BPC durante o processamento diante do INSS, bem como a necessidade de manter a referida base de dados cadastrais constantemente atualizada para sua manutenção.

O Cad. Único, conforme aponta seu manual de gestão implementado pelo MDS (Brasil; 2017, p. 43), apresentará o prazo máximo de 2 anos de validade a contar data de sua última atualização, porém os inscritos nesta base de dados deverão desconsiderar tal prazo na existência de transformações socioeconômicas e comunicar toda alteração ocorrida na realidade familiar a qualquer tempo sob pena de irregularidade perante a prestação de informações autodeclaradas e a consequente extinção do benefício.

Ao observar a realidade municipal do SUAS perante essa demanda constata-se de maneira implícita que, para acessar os mecanismos cadastrais supramencionados, informações e orientações pertinentes ao requerimento e posterior concessão do BPC, os usuários deste sistema se dirigem às unidades de proteção social básica (CRAS) as quais são consideradas as “portas de entrada” para o próprio Cad. Único para programas sociais e para as demais políticas públicas correlatas ao campo sócioassistencial. O próprio MDS (2018; p. 6) descreve em suas publicações e arcabouços informacionais que as gestões municipais deste sistema cadastral (Cad. Único) deverão se adaptar às novas demandas que surgirão a partir dessa regulamentação supramencionada.

Diante de tal perspectiva, sinaliza-se o importante papel dos benefícios de prestação continuada ao vinculá-lo aos níveis de proteção social básica nos municípios e à União através do Cad. Único e do INSS, os quais têm a finalidade de garantir ao idoso e à pessoa com deficiência alguns dos direitos fundamentais à dignidade humana, bem como promover o desenvolvimento, a autonomia e o empoderamento socioeconômico a seus beneficiários.

Deste modo, caracterizam-se ambas as modalidades de BPC (destinadas respectivamente aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência ou de algumas enfermidades especificadas) como programas sócioassistenciais que apresentam a capacidade de gerar autonomia e desenvolvimento continuados aos beneficiários.

Neste sentido, Bovolenta (2015, p. 2) contribui certificando que os benefícios continuados denominados especificamente como Benefícios de Prestação Continuada (BPC) – os quais objetivam assegurar atenção integral a idosos acima de 65 anos de idade e a indivíduos portadores de alguma deficiência, cujo rendimento per capita se encontre dentro dos limites pertinentes adotados pelos critérios preestabelecidos por esta legislação – foram consolidados em contrapartida a outro campo de atuação resguardado pela LOAS: o domínio dos denominados benefícios sócioassistenciais de caráter eventual.

Em contrapartida, no que concerne aos benefícios eventuais descritos pela LOAS, Bovolenta (2015; p. 2) afirma que seu reconhecimento no âmbito da assistência social conferiu ao Estado o dever intervir na vida de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e fragilidade em virtude de episódios atípicos, eventuais, ocasionais e excepcionais ocorridos em seu cotidiano. Deste modo, a previsão legislativa dos conclamados benefícios eventuais podem ser aplicados em todas as ocasiões em que os cidadãos se encontrarem diante de quadros de risco social. (Bovolenta; 2015, p. 2).

Prosseguindo estes raciocínios, Bovolenta (2015, p. 2) verbaliza que, por ser considerada uma modalidade de benefícios a ser empregada para o provimento de subsídios essenciais à população, sua aplicação e efetuada mediante o caráter de emergência e, por tanto, tais ocorrências requerem da Administração Pública as devidas reações e estratégias imediatas e precisas em face das dinâmicas sociais vivenciadas.

Segundo a PNAS (Brasil, MDS; 2010, p. 15), configuram-se inclusive como finalidades atribuídas às políticas sócioassistenciais – visando-se a proteção integral - os estudos e análises sistêmicos direcionados aos aspectos que caracterizam os conclamados riscos sociais e as sujeições às vulnerabilidades aos quais são submetidos indivíduos e famílias, considerando-se em contrapartida o emprego de diferentes recursos e métodos imprescindíveis ao enfrentamento das consequências acarreadas pelas circunstâncias supramencionadas e ao desenvolvimento das potencialidades individuais e comunitárias.

Deste modo, a PNAS (Brasil; 2010, p. 15) apresenta uma inovadora interpretação sob a ótica social, tornando-se um instrumento norteador capaz de observar: dissemelhanças sociais; compreensões sobre circunstâncias e condicionantes sociais que cercam as vivências do indivíduo e de sua família; determinantes estruturais e comunitários

que favoreçam as aquisições de proteção e autonomia; etc, exigindo-se para esta finalidade confrontar-se a interpretação macro e social com a interpretação micro social.

Di Giovanni (1998 apud Brasil, MDS; 2010, p. 31) verbaliza de modo sintético que a Proteção Social é materializada institucionalmente através de diretrizes e estruturas que a própria sociedade estabelece para proteger parte ou o conjunto dos indivíduos que a compõem, considerando para tanto substanciais adversidades diluídas em condições atreladas à velhice, à doença, à infância, aos infortúnios, às privações e às formas de distribuição e redistribuição materiais (Como comida e dinheiro) e imateriais (Bens culturais, técnicas, conhecimentos), etc.

Deste modo, como expressa claramente a PNAS (Brasil, MDS; 2010, p. 33), a proteção social básica é o mecanismo estratégico governamental instituído no âmbito do SUAS com o objetivo de prevenir riscos sociais (E os elementos que os integram) através do denominado desenvolvimento de capacidades potenciais, das aquisições individuais e coletivas, do empoderamento dos cidadãos perante direitos consagrados, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, etc.

Sequencialmente, a PNAS (Brasil, MDS; 2010, p. 33) relaciona a destinação desta política à população que apresenta, dentre outras caracterizações, as vicissitudes da vulnerabilidade social originadas pelos quadros de pobreza, de privação (Ausência de fontes de rendimento; ausência de labor e ocupações dignas; precarização ou nulidade no tocante aos serviços públicos ofertados pelo Estado; etc.) e de fragilidade de vínculos afetivos (Discriminações étnicas; discriminações etárias; discriminações de gênero ou por deficiências; etc.).

Como aponta a Política Nacional de Assistência em sua uniformização regulamentar (Brasil, MDS; 2010, p. 34), os benefícios de prestação continuada e os benefícios eventuais são componentes vinculados ao SUAS em seu nível de proteção social básica, sendo estabelecidos de tal modo de acordo com a natureza intrínseca de suas execuções, as quais adotam a implementação de serviços, programas e projetos territorializados de acolhimento, convivência e socialização - consoantes ao reconhecimento de vulnerabilidades presentes no território – a serem organizados em rede de inserção e promoção de famílias e indivíduos nas diversas políticas ofertadas (Incluindo-se as pessoas portadoras de deficiência / necessidades especializadas).

Infundido em seu teor normativo e orientador, a PNAS (Brasil, MDS; 2010, p. 34) expõem importantes considerações tangentes à estimulação da autonomia dos usuários do SUAS no gozo dos benefícios auferidos pelas políticas Sócioassistenciais, propondo-lhes

diferentes estratégias que promovam seu empoderamento perante os direitos assegurados e os dinamismos das vivências socioeconômicas cotidianas.

Desta feita, assim como a LOAS prescreve sumariamente a provisão dos benefícios eventuais em seu artigo 22, a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, MDS; 2010, p. 34) os introduz referencialmente em seu texto como concessão gratuita de benefícios sócioassistenciais aplicados à população em forma de espécie ou de pecúnia, as quais objetivam o atendimento a determinadas carências temporárias oriundas de eventualidades que produzem vulnerabilidades situacionais relacionadas aos chamados: ciclo de vida; desvantagens personificadas; ocorrências de incertezas que podem acarretar perdas e danos; etc.

Dentre as atribuições asseguradas ao âmbito da proteção social básica, destaca-se inclusive o papel central de articulação intersetorial das demais políticas públicas, encaminhamentos, serviços, programas, projetos e benefícios disponibilizados no território referenciado, visando-se o desenvolvimento autossustentável das ações executadas e o empoderamento protagonista de famílias e indivíduos afiançados, estimulando-se de tal maneira o encerramento das condições desfavoráveis de vulnerabilidade e a subsequente prevenção de riscos potencializados. (Brasil, MDS; 2010, p. 35).

A PNAS enfatiza a presença estatal – em âmbito municipal - dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os quais assumem o caráter de órgão sócioassistencial da administração pública direta responsáveis pela maior parcela da execução de ofertas, benefícios e serviços de proteção social básica, havendo também a imprescindível coparticipação indireta de entidades e organizações sócioassistenciais fixadas nas áreas de cobertura das unidades CRAS. (Brasil, MDS; 2010, p. 35). Estas, por sua vez, em muitas oportunidades, tornam-se subsidiariamente o complemento tonificante das intervenções ofertadas pela proteção social básica e elo para a construção das transformações sócioassistenciais almejadas.

Ademais, conforme complementa a própria PNAS (Brasil, MDS; 2010, p. 35), o CRAS executa suas atribuições e programas com total direcionamento à famílias e indivíduos inseridos em seus respectivos contextos comunitários, visando-se orientações sobre estas perspectivas, o consequente fortalecimento da matricialidade familiar e o enriquecimento do convívio coletivo através das bases implementadas pelo denominado Programa de Atenção Integral à Família – PAIF.

Mediante o exposto, o CRAS torna-se o maior responsável pelo desenvolvimento e execução do Programa de Atenção Integral às Famílias na esfera

municipal de atuação, realizando estratégias adequadas de acordo com as características da região territorializada, valorizando as heterogeneidades locais, considerando as particularidades de cada grupo familiar e as diversidades culturais com a intenção de se promover o fortalecimento dos vínculos preexistentes. (Brasil, MDS; 2010, p. 35).

Ademais, cabe ressaltar ainda que, de acordo com os parâmetros estipulados pela PNAS (Brasil, MDS; 2010, p. 35), as equipes multiprofissionais alocadas nos CRAS devem proporcionar informações e orientações fidedignas para os usuários SUAS de sua área de atuação, concebendo para tal a articulação efetiva entre os órgãos de direito à cidadania da rede de proteção social presentes no território. Inerentemente às tratativas descritas acima, os CRAS deverão também instituir e manter um serviço ativo de vigilância social, o qual subsidiará a sistematização e a difusão de importantes dados relacionados a área de intervenção em que foram estabelecidos, não desconsiderando, contudo, as importantes ligações externas presentes em outros territórios que podem contribuir para o aprimoramento desta política sócioassistencial. (Brasil, MDS; 2010, p. 35).

Compete ainda ao gestor municipal de assistência social direcionar o empenho das equipes multiprofissionais para efetuar o mapeamento e organização da política sócioassistencial de proteção básica, promovendo desta forma os seguintes elementos: inclusão das famílias nos serviços sócioassistenciais locais; encaminhamento populacional para a oferta das demais políticas públicas complementares presentes na região (Possibilita-se, conseqüentemente, o progresso dos serviços Intersetoriais que possibilitam a sustentabilidade deste sistema). (Brasil, MDS; 2010, p. 35).

Sincronicamente a estas idealizações, Ravacci (2018; p. 5) ratifica a responsabilidade da gestão social e territorial vinculada a PSB, como estruturação administrativa articuladora da rede socioassistencial e da própria rede intersetorial inseridas no âmbito dos municípios (Considerando-se para tal os órgãos e secretarias que oferecem o acesso efetivo da população aos diversos programas, benefícios e projetos).

A Política Nacional de Assistência Social (Brasil, MDS; 2010, p. 36) enfatiza contundentemente que os serviços e programas de proteção social básica sócioassistenciais devem potencializar os núcleos familiares como unidades basilares da sociedade, concebendo para tal o emprego de métodos capazes de fortalecer vínculos internos e externos de amparo, de gerar o protagonismo e autonomia de seus membros e de ofertar uma gama de serviços locais que apresentam como propósito: a convivência, a socialização, o acolhimento e a promoção da integração ao mercado de trabalho à famílias cujos vínculos não se encontrem rompidos.

Em conformidade ao que prevê a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB / SUAS (Brasil, MDS; 2010, p. 90), a proteção social de Assistência Social compõem-se de um agrupamento de, intervenções, cautelas, atenções, interações, programas, benefícios e auxílios disponibilizados pelo SUAS e seus organismos descentralizados, os quais objetivam a redução significativa de danos sociais e a prevenção de impactos inevitáveis causados pela sujeição às fragilidades naturais decorrentes dos ciclos de vida e da própria dignidade da pessoa humana.

Conforme sintetiza a NOB-SUAS (Brasil, MDS; 2010, p. 90), a proteção social promovida pelas políticas assistenciais em seus diferentes níveis de atuação apresenta, como fundamentação objetiva, o direcionamento ao desenvolvimento humano e social, bem como aos direitos de cidadania.

Adotasse, entre outras dimensões estratégicas previstas pela PNAS, a transferência direta de renda aos assistidos pelo SUAS através da implantação de programas sociais subsidiados pelos próprios fundos nacionais de Assistência Social, permitindo-se a seus beneficiários o acesso à renda. (Brasil, MDS; 2010, p. 94).

Todavia, diante de um quadro arraigado de não regulamentação - no âmbito dos municípios - dos benefícios eventuais descritos pela LOAS, grande porcentagem destes promove ainda a materialização dos benefícios eventuais aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social temporária através da concessão dos reconhecidos benefícios de cesta alimentação.

Diante desta afirmativa, Pereira (2010 apud Bovolenta; 2013, p. 276) revela que, costumeiramente, as provisões dos benefícios eventuais descritos sumariamente pela LOAS ocorrem no âmbito da administração pública municipal de acordo com as especificidades locais. Desta feita, os municípios os administram e os aplicam de acordo com suas próprias interpretações e sentidos comuns (Pereira, 2010 apud Bovolenta; 2013, p. 276).

Neste ângulo sobre às práticas municipais referenciadas, Pereira (2010 apud Bovolenta; 2013, p. 276) descreve negativamente a existência de atividades sócioassistenciais (Assistência Social reconhecida constitucionalmente como Política Pública de direito e de cidadania) vinculadas ainda às práticas caritativas consideradas como de assistencialismo, as quais permanecem contrapondo-se às evoluções técnicas do campo sócioassistencial, tornando-se subterfúgios caracterizados como “não-direito social” e ocasionando entraves na promoção da efetividade destas políticas públicas.

Neste ponto de vista, Bovolenta (2013, p. 276) ressalta que grande parte da administração municipal opta por não efetuar modificações na execução ou regulamentações

no que tangem aos aspectos que compõem a concessão destes benefícios eventuais, já que tais descrições sobre a regularizações destes direitos envolvem, em muitas ocasiões, interesses particularizados de cunho econômico, político, social, cultural, dentre outros, que se sobressaem sobre os interesses públicos da coletividade.

Exemplificando-se estes modelos de benefícios sócioassistenciais de caráter eventual executados por diversos municípios em todo o território nacional como fora citado, explicita-se a provisão das denominadas “cestas básicas” como forma de cessão destes recursos à população presente historicamente nas práticas da “assistência social”, sucedendo-se de tal modo desde o início do fornecimento deste auxílio e tornando-se alvo de uma revisão previsível e extremamente necessária.

Problematizando o cenário em tela, conforme orienta Bovolenta (2010; p. 283), verifica-se a existência de inúmeros obstáculos para a execução adequada dos programas e benefícios de caráter eventual, considerando-os orbitando a dimensão do direito social conforme prescreve a PNAS. Em contrapartida, a autora prossegue sua explanação ao considerar a concessão de cestas básicas a expressão da benevolência e da caridade, a qual constantemente vê-se em rota de colisão com as atenções estatais devidas e com o efetivo direito dos cidadãos (Bovolenta. 2013, p. 283).

Ademais, Bovolenta (2013; p. 283) sinaliza diretrizes estratégicas que reverenciam modos operandis favoráveis à execução adequada deste campo de atuação, objetivando-se a consecução das finalidades prevista pelo SUAS, dentre elas, a garantia de direitos sócioassistenciais e o incentivo a autonomia cidadã.

Neste contexto, complementarmente às funcionalidades previstas pela Política Nacional de Assistência Social e pelo consequente Sistema Único de Assistência Social, se insere o próximo capítulo destinado a expor as construções efetuadas por estas políticas públicas para o favorecimento do desenvolvimento individual, bem como para o incentivo ao importante processo de profissionalização como parte das transformações propostas.

2.5 DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMICO E O INCENTIVO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

Em contraposição aos subterfúgios e elementos consonantes à concessão de benefícios eventuais realizada para sanar vulnerabilidades apenas pontuais, inserem-se diversificadas estratégias e políticas públicas que têm como motivação fundamental a construção de um sujeito de direito, edificando-o em bases previstas legalmente pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o inserindo nos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – instância executora das referidas políticas sócioassistenciais. (Serpa et al; 2015, p. 431).

Neste contexto, portanto, Serpa et al (2015; p. 431) assegura que as políticas públicas sócioassistenciais têm como finalidade concentrar esforços em indivíduos e em seu entorno comunitário, considerando para tanto as problemáticas relacionadas à renda e à construção de autonomia que os circundam cotidianamente e, por fim, transformando-os em sujeitos edificadores de direito.

Correlacionando-se as percepções descritas anteriormente, o sociólogo indiano Amartya Sen (2000 apud Serpa et al; 2015, p. 432) descreve, dentre as atribuições da política de Assistência Social, a responsabilidade de desenvolver as potencialidades e as capacidades cognitivas e autonômicas de cada indivíduo e de suas famílias, remetendo-se o ideário de vulnerabilidade e pobreza à duas dimensões distintas:

Ademais, Sen (2000 apud Serpa et al; 2015, p. 432) ressalta que as políticas públicas do campo de atuação sócioassistencial devem priorizar ações voltadas ao desenvolvimento das capacidades individuais e da profissionalização de seus usuários, fazendo com que os indivíduos se tornem autônomos, livres e sustentáveis, bem como favorecendo consequentemente, após estas etapas, o provimento de suas próprias necessidades.

Portanto, Serpa et al (2015; p. 432) explicita que o real enfrentamento à pobreza e às vulnerabilidades sociais tipificadas pressupõem investimentos em processos capazes de desenvolver as capacidades fundamentais dos indivíduos para que se tornem sujeitos autônomos e capazes de agir por conta própria, tornando o poder público e o Estado incumbido meramente de subsidiar e oportunizar aos mesmos os mínimos para que tal processo ocorra efetivamente.

Serpa et al (2015; p. 432) define, desta maneira, a autonomia como parâmetro ético e político, o qual discorre analiticamente sobre os modos de vida e de subsistência do indivíduo, avaliando-se para tanto as capacidades e oportunidades que envolvem seu derredor e fomentando redefinições para seu desenvolvimento e transformação de sua realidade.

Consecutivamente, Costa e Marguti (2015 apud Serpa et al; 2015, p. 433), conforme a obra didática “Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros”, associam a existência e implementação das políticas públicas do campo sócioassistencial às circunstâncias de vulnerabilidade, fazendo-se alusão às condições insatisfatórias no tocante à infraestrutura, desenvolvimento humano, renda e trabalho promovidas pela intervenção estatal, as quais originam a precarização dos vínculos comunitários e contribuem severamente com elementos como: o analfabetismo e desqualificação profissional.

Contudo, frisa-se a execução da política de Assistência Social como instrumento de proteção de direitos que se compromete a consignar não somente as insuficiências fundamentais e básicas que permeiam à vida individualizada e coletiva, mas sim, paralela e fundamentalmente o desenvolvimento das capacidades humanas para geração de autonomia. (Brasil, MDS; 2009 apud Serpa et al; 2015, p. 434).

Neste condicionamento, Serpa et al (2015; p. 434) sinaliza as intervenções efetivadas pela política sócioassistencial sob duas perspectivas que concorrem para a transformação da realidade sócia, a da provisão das denominadas necessidades fundamentais e a do desenvolvimento autonômico dos indivíduos:

Deste modo, a Proteção Social Básica (PSB) configura-se como instrumento norteador que preconiza estratégias para a prevenção de certos riscos particularizados e sociais, empregando-se mecanismos que favoreçam o desenvolvimento de potencialidades, competências, capacidades e aquisições imprescindíveis para o exercício do autogoverno e da independência individuais (Brasil, MDS; 2009 apud Serpa et al; 2015, p. 434).

Consequentemente, o MDS (Brasil; 2009 apud Serpa et al; 2015, p. 434) destina às políticas públicas sócioassistenciais a promoção e execução de diversificados serviços, programas e projetos que visem o pleno desenvolvimento dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (PNAS / SUAS), citando-se como principais exemplificações: Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o Programa Bolsa Família; o Programa Nacional de Acessos ao Ensino Técnico e Profissionalizante (PRONATEC); o Projeto “Primeiros Passos”, o Projeto “Investimento Cidadão”, dentre diversos outros.

Nesta ótica supramencionada, apresentando-se um quadro exemplificado de circunstâncias vivenciadas, conforme aponta definição inscrita na obra “Atlas da Vulnerabilidade”, Costa e Marguti (2015 apud Serpa et al; 2015, p. 434), verifica-se a execução de certos procedimentos que têm a finalidade de intervir na vulnerabilidade circunstancial da família “X”, sendo esta vulnerabilidade materializada por inúmeros indicadores que englobam às condições de habitação, estruturação, escolarização, profissionalização, trabalho, remuneração, etc.

Mediante o hipotético quadro de fragilidades e vulnerabilidades apresentado pela família “X” citada no parágrafo anterior, considerando-se os parâmetros técnicos e executórios da Proteção Social Básica (PSB) no que diz respeito à assistência aos usuários deste sistema de direitos por meio do fomento ao desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, MDS; 2009 apud Serpa et al; 2015, p. 434), foram realizados os seguintes modelos de encaminhamento para amparar a família supramencionada.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA EMPREGADA

Para atribuir embasamento às análises dos cenários propostos, assim como oportunizar a obtenção de novos conhecimentos acerca das realidades socioeconômica e sobre as intervenções exercidas pelas políticas sócioassistenciais (Considerando-se, portanto, a inclusão neste processo das demais políticas Intersetoriais presentes no território referenciado) no município em tela – as quais poderão subsidiar futuramente os processos de aprimoramento voltados para a referida área de atuação - inicia-se uma pesquisa aplicada à certa amostragem da parcela populacional. Ademais, os estudos sobre tais fatores visam possibilitar, neste caso, o alcance de resultados e identificação de possíveis melhorias à serem posteriormente aplicadas à realidade vigente até então.

Ao encontro destas constatações, Lakatos e Marconi (2005 apud Fregoneze; 2014, p. 30) sintetizam que os métodos expressam o agrupamento de intervenções sistêmicas e racionalizadas que permitem, com maior garantia e organização, a consecução dos objetivos propostos inicialmente, comprovando-os de forma válida e verdadeira.

Estes métodos estão sujeitos ao emprego de técnicas analíticas de cunho qualitativo para a constatação de diferentes ópticas sobre a realidade e para corroborar com as propostas e objetivos almejados. Logo, Fregoneze et al (2014, p. 15) introduz sumariamente que a abordagem qualitativa investiga valores, expressões culturais, crenças e expressões comportamentais.

Paralelamente, Fregoneze et al (2014; p. 18) enuncia a pesquisa qualitativa como um instrumento que visa compreender de maneira aprofundada um determinado fenômeno e seus efeitos, utilizando-se de elementos e métodos descritivos, comparativos, interpretativos e de significação para ensejar a análise de valores, culturas, crenças, hábitos, comportamentos e opiniões individuais e coletivos perante uma temática definida.

Neste viés, tal aplicação viabiliza uma pesquisa considerada exploratória e descritiva simultaneamente, mesclando-se técnicas e caracterizações de ambas com o intuito de se descrever fenômenos e fatores captados através da execução de um questionário específico, bem como objetiva a ampliação de informações a respeito de certas problemáticas e hipóteses.

Fregoneze et al (2014, p. 23) ratifica que esta importante modalidade de pesquisa, denominada como exploratória – a qual requer um rol de conhecimentos bibliográficos e documentais, além de entrevistas com indivíduos e/ou grupos que vivenciaram experiências práticas com o problema analisado - , apresenta como princípios

vitais o desenvolvimento, a amplificação, a elucidação e a transformação de teorias e ideias, objetivando-se a concepção delimitada e assertiva de problemas para pesquisas complementares, promovendo-se também a familiaridade com os impasses e dilemas gerados.

Simultaneamente às declarações supramencionadas, Fregoneze et al (2014; p. 23) salienta que a modalidade de pesquisa nomeada como de caráter descritivo apresenta como atribuição caracterizar pormenorizadamente uma população, fenômeno ou relação entre variáveis preestabelecidos, utilizando-se para tal de métodos padronizados para a captação de dados como: questionário, observação sistêmica, etc. Sintetizam-se neste caso os mecanismos e procedimentos para a coleta adequada de informações essenciais aos estudos e conclusões deste trabalho acadêmico.

Primeiramente, para plena conceituação e compreensão dos elementos a serem analisados e comparados posteriormente – os quais abordam a temática proposta -, indicam-se informações extraídas de pesquisa bibliográfica que se torna o referencial teórico responsável por gerar conhecimentos pré-definidos, sendo estes: historicidade, desigualdades sociais, ciclos de pobreza, assistencialismo, benevolência, movimentos de classes, direitos sociais, direitos sócioassistenciais, promulgação da Constituição, construção de políticas e legislações complementares e correlatas (Como: a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o próprio Sistema Único de Assistência Social – SUAS, etc.).

Deste modo, Fregoneze et al (2014; p. 21) enquadra a pesquisa bibliográfica como elemento constituinte da etapa introdutória da investigação científica, independentemente do tema em questão, objetivando-se seu conhecimento prévio perante a literatura do campo a ser pesquisado.

Estes elementos e conceituações, por sua vez – os quais foram adquiridos através de revisão bibliográfica disponibilizada por diferentes autores dedicados a este campo de atuação do conhecimento técnico (literaturas, monografias, dissertações, artigos científicos, etc) e por materiais didáticos, cartilhas, decretos e demais publicações oficiais realizadas por ministérios e órgãos da administração pública federal (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Departamento do Cadastro Único, Superior Tribunal Federal - STF, decretos presidenciais, etc), tornam-se fundamentos de significação a respeito das políticas sócioassistenciais a serem descritas e nortearão a pesquisa inquirida, produzindo parâmetros que servirão para compreensão e comparação com as realidades atribuídas pelos dados capitaneados pelo questionário.

Neste sentido, Koche (2006 apud Fregoneze; 2014, p. 22) substancia o objetivo do método bibliográfico ao verbalizar que este torna-se um fundamental e enriquecedor instrumental de pesquisa, apresentando como finalidade a obtenção de conhecimentos teóricos preexistentes sobre determinado tema ou problemática a ser analisada.

Secundariamente, também se inserem neste contexto as denominadas pesquisas documentais, responsáveis pelas coletas e análises de informações extraídas de documentações externas (plataformas informacionais, bases de dados e documentações oficiais de origem governamental e não-governamental). De acordo com prescrição referenciada por Fregoneze et al (2014; p. 24), a pesquisa documental consiste basicamente em coletar, classificar, selecionar e utilizar documentos considerados primários como, por exemplo, cartas, atas, registros, planilhas, os quais não passaram por processamentos e análises científicas até o presente momento e importarão em novas fontes para a coleta de informações.

Ademais, contextualizando-se a implementação da pesquisa em tela de acordo com o referencial apresentado por Gil (1996 apud Fregoneze; 2014, p. 20), o qual recomenda a aplicação de um “Estudo de caso” nas fases que precedem a investigação de temas complexos que requeiram a elaboração de hipóteses e/ou a reformulação de dilemas, delimita-se o âmbito a ser pesquisado.

Relacionando-as ao enfoque desta pesquisa aplicada ao município de Itapetininga – SP (Delimitação para implementação deste estudo de caso), serão requisitados de maneira protocolar e oficial ao órgão gestor da política sócioassistencial presente no território (Secretaria Municipal de Promoção Social componente da Prefeitura Municipal de Itapetininga) algumas informações e dados pertinentes aos trabalhos desenvolvidos por esta política.

Subsequentemente, mediante Fregoneze et al (2014; p. 34), considerar-se-ão outros procedimentos que pesquisadores podem utilizar para a adequada captação de dados e informações a serem posteriormente manipulados para análises, comparações e conclusões hipotéticas.

Por fim, sinaliza-se a formulação e consecutiva aplicação abrangente de questionário á população da cidade de Itapetininga – SP, visando-se a posterior tabulação de dados capazes de apontar as perspectivas das comunidades locais e da sociedade de modo geral sobre o acesso e o desenvolvimento das políticas públicas de Assistência Social, especificamente no que dizem respeito ao consenso e ao emprego de benefícios eventuais de

caráter emergencial e transitório e às demais estratégias aplicadas que circundam a própria concessão destes (estas objetivam para tanto a elaboração continuada de projetos de enfrentamento à pobreza que apresentem como finalidade o desenvolvimento da autonomia e a profissionalização do indivíduo, resultando deste modo na superação dos ciclos recorrentes de pobreza e na eliminação do paradigma de dependência estatal e assistencialista historicamente aplicado).

Desta feita, Fregoneze et al (2014; p. 36) ressalta que cada questionário deve ser minuciosamente organizado e elaborado de acordo com a finalidade a que pesquisa se propõem, almejando-se ser devidamente respondido pelo participante da pesquisa e atingir os objetivos iniciais de sua aplicação.

Dito isto, constrói-se um questionário dividido em dois blocos (Conforme anexos I e II), os quais compreendem: um questionário socioeconômico individualizado e um questionário com a temática referenciada nos direitos sócioassistenciais desenvolvidos no município de Itapetininga – SP, sendo ambos constituídos de questões com opções fechadas de resposta.

Essencialmente, o questionário socioeconômico individualizado (Composto de 28 questões) prevê uma série de perguntas baseadas originalmente no formulário regulamentado proposto pelo Cadastro Único para programas sociais (Este último, projetado pelo MDS e difundido amplamente em todo território nacional, sendo operacionalizado e aplicado nas esferas municipais de atuação do SUAS), calhando como sustentáculo para a caracterização dos perfis socioeconômicos, familiares, estruturais, habitacionais e educacionais em que se encontram os entrevistados.

Para Botelho e Cruz (2013 apud Fregoneze et al; 2014, p. 52) é imprescindível definir o público-alvo da investigação social a ser realizada - o qual pode ser denominado como população ou universo -, contemplando-o e adequando-o à natureza e aos objetivos da pesquisa proposta.

Já o segundo bloco supramencionado traz 24 questões que visam identificar o nível de conhecimento e compreensão da população Itapetiningana de modo geral sobre Direitos Sociais, sobre as políticas públicas sócioassistenciais, sobre os órgãos municipais que compõem o SUAS e os serviços de proteção social básica, sobre os serviços e atividades desenvolvidos por estes órgãos, sobre a concessão de benefícios eventuais de caráter emergencial vinculados a estas unidades PSB e sobre os demais órgãos e instituições existentes no município (Integrantes da rede pública intersetorial, bem como dos segundos e

terceiros setores da economia) - que em muitas ocasiões auxiliam a compor o quadro de mecanismos para provimento dos direitos sociais estabelecidos.

Portanto, este segundo bloco visa coletar informações críticas e opiniões dos munícipes para compreender como ocorrem os dinamismos das políticas públicas sócioassistenciais nesta cidade sob a perspectivas de seus usuários, bem como compreender como os cidadãos entendem as demais atividades e serviços em que são inseridos para ampliação de sua autonomia e desenvolvimento a fim de que rompam o vínculo de total dependência estatal muitas vezes observado.

Prosseguindo-se ao adequado andamento desta pesquisa, conforme enfatiza Nobre (2014; p. 15), faz-se necessária a consolidação dos instrumentos de investigação social aplicáveis, neste caso, do próprio questionário elaborado, admitindo-se para tal a execução de três procedimentos básicos para sua autenticação: verificação de dimensionamento; verificação de confiabilidade; validação.

Com relação às verificações dos primeiros elementos descritos no parágrafo anterior, tem-se neste respectivo ordenamento a seguinte propositura: primeiramente confirmam-se as dimensões que o instrumento (questionário) admite, avaliando se este concebe somente um ou mais aspectos da temática proposta inicialmente, verificando-se posteriormente sua confiabilidade (Nobre; 2012, p. 15).

No que tange ao conceito de confiabilidade inerente a um instrumento de pesquisa, Guirardello et al (2017; p. 650) declara ser esta característica responsável por atribuir, a partir da ótica de diferentes examinadores, consistência e veracidade a um resultado obtido pelo instrumento utilizado, assinalando-se deste modo as particularidades sobre: coerência; precisão; estabilidade; equivalência; homogeneidade.

Neste prisma, Guirardello et al (2017; p. 650) aponta a confiabilidade como um dos critérios indispensáveis para se atestar a qualidade de um instrumento de pesquisa, referindo-se, principalmente, à: estabilidade, à consistência interna e à equivalência dos mesmos.

No que concerne a validação, último procedimento destinado a autenticação de um instrumental de pesquisa, Nobre (2012; p. 17) sintetiza que inúmeros escritores a mencionam apenas de maneira vaga, ou seja, não conseguem atribuir materialidade a este conceito e nem apontar de modo claro e conciso quando um instrumento pode ser considerado válido ou não. Ademais, o autor citado expressa que:

Guirardello et al (2017; p. 650) corrobora com as afirmativas descritas acima ao destacar que a Validade imputa ao instrumento de pesquisa a exata faculdade de medir algo que se propõe a medir.

Neste contexto, Streiner (2014 apud Torres e Ferman; 2016) defende a perspectiva de que, independentemente da modalidade instrumentalizada aplicável, as análises para validação de um estudo ou pesquisa devem garantir a confiabilidade das afirmativas, hipóteses e conclusões que se deseja obter através da confirmação de dados pertinentes à realidade manifestada por um questionário, por exemplo.

Outrossim, sobre estas mesmas perspectivas, Oxman e Guyatt (1991 apud Torres e Ferman; 2016) destacam a formulação de uma plataforma sistêmica e simplificada de avaliação que vise uma avaliação crítica por parte dos especialistas previamente definidos para esta tarefa.

À vista de todos os pressupostos supramencionados, constrói-se a concepção de um quadro definido onde são estabelecidas indagações pertinentes à estruturação e objetivos do questionário referenciado. Através deste quadro, visa-se obter as afirmativas dos avaliadores especializados (Os quais foram previamente selecionados) sobre cada elemento que deverá compor o questionário elaborado, evidenciando para tal um checklist com os itens que deverão ser assinalados para que se certifique a legitimidade e a aplicabilidade do referido instrumento de coleta de dados.

Visando-se a validação de conteúdo do questionário, segundo recomendações de Torres e Ferman (2016), viabilizou-se a necessária e prévia seleção de técnicos identificados que apresentem determinado grau de conhecimento e especialização na área temática que se objetiva explorar, os quais realizarão avaliação criteriosa a respeito da construção do instrumental empregado.

Deste modo, cada um dos 3 especialistas previamente selecionados para esta etapa recebeu para apreciação um protótipo do questionário e documentos norteadores sobre a estruturação do pré-projeto e sobre a monografia propriamente dita, os quais enumeravam em seu conteúdo os seguintes elementos: tema; título; breve introdução; problematização da questão de pesquisa; justificativa, objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa; procedimentos metodológicos; e principais referências bibliográficas correlatas ao tema.

Ademais, as referidas documentações permitiram aos 3 especialistas avaliadores estabelecerem diretrizes comparativas entre as propostas e objetivos do estudo acadêmico em tela e a formulação do questionário para estas finalidades, estimulando atestar

a fidedignidade de seu embasamento teórico e prático. Estes por sua vez, de acordo com os parâmetros do projeto, emitiram suas considerações finais e pareceres favoráveis sobre o questionário e sobre a viabilidade de sua aplicação.

Linearmente a estes procedimentos supratranscritos, para se ratificar a validação deste instrumental e corroborar, além de tudo, com os aspectos que circundam sua execução prática, realizou-se a aplicação primária de um questionário experimental durante o período de 48 horas sequenciais. Segundo Nobre (2012; p. 13), este outro método de validação prevê, dentre outros aspectos a realização de grupos focais em que é solicitado a uma pequena amostra da população-alvo a que se destina o questionário que elabore as frases sobre que pensam e opinam sobre o constructo (Nobre; 2012, p. 13).

A aplicação deste pré-teste fora iniciada às 10h49min. do dia 09 de maio de 2020 e encerrada às 10h49min. do dia 11 de maio de 2020, contabilizando-se as respostas de 30 indivíduos selecionados aleatoriamente e que representam características condizentes com as do público-alvo desta investigação social (Ou seja, os habitantes do município de Itapetininga – SP neste caso). Deste modo, assim como explicita Nobre (2012; p. 14), faz-se imprescindível a realização de um pré-teste para possibilitar a inspeção dos questionamentos e das respectivas alternativas de resposta disponibilizadas, visando-se a avaliação dos seguintes quesitos: compreensão, precisão, aceitação e clareza do ponto de vista dos entrevistados.

Diante da predominância dos aspectos que compõem o atual quadro adverso de saúde pública nacional e internacional, decorrente desta pandemia de Covid-19, bem como de acordo com as próprias recomendações de isolamento social emitidas por importantes órgãos deste campo de atuação (Organização Mundial de Saúde – OMS, Ministério nacional da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde e demais organismos públicos competentes), adotou-se diversificadas estratégias apoiadas em tecnologia da informação que viabilizaram a aplicabilidade do pré-teste supramencionado e, conseqüentemente, do próprio questionário em tela.

Nesta acepção, estas aplicações informacionais permitiram, ao longo deste período, o andamento ininterrupto da aplicação do questionário principal. O referido questionário, assim como o próprio pré-teste, fora implementado em formato de formulário através de uma plataforma virtual e-cloud disponibilizada por determinado software gratuito de correio eletrônico (e-mail) de uso irrestrito, o qual apresenta como finalidade principal a concessão de recursos tecnológicos para a administração de pesquisa. Implementando-se o formulário citado nesta plataforma eletrônica, ao final deste processamento de informações gera-se um link de acesso rápido direcionando o usuário à página do questionário supracitado.

Após a conclusão das configurações referenciadas, o link de acesso ao formulário de pesquisa fora enviado sistemática e aleatoriamente à usuários das redes sociais mais utilizadas atualmente e dos principais aplicativos de mensagem instantânea disponibilizados, determinando-se a aplicação remota desta investigação social através destes recursos tecnológicos. Associado ao link de acesso descrito acima, fora enviado um comunicado contendo especificações e orientações sobre a temática e finalidade da pesquisa, bem como instruções a respeito do caráter meramente ilustrativo do questionário (Desta maneira, frisa-se que, para acessar a este formulário, não se faz necessário informar dados pessoais ou registrar-se em qualquer sistema, sendo preciso apenas acessar ao link citado).

Ademais, bastará ao entrevistado seguir o passo-a-passo explicado no enunciado de cada uma das questões que compõem o formulário, emitindo sua opinião sobre os conteúdos abordados e confirmando o envio de suas respostas ao se finalizar cada um dos 2 blocos implementados, tornando este instrumento de investigação social suficientemente intuitivo e permitindo sua aplicação sem o contato direto com o interlocutor responsável pela inquirição. Neste contexto, Fregoneze et al (2014; p. 37) ressalta que este método de pesquisa, executado através da aplicação de questionário, não requer a presença em loco do pesquisador, possibilitando ministra-lo à uma população abrangente e dispersa em determinado território, garantindo-se deste modo a obtenção de dados para análise subsequente.

Mediante as considerações supra referenciadas, a divulgação do link de acesso, a consequente aplicação deste questionário principal (Sob o título de: “Questionário socioeconômico individualizado e sobre direitos sócioassistenciais no município de Itapetininga – SP) e a devida contabilização das respostas se iniciaram em 12 de Maio de 2020, às 17h00min. Desta forma, o formulário informatizado será encerrado posteriormente no dia 12 de Junho de 2020, precisamente às 17h00min., decorrido exatamente o prazo ininterrupto de 30 dias de sua execução.

Inferindo-se sob às perspectivas vinculadas ao município de Itapetininga – SP (Delimitação territorial deste estudo de caso), pretende-se obter um número de respostas que permita caracterizar a compreensão de determinada parcela da população da cidade sobre a temática evidenciada. Diante dos cenários descritos, pressupõe-se atingir, neste contexto, o número mínimo correspondente a 0,1% da população Itapetiningana. Este percentual estipulado equivaleria a, aproximadamente, 164 habitantes deste município de acordo com a estimativa populacional de Itapetininga (População estimada em 163.901 mil habitantes de acordo com levantamento realizado pelo IBGE em 2019) disponibilizada pelo sítio “Portal

das Cidades” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tomando-se este cálculo como base amostral para efeito da pesquisa em pauta.

Nesta perspectiva, Vianna (2001 apud Fregoneze et al; 2014, p. 31), reconhece o método indutivo como o artifício estratégico apto a analisar fatos particularizados e, alicerçados nestes, conceber a projeção generalizada dos dados captados sobre a realidade macro e abrangente de acordo com a probabilidade.

Mediante a teorização supra proposta, logo introduz-se o quarto capítulo desta monografia, o qual apresenta como finalidade a tabulação de todos os dados efetivamente coletados pelo formulário de pesquisa implementado, bem como as consequentes análises e formulações de hipóteses que subsidiarão as conclusões cabíveis.

4. EXPOSIÇÃO DE DADOS COLETADOS E CONCLUSÕES SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS

Introdutoriamente, este capítulo apresenta em seu conteúdo programático dados e informações relevantes capazes de sintetizarem os principais elementos socioeconômicos e geopolíticos, dentre outros, que caracterizariam de modo generalizado a realidade apresentada pela cidade de Itapetininga – SP em seu contexto contemporâneo e territorial.

De acordo com o âmbito acima parafraseado, Sposati (2013 apud Ravacci; 2018, p. 6) expressa categoricamente que, nesta óptica teórica, o território se torna um locus caracterizado minuciosamente pelos elementos que englobam os diferentes dinamismos, as vivências, as práticas, as significações e as socializações ocorridas em seu interior, tornando-se algo em constante movimentação e transformação.

Subsidiariamente, evidenciam-se os dados coletados pela pesquisa supramencionada (Através de formulário implementado sob o título de: “Questionário socioeconômico individualizado e sobre direitos sócioassistenciais no município de Itapetininga – SP), realizando-se conseqüentemente as seguintes operações: sistematização dos dados captados, análise das informações coletadas, comparações e deliberações relativas aos resultados alcançados e, por fim, as conclusões cabíveis.

4.1 RECORTE GEOGRÁFICO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO ACERCA DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA - SP

Historicamente, o município de Itapetininga (Localizado no interior do Estado de São Paulo) desenvolveu-se inicialmente em consonância ao movimento denominado como “tropeirismo” que se difundiu, inclusive, pelas diversas regiões interioranas do território brasileiro. Outrora, a localidade servira ao longo do século XVIII como posição estratégica para repouso e pernoite dos tropeiros desta região do estado, os quais prosseguiriam seus deslocamentos em direção ao sul do Estado de São Paulo e, posteriormente, à região Sul do país. Diante do quadro explicitado, em 05 de Novembro de

1770 (Pactuando-se esta data como marco referencial para a comemoração do aniversário deste município desde então) a localidade fora elevada à condição de freguesia vinculada à administração da então vila de Sorocaba – SP, sendo nomeada preliminarmente como “Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga” (Brasil, IBGE; 2015).

No que tange à sua formação administrativa, a Vila de Itapetininga atingiu sua emancipação parcial frente à Vila de Sorocaba – SP através da Lei N.º: 11 de 17 de Julho de 1852, a qual lhe outorgou níveis de autonomia judiciária e lhe permitiu a implantação, deste modo, da Comarca de Itapetininga – SP. Com efeito, a vila tornou-se município de fato apenas em 13 de Março de 1855, elevando-se nesta data ao condicionamento de sede municipal com o título de “Itapetininga” através da promulgação da Lei Provincial N.º: 5. (Brasil, IBGE; 2015).

O município de Itapetininga, localizado à bacia do alto Paranapanema e situado à região sudeste do estado de São Paulo, pertence à região metropolitana de Sorocaba – SP e é sede da região de Governo de Itapetininga, sendo este composto por 12 municípios circunvizinhos. No tocante a sua amplitude territorial, segundo o “Portal das Cidades” (Brasil, IBGE; 2019), a cidade de Itapetininga alcança hoje uma área territorial de 1.789,350 quilômetros quadrados, tornando-a: a 832ª cidade com maior extensão territorial do país dentre seus 5570 municípios, a 3ª maior do estado de São Paulo e a 1ª de sua própria microrregião.

Em oposição à totalidade de sua dimensão territorial, segundo estimativas datadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Brasil, Embrapa; 2015), apenas 60,797 quilômetros quadrados desta integralidade seria constituída de área municipal urbana. Caracteriza-se que seu perímetro urbano ocuparia apenas 3,4% de sua capacidade espacial total, evidenciando-se deste modo a massiva predominância de áreas rurais, ambientais e desocupadas em sua extensão limítrofe).

Em conformidade com os prognósticos datados de 2019 e disponibilizados oficialmente pela página “Portal das Cidades” (Brasil, IBGE; 2019), o município de Itapetininga – SP (Inscrito no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sob o código municipal 3522307), administrado atualmente pelo chefe do Poder Executivo: Prefeito (a): Simone Aparecida Curreladas dos Santos, enuncia uma população estimada em 163. 901 mil habitantes, apontando uma consequente densidade demográfica de 80,66 habitantes por quilômetro quadrado.

Antecedentemente, o último censo demográfico executado oficialmente em âmbito nacional no ano de 2010 indicara uma população Itapetiningana de 144.377 mil

habitantes (Há época sendo considerado o 183º município mais populoso do Brasil e o 51º mais populoso do Estado de São Paulo), representando de tal forma a ocorrência de um acréscimo demográfico de, aproximadamente, 13,5% da população se compararmos aos índices divulgados recentemente pelo IBGE (Brasil; 2019).

Linearmente, Pinheiro (2014; p. 22) discorre sobre a adoção de critérios demográficos instituídos, por exemplo, pelo próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual, através de diversas literaturas urbanísticas complementares, qualifica como cidades médias aquelas compostas por populações entre o número de 100 mil e 500 mil habitantes. Desta feita, Itapetininga demonstra características populacionais que a enquadra na categoria de município de porte médio (Ao apresentar uma densidade demográfica de exatamente 163.901 mil habitantes atualmente).

Correlacionando às informações supramencionadas, às dimensões territoriais e às concentrações populacionais descritas pelo sítio do IBGE (Brasil, 2019) a cidade de Itapetininga apresenta os seguintes dados pertinentes à sua infraestrutura: 92,2% das habitações se encontrariam instaladas em localidades com condições adequadas de saneamento básico, com a correta destinação e tratamento do esgoto sanitário coletado. Cerca de 81,5% dos domicílios da zona urbana encontram-se fixados em áreas de implementação de projetos de arborização. Todavia, atualmente apenas 30% dos domicílios do perímetro urbano se encontram instalados em áreas que ofertam vias públicas e urbanização adequadamente (Compreendendo-se, desta maneira, a instalação planejada de: bueiros, iluminação pública, calçadas, pavimentação, dentro outros).

Com relação às perspectivas socioeconômicas analisadas até o ano de 2017 (Brasil, IBGE; 2019), associadas ainda às diversificadas realidades sociais e trabalhistas inseridas no cenário municipal, os cidadãos Itapetininganos inseridos no mercado de trabalho formal perceberiam atualmente remuneração média mensal de até 2,1 salários mínimos de acordo com o teto nacional vigente (Considerando-se, portanto, cerca de R\$ 2194,00 mensais em média). Paralela a esta perspectiva, tem-se a taxa municipal de ocupação laboral estimada em torno de 23,7% da população Itapetiningana total, representando, portanto, o número de 37.973 mil habitantes (Considerando-se, para esta finalidade específica, funções laborais desempenhadas formal e informalmente).

No tocante aos domicílios com proventos mensais de até meio salário mínimo per capita, a cidade apresentaria em média 33,5% de sua população nestas condições, totalizando uma estimativa pouco superior a 1/3 de seus habitantes (Aproximadamente 54.907 mil residentes). Outrossim, Itapetininga exibiria em média atualmente um Produto Interno

Bruto (PIB) per-capita de R\$ 27.855,67 (O que totalizaria o montante do PIB Itapetiningano na ordem de R\$ 4,6 bilhões aproximadamente), obtendo a 1323ª posição do ranking nacional, considerando-se os 5.570 municípios brasileiros referenciados. Logo, a cidade ocuparia neste contexto a 278ª colocação no estado de São Paulo e a 2ª posição na microrregião onde se encontra situada. (Brasil, IBGE; 2019).

No que diz respeito às receitas brutas médias auferidas pelo município objeto de pesquisa durante anos financeiros anteriores, a cidade capitalizou o montante de R\$ 448.514.170,00, tornando-se o 193º brasileiro no que tange à contabilização de receitas em um universo de 5.570 outras cidades. Comparando-a a outras cidades no estado de São Paulo, Itapetininga ocupa a 61ª posição no ranking de arrecadação de receitas e a 1ª posição em sua microrregião referenciada. Em contrapartida, o total de despesas brutas empregadas atinge a somatória média de R\$ 426.754.600,00, configurando-se a 176ª posição no ranking nacional de dispêndios econômicos, a 56ª colocação no estado de São Paulo e a 1ª posição na microrregião onde se encontra assentada (Brasil, IBGE; 2019).

Mensurando e analisando-se os dados econômicos supra referenciados, calcula-se uma margem residual de R\$ 21.759.570,00 entre todas as receitas capitalizadas pelo município de Itapetininga e suas despesas econômicas decorrentes. Deste modo, de acordo com tal análise, caracteriza a ocorrência de um superávit orçamentário obtido pelo município neste período financeiro em tela.

Referente aos índices subsidiados pelo campo de atuação da saúde pública no município de Itapetininga, o IBGE (Brasil; 2019) efetua importantes considerações relativas, por exemplo, às taxas médias de mortalidade infantil na cidade. Atualmente a mortalidade infantil, ocasionada historicamente por diferentes fatores, atinge em média cerca de 15,60 crianças de 1.000 nascidas vivas (Caracterizando-se, aproximadamente, o óbito de 1,56% do índice de 1.000 crianças nascidas vivas). Comparando-se aos dados apresentados por outros municípios brasileiros, Itapetininga ocupa respectivamente a posição de número 1809 neste ranking nacional e a colocação número 156 no estado de São Paulo. (Brasil, IBGE; 2019).

No que concerne aos conteúdos acima explicitados, realiza-se sua correlação com as regulamentações expositivas e diretrizes implementadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela Norma Operacional Básica (NOB / SUAS), as quais sintetizam concomitantemente a estruturação do SUAS e a consequente execução de seus programas e serviços sócioassistenciais no âmbito do município de Itapetininga.

Neste prisma, a NOB / SUAS (Brasil, MDS; 2004, p. 100) transcreve recomendações a cerca da implantação dos órgãos de Proteção Social Básica em nível municipal de atuação, sinalizando que os CRAS serão devidamente instalados de acordo com o porte demográfico e espacial que o território analisado dispõe, verificando-se sobretudo as áreas que contemplam maiores índices de vulnerabilidade social.

Deste modo, a NOB / SUAS previamente estipula o número mínimo de instalações dos denominados Centros de Referência de Assistência Social de acordo com os seguintes parâmetros: cidades consideradas como de “Pequeno Porte I” - mínimo de 1 unidade CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; cidades consideradas como de “Pequeno Porte II” - mínimo de 1 unidade CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; municípios de “Médio Porte” - mínimo de 2 unidades CRAS, cada uma para até 5.000 famílias referenciadas; municípios de “Grande Porte” - mínimo de 4 unidades CRAS, cada uma para até 5.000 famílias referenciadas; e as denominadas “Metrópoles” - mínimo de 8 unidades CRAS, cada uma para até 5.000 famílias referenciadas.” (BRASIL, MDS; 2004, p. 100).

A cidade de Itapetininga, de acordo com as especificações acima declaradas, integra para essa finalidade específica as características associadas aos municípios de grande porte (Mínimo de 4 C.R.A.S.’s, cada um para até 5.000 famílias referenciadas). Isto posto, no presente momento a cidade apresentaria dados demográficos e referentes a vulnerabilidades sociais dispersas em áreas específicas de seu território condizentes com o funcionamento das 4 unidades sócioassistenciais implantadas, verificando-se para tal a alocação e execução de orçamentos financeiros federais oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social para viabilização dos serviços ofertados.

4.2 APURAMENTO E DEBATE ACERCA DOS DADOS COLETADOS

Conforme descrição enunciada no capítulo anterior, estabeleceu-se previamente como meta a consecução do número mínimo de 164 entrevistados, índice amostral que caracterizaria o percentual de aproximadamente 0,1% da população total do município de Itapetininga – SP.

Portanto, ao se finalizar a execução efetiva desta pesquisa em tela após 30 dias consecutivos de sua realização (De 12 de Maio de 2020, às 17h00min, até 12 de Junho de 2020, precisamente às 17h00min. também), obteve-se respostas de precisamente 175 entrevistados, os quais realizaram o completo exame do Formulário descrito (Questionário

este constituído de duas subdivisões elencadas, incluindo-se: o 1º Bloco - “Questionário Sócioeconômico individualizado” composto de 28 questões; e o 2º Bloco referente ao “Entendimento populacional acerca dos benefícios e serviços ofertados pela rede sócioassistencial na cidade de Itapetininga-SP”, sendo este composto de mais 24 perguntas).

Isto posto, este número de entrevistados atingiu a amostragem pretendida do público-alvo referenciado (Municípios da cidade de Itapetininga - SP), caracterizando-se em torno de 0,1067% e representando-se aproximadamente 0,11% dos habitantes desta cidade.

Futuramente, esta pesquisa poderá ser utilizada como base norteadora para posterior aprofundamento e para implementação de outros métodos de investigação (Inclusive, outros que permitam a coleta de informações mais detalhadas e precisas sobre a realidade analisada, possibilitando intervenções administrativas mais certeiras sobre a realidade social vigente na localidade de sua aplicação).

4.2.1 – BLOCO 1: “QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO INDIVIDUALIZADO”

Do número total de entrevistados que responderam ao questionário (175 participantes), 64,6% corresponde a mulheres (113 entrevistados) e 35,4% corresponde a homens (62 entrevistados).

Quanto às faixas etárias assinaladas pelos entrevistados, a maior parcela declarou possuir idade média entre 31 e 50 anos: 38,3% (Precisamente 67 participantes). O segundo maior percentual coletado indica faixa etária que compreende jovens entre 21 e 30 anos de idade, totalizando-se 22,9% do público-alvo analisado (Correspondente a 40 entrevistados). Sequencialmente, a terceira faixa etária mais assinalada pelos participantes apresentou-se no intervalo que se estende de 16 a 20 anos de idade, inferindo-se um total de 19,4% dos participantes (34 pessoas).

O número excedente de entrevistados se apresentou constituído de pequenas parcelas do público total, sendo estas subdivididas entre as respectivas faixas etárias remanescentes: de 51 a 60 anos, de 61 a 70 anos e acima de 70 anos de idade. Por conseguinte, a somatória destas representam 19,4% do montante de entrevistados (Correspondente a 34 indivíduos neste caso).

Logo, generalizando-se tais informações, subentende-se que o acesso às tecnologias de informação, à rede mundial de internet, às redes de telefonia móveis, aos aparelhos e aplicativos celulares, além de outros instrumentos de comunicação (Ferramentas Web e demais aparatos informatizados que serviram como base e plataforma para o desenvolvimento e aplicação deste Formulário conforme registra descrição inserida no capítulo 3 sobre metodologias empregadas) ainda se encontraria concentrado sob o domínio das faixas etárias mais jovens da população local. Esta perspectiva sustentaria que a fração mais envelhecida desta população apresentaria maiores obstáculos e impedimentos para efetuar o acesso a estes instrumentos comunicacionais e seus respectivos ambientes virtuais que disseminam informações e promovem interações sociais.

Concomitantemente, sinaliza-se a probabilidade da parcela da população municipal compreendida entre as faixas etárias intermediárias (Principalmente entre indivíduos que possuem idade que se estende dos 31 aos 50 anos) demonstrar maior maturidade e entusiasmo sobre este tipo de conteúdo (Pesquisa e esclarecimentos sobre Direitos Fundamentais, sócioassistenciais, estatais, políticos, etc).

Outro aspecto alarmante e importantíssimo explicitado por esta dissertação refere-se à caracterização racial e social que engloba a população deste território referenciado. Não obstante, características estas que historicamente retratam questões socioeconômicas, discriminatórias e desigualdades existentes na imensa parcela do território nacional. Ratificando-se estas hipóteses, a pesquisa identificou que, de todo este universo examinado, 64,6% dos indivíduos se autodeclararam como brancos (Ou seja, 113 entrevistados). Conseqüentemente, as demais raças ou cores autodeclaradas pelos participantes (Preta, Amarela, Parda e Indígena) representaram a somatória de apenas 34,8% dos inqueridos por esta investigação, tangenciando-se 23 (13,1%), 6 (3,4%), 31 (17,7%) e 1 (0,6%) dos indivíduos de acordo com o respectivo ordenamento supramencionado.

Interpretando-se o cenário vislumbrado, estes aspectos refletiriam nuances das arraigadas desigualdades sociais, econômicas, raciais, culturais, tecnológicas e informacionais promovidas continuamente entre as diversas classes e raças presentes em Itapetininga. Estas, por sua vez, são reproduzidas frequentemente em cenários que perpetuam as mazelas sociais correspondentes a falta de acesso adequado às condições básicas de: habitação, saneamento básico, saúde, educação, informação e etc - conforme serão discutidas nos parágrafos posteriores.

Ademais, fazendo-se um paralelo e ampliando-se o campo de visão da esfera local em direção à esfera nacional, estes dados sintetizados refletem sistematicamente a

presença regular e continua das inúmeras distorções culturais, raciais, sociais, econômicas, etc. Evidencia-se, portanto, certa ineficiência das proposições e estratégias estatais desenvolvidas ao longo dos últimos anos (Principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988) para a promoção igualitária de direitos e de oportunidades entre todos cidadãos brasileiros. Verifica-se a necessária reavaliação, desconstrução e reconstrução das abordagens estatais que visam o combate a esta desigualdade social instalada.

No que tange ao estado civil dos entrevistados, mediante a exposição dos gráficos gerados, 50,9% (89 indivíduos) dos participantes se declararam solteiros. Já os que se afirmaram casados totalizaram 29,7% (52 indivíduos) do universo investigado. O restante dos elementos considerados: Em União Estável, Divorciado, Separado de Fato, e Viúvo; exibiram a somatória de 19,5% (34 pessoas) dos cidadãos entrevistados. Neste ângulo, admite-se maior disponibilidade temporal e cognitiva de indivíduos solteiros de responderem à pesquisa supra referenciada, observando-se igualmente certa tendência quando nos referimos hoje à: composição das famílias brasileiras; relações e dinâmicas intrafamiliares; etc. (constatando-se o aumento crescente de famílias monoparentais em consequência de diversos aspectos).

Corroborando-se com a conceituação apresentada no parágrafo anterior, 53,7% (94 indivíduos) dos entrevistados informaram não residirem com filhos durante o período de aplicação do questionário, revelando-se que outros 38,3% (67 entrevistados) declararam conviver em composição familiar constituída de um número que varia entre 1 a 3 filhos. Neste contexto, apenas 2,9% da totalidade verbalizou residir em dinâmica familiar composta de uma quantidade intervalada entre 4 e 6 filhos.

Pertinente ao número total de membros familiares residentes sob o mesmo espaço e compartilhando a mesma dinâmica, identificou-se que abrangente parcela de entrevistados (Especificamente 55,4%, ou seja, 97 cidadãos) coabitaria em seu domicílio com um índice compreendido entre 1 e 3 pessoas. O formulário apontou que outros 32,6% (57 cidadãos) viveriam com um índice de membros familiares que se estende de 4 a 6 pessoas. E, por fim, 12% (21 participantes) dos entrevistados sinalizou residir sozinho atualmente.

Com respeito aos graus de escolarização descritos pelos participantes de modo geral, a maior porcentagem constituída de 24% (42 entrevistados) assinalou haver concluído completamente o curso “Ensino Médio”. O segundo maior percentual composto de 22,9% (40 entrevistados) declarou haver concluído o “Ensino Universitário” e o terceiro haver frequentado “Ensino Superior” de modo inconcluso: 14,3% (25 entrevistados).

Em contraposição ao cenário acima identificado, a quarta maior parcela expressou que 12% (21 cidadãos) dos participantes sinalizaram haver concluído

completamente apenas o curso “Ensino Fundamental”. Este quadro supracitado permite-nos deduzir que, por intermédio dos instrumentos de aplicação deste questionário (instrumentos tecnológicos; plataformas informacionais; aplicativos móveis; redes sociais, etc.), o maior percentual de pessoas que tiveram acesso a pesquisa apresenta nível de escolarização intermediário ou elevado, denotando-se certas privações de conexão a estas ferramentas aos demais grupos caracterizados pelos índices elencados.

Sequencialmente, de acordo com a escala de notas estabelecida de 1 a 10, verificou-se que 37,4% (65 indivíduos) dos entrevistados classificaram sua atual realidade socioeconômica como “intermediária”, os quais atribuíram opiniões em um íterim numérico que se estende de 5 a 6. Secundariamente nesta ordem, o percentual de 35% (61 indivíduos) descreveu sua atual situação socioeconômica como “regular” ao assinalarem opção correspondente ao intervalo estendido de 3 a 4. Os que consideraram sua atual situação socioeconômica “péssima” formalizaram o montante de 8,6% (Totalizando-se 15 entrevistados). Em compensação, foram 17,2% (30 entrevistados) o número total de cidadãos declarantes de condição socioeconômica considerada “boa”. Além disso, apenas 1,7% (3 entrevistados) destes atribuíram nota máxima disponibilizada entre 9 a 10 para suas situações socioeconômicas vigentes, considerando-as “excelentes”.

Relativo às particularidades habitacionais e estruturais do município de Itapetininga – SP, 90,8% (159 entrevistados) verbalizaram residir na Zona Urbana, evidenciando-se que apenas 9,2% do total residiriam no perímetro rural da cidade. Neste contexto, 47,4% (83 participantes) verbalizou habitar atualmente em casa própria. Ademais, 30,3% (53 participantes) informaram residir em imóvel alugado; e 12% (21 participantes) em imóvel cedido. Com relação às modalidades de financiamento imobiliário, 6,3% (11 participantes) declararam residir em casa financiada com parcelamento que absorve até 1 / 3 da remuneração familiar e 1,1% (2 participantes) em imóvel financiado através de programa direcionado às famílias de baixa renda. Ademais, 2,9% entrevistados verbalizaram residir em espécie de imóvel ou espaço improvisado que estaria servindo temporariamente como moradia, configurando-se 5 entrevistados no total.

No que tange às caracterizações infra estruturais dos domicílios analisados, o maior percentual de entrevistados (43,4%, o que caracterizou 76 dos participantes) verbalizou habitar em domicílios constituídos por um número intervalado entre 3 a 4 cômodos. Ademais, 36,6% (64 indivíduos) residiriam em casas compostas de 5 a 6 cômodos e 8,6% (15 indivíduos) habitariam imóveis que possuem de 7 a 8 cômodos. Somente 4,6% (8

indivíduos) informaram viver em casas que apresentariam acima de 8 cômodos. Por outro lado, 6,9% (12 entrevistados) habitariam em imóveis compostos por apenas 1 ou 2 cômodos.

Outrossim, no que tangencia os elementos essenciais de saneamento básico, os dados apontaram que 91,4% dos cidadãos (159 entrevistados) possuiriam acesso água canalizada para, pelo menos, 1 cômodo de sua estruturação residencial. Todavia, ainda sim, um número considerável de cidadãos dentro deste universo (8,6% - 15 entrevistados) verbalizou não possuir em seu imóvel esta modalidade de abastecimento hídrico.

A ampla maioria dos entrevistados: 88,6% (Precisamente 155 dos entrevistados) informou que a forma de abastecimento de água em sua casa é realizada sistemicamente através de rede geral de distribuição ofertada por empresa conveniada com o município objeto de estudo. Os demais entrevistados relataram respectivamente as seguintes perspectivas sobre as diferentes formas de fornecimento hídrico por estes acessadas: Poço ou Nascente correspondem a 7,4% (13 entrevistados); Cisterna a 0,6% (1 entrevistado apenas); e outras formas indiscriminadas de captação e aproveitamento de água para consumo próprio a 3,4% (6 entrevistados).

Do universo de 175 cidadãos entrevistados, a imensa maioria: 93,7% (163 participantes) declarou possuírem banheiros ou sanitários em seu domicílio, resultando em apenas 6,3% de alegações contrárias a tal estruturação basilar. Complementando-se este quadro, relacionando-os aos mecanismos de escoamento sanitário instalados nestes imóveis, 84% (147 entrevistados) das respostas confirmaram a presença de rede coletora de esgoto ou pluvial. As demais configurações elencadas indicaram os seguintes percentuais: Fossa Séptica - 5,7% (10 participantes); Fossa rudimentar - 1,7% (3 participantes); Vala a céu aberto - 1,1% (2 participantes); Escoamento direcionado para Rio, Lago ou Mar - 3,4% (6 participantes); outras formas de escoamento não especificadas - 4% (7 participantes).

No tocante às estruturações energéticas e de iluminação disponibilizadas para os domicílios, 73,7% (129 entrevistados) assinalara dispor de instalações convencionais e medidores de energia elétrica próprios em sua residência. Outros 16% (28 participantes) verbalizaram habitar em imóveis que empregam instalações e medidores de energia elétrica em conjunto com outros domicílios circunvizinhos. Apenas 1,1% (2 participantes) utilizar-se-iam de energia elétrica e de iluminação sem qualquer controle ou aferição mensal de consumo, demonstrando-se a existência de meios improvisados e, muitas vezes, ilegais de captação deste insumo energético (Frisam-se as irregularidades e o aproveitamento clandestino deste recurso em decorrência de questões socioeconômicas e habitacionais).

Outro significativo aspecto relaciona-se às adequadas estruturas de pavimentação existentes nos logradouros analisados (Abrangendo calçamentos, faixas de circulação para pedestres e para rodagem viária, dentre outros componentes), os quais têm sua edificação e manutenção vinculadas à responsabilidade da administração pública municipal (Administração Direta). Neste íterim, 69,7% (122 entrevistados) informaram que os logradouros onde se encontram fixadas suas residências têm pavimentação total. Outros 16,6% (29 entrevistados) verbalizaram que seus domicílios se encontram localizados em determinadas regiões da cidade que apresentam estrutura pavimentar parcial (Com calçamento, porém sem a presença de massa asfáltica ou de paralelepípedos. Este último quadro também ocorre inversamente, além da existência intercalada de pavimentação apenas em pequenos trechos de um mesmo logradouro). Ademais, 13,7% do total de correspondentes deste questionário (Totalizando-se aproximadamente 24 entrevistados) compõem o número de indivíduos que informaram a completa inexistência de pavimentação na localidade onde habitam.

Evidenciando-se os aspectos inerentes às condições socioeconômicas descritas por esta pesquisa, a maior parcela dos entrevistados: 48% (84 indivíduos) declararam como fonte de renda familiar fixa ou variável (Sendo esta composta por rendimentos mensais de todos os membros residentes no domicílio em tela) os valores correspondentes ao intervalo de 1 a 3 Salários Mínimos (R\$ 1.046,00 até R\$ 3.135,00), acatando-se para tanto o piso salarial definido nacionalmente. Secundariamente, 24,6% (43 entrevistados) ressaltaram apresentar rendimentos mensais correspondentes ao intervalo de 3 a 6 Salários Mínimos (R\$ 3.136,00 até R\$ 6.270,00).

Contraopondo-se aos parágrafos supra referenciados, os indivíduos que comunicaram rendimento total familiar de até 1 Salário Mínimo (R\$ 1.045,00) resultaram em um percentual na casa de 13,7% (Correspondendo-se a 24 entrevistados). Além disso, os que verbalizaram não possuir qualquer fonte de renda no cenário atual representaram apenas 2,3% (4 entrevistados) do universo analisado. A partir destes dois últimos percentuais averiguados, pressupõe-se que tal público se torna alvo principal das inserções nas políticas públicas sócioassistenciais, inclusive nos programas sociais de transferência de renda e no próprio PAIF (Que apresenta, dentre outras competências, a finalidade de promover desenvolvimento de potencialidades e de autonomia dos cidadãos).

Após a análise supramencionada, fez-se a verificação individualizada da fonte de renda mensal do entrevistado, tornando-se explícito que 40,6% (71 participantes), ou seja, a maioria apresenta rendimento mensal de até 1 Salário Mínimo somente (R\$ 1.045,00).

Linearmente, 34,3% (60 participantes) declararam remuneração mensal intervalada de 1 a 3 Salários Mínimos vigentes (De R\$ 1.046,00 até R\$ 3.175,00); 9,1% (16 indivíduos) representam a parcela de entrevistados que concentraria rendimento mensal estabelecido entre 3 e 6 Salários Mínimos (De R\$ 3.136,00 até R\$ 6.270,00). Ademais, 14,9% (26 participantes) ressaltaram não serem detentores de qualquer fonte de remuneração atualmente.

Deste modo, ressalta-se que a maior concentração de recursos financeiros se estabelece de maneira desigual a número ínfimo de cidadãos. Corroboram-se com tais fatores os dados que apontam que: apenas 0,6% (1 entrevistado) apresentou remuneração mensal posicionada entre 9 e 12 Salários Mínimos vigentes (R\$ 9.406,00 até R\$ 12.540,00). Igualmente, tem-se que somente 0,6% (1 entrevistado) rendimento médio mensal configurado entre 12 e 15 Salários Mínimos (R\$ 12.541,00 até 15.675,00).

Complementarmente, do universo de respostas emitidas por 175 participantes, 57,5% (100 indivíduos) dos entrevistados declararam ser detentores da vital fonte de renda familiar até o período de aplicação do questionário. Correlacionando-se às questões referentes à execução de atividades laborais remuneradas exercidas no presente momento ou no intervalo do último ano (Descriminando-se os últimos 12 meses, considerados precisamente de Maio de 2019 à Maio de 2020), verificou-se que 67,4% (116 participantes) afirmaram trabalhar ou haver trabalhado no decorrer desse período delimitado.

De acordo com as nomenclaturas das atividades laborais exercidas pelos entrevistados, bem como suas formas de vínculo empregatício, discorre-se de forma decrescente as seguintes estatísticas: o maior percentual de entrevistados: 29,7% (51 indivíduos) declarou exercer atividade laboral no momento; 25,6% dos entrevistados (44 indivíduos) verbalizaram ser militares ou Servidores Públicos; 16,3% dos entrevistados (28 indivíduos) verbalizaram ser atualmente empregados com Carteira de Trabalho assinada; 9,9% dos entrevistados (17 indivíduos) verbalizaram trabalhar por conta própria e contribuir de forma autônoma perante a Previdência Social;

No que diz respeito ao início da carreira produtiva e profissional, 36,7% dos entrevistados (62 cidadãos) asseguraram que iniciaram a execução de atividades de trabalho na faixa etária que compreende o intervalo de 14 a 16 anos de idade. Logo em seguida, apresenta-se o índice de 23,7% (40 cidadãos), que representa as respostas dos que afirmaram haver iniciado carreira profissional entre 17 e 18 anos de idade. Já os indivíduos que começaram a exercer atividade profissional após os 18 anos de idade caracterizaram apenas 18,9% (32 cidadãos) da população investigada. Em contraste a última estatística apresentada

pelo parágrafo precedente, 20,7% (35 indivíduos) dos entrevistados afirmou haver começado a trabalhar antes mesmo dos 14 anos de idade.

Tendo-se em vista os dados coletados acima, observa-se que 33,9% (57 participantes) consideraram que estudar e trabalhar simultaneamente acarretou declínio no desempenho e desenvolvimento acadêmico. Opostamente, os demais percentuais auferidos por este formulário categorizaram respectivamente que: 32,1% (54 entrevistados) consideraram que estas duas atividades realizadas concomitantemente possibilitaram seu crescimento pessoal; 12,5% (21 entrevistados) ratificaram que tais atividades realizadas paralelamente possibilitaram a continuidade dos seus estudos; e, por fim, ao menos 21,4% (36 entrevistados) afirmaram a execução conjunta destas não impactaram negativamente em seus estudos.

Perante as reflexões sustentadas por este viés acadêmico, correlacionando-as às motivações que incentivariam os entrevistados a retomar a vivência estudantil ou continuar estudando, 38% (65 participantes) verbalizaram que voltariam a estudar para conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho. Outros 25,1% (43 participantes) afirmaram que o fariam para adquirir maior nível de conhecimento e permanecer atualizados. Além disso, 1,8% (3 entrevistados) declararam que retomariam as atividades acadêmicas para atender às expectativas de familiares e amigos; 5,8% (10 entrevistados) para consecução de um emprego; e, por fim, 9,4% (16 entrevistados) para progredir na carreira estabilizada. Em contrapartida, 19,9% dos entrevistados (O que totaliza 34 indivíduos do universo analisado) afirmaram não apresentarem pretensão de retomar os estudos.

Inerentemente a estas perspectivas, perguntou-se acerca da escolarização e retomada dos estudos através de programas educacionais como o supletivo. Neste prisma, apenas 13,7% (24 participantes em um universo de 175) declarou já haver acessado ou frequentado o programa Educação de Jovens e Adultos – EJA. Demonstrando-se, portanto, certo desconhecimento populacional, ausência de acessibilidade e compreensão sobre a importância deste modelo de ensino que oportuniza o desenvolvimento acadêmico de discentes em curto e médio prazo, bem como possibilita a continuidade dos estudos em níveis acadêmicos técnico-superiores, o aprimoramento profissional e a consequente inserção ao mercado de trabalho.

No tocante às maneiras de acesso populacional às informações, notícias de modo geral e comunicados emitidos por órgãos públicos, por exemplo, (Questão esta que admitiu múltiplas escolhas por parte dos entrevistados), o mecanismo mais utilizado pelos participantes fora o Telefone Celular: 71,4% assinalaram esta alternativa (Totalizando-se 125

respostas). O segundo mais assinalado fora a própria Televisão, com a escolha de 115 entrevistados (65,7% dos participantes). Em seguida se encontram: o Microcomputador com 57 respostas assinaladas (32,6% dos participantes) e “Outros modos de acesso à internet” com 49 respostas (28% dos participantes). Os demais resultados refletem a opção por meios de comunicação tradicionalistas, como: Rádio - 12,6% (22 respostas); Telefone Fixo – 14,9% (26 respostas); Jornais e Revistas – 21,7% (38 respostas); Televisão por assinatura – 18,9% (33 respostas); outras formas indiscriminadas de acesso a informação – 9,7% (17 respostas).

Neste direcionamento, verificaram-se também os hábitos de leitura dos entrevistados. Sobre este aspecto, identificou-se primeiramente um índice negativamente expressivo: 69 respostas assinaladas (39,4% dos entrevistados) foram atribuídas à opção “Não tenho o hábito de Leitura”; 32% dos entrevistados (56 indivíduos) declararam possuir o hábito de “Ler jornais”; 27,4% dos entrevistados (48 indivíduos) declararam realizar a leitura habitual de “Livros de Romance e Ficção”; etc.

Em contrapartida, apenas 1,7% (3 indivíduos) alegaram não possuir o hábito cotidiano de leitura em decorrência de certas dificuldades de acesso para tal;

4.2.2 – BLOCO 2: “QUESTIONÁRIO SOBRE DIREITOS SÓCIOASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA – SP”

Este segundo bloco, estruturalmente segmentado e sequenciado, apresenta primeiramente as perspectivas e compreensões sobre a ótica dos entrevistados acerca dos conclamados “Direitos Sociais” elencados fundamentalmente pela própria Constituição Federal de 1988 (Tornando-os dever de prestação do Estado conforme aponta a própria carta magna de 1988.). Mediante, tal exposição, tem-se que o maior fragmento da população inquerida (Do universo exato de 175 participantes da pesquisa) alegou possuir maior nível de conhecimento sobre os seguintes Direitos estabelecidos.

Em primeiro lugar, se identificou o “Direito à Educação”, onde precisamente 120 indivíduos escolheram esta opção disponibilizada, caracterizando-se a opinião de 69,4% do total de entrevistados. Secundariamente, evidencia-se o reconhecimento ao “Direito à Saúde”, sendo que 110 entrevistados assinalaram resposta (Apontando-se 63,6% do total de entrevistados). Continuamente, se encontram descritos os seguintes direitos

constitucionais: “Direito ao Trabalho” com 94 apontamentos (Denotando-se 54,3% do total de entrevistados); “Direito à Alimentação” – o qual se manifesta apenas na 4º posição - através de 86 respostas (49,7% do total de entrevistados); “Direito à Moradia” com 85 apontamentos (49,1% do total de entrevistados); e “Direito à Segurança” com 85 respostas assinaladas (49,1% do total de entrevistados).

Finalmente, destaca-se na penúltima posição o denominado “Direito de Assistência aos desamparados”, correlacionando-o aos direitos sócioassistenciais anexos ao capítulo correspondente no bojo legalista da Constituição Federal. Neste prisma, apenas 57 indivíduos o reconheceram nesta opção, denotando-se somente a resposta de 32,9% do total do universo analisado. Em contrapartida, os que autodeclararam “Não possuem qualquer conhecimento prévio sobre a existência destes direitos” totalizaram 39 respondentes (22,5% do montante de participantes).

Complementarmente ao enfoque referenciado pelos parágrafos antecedentes, estabelece-se a devida aplicação estatal dos Serviços da Assistência Social previstos em capítulo específico pela Constituição Federal de 1988, representando-se - de maneira amostral - as seguintes considerações populacionais sobre estes. Deste modo, o maior percentual de respostas (59,9% - 103 indivíduos) indicou que a população compreende que “A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar”, embasando-se um entendimento generalizado sobre os conceitos definidos como direito “Universal” e “Não contributivo”.

Em seguida, destacam-se linearmente as seguintes perspectivas sobre as expressões finalísticas da política sócioassistencial brasileira: “Promoção da proteção à adolescência com 85 respostas assinaladas (Totalizando-se 49,4% dos entrevistados); “Promoção da proteção à infância” com 82 respostas (Totalizando-se 47,7% dos entrevistados); “Promoção da proteção à Família” com 80 respondentes havendo a assinalado (46,5% dos participantes); etc. Este levantamento estatístico demonstra hipoteticamente a crescente ênfase a respeito da inquietação social sobre a custódia e o amparo aos indivíduos e famílias inseridos em diferentes etapas da vida, atribuindo-se maior peso às problemáticas psicossociais, comportamentais e físicas que compõem esta vivência em comparação às questões socioeconômicas apenas.

Prosseguindo-se à análise dos dados capitados, no tocante a importância destacada a respeito dos elementos de caráter socioeconômico e referentes às condições de vulnerabilidades que permeiam a vivência humana, obtiveram-se as consequentes caracterizações sobre os serviços sócioassistenciais: 72 entrevistados (41,9% da totalidade pesquisada) evidenciaram como uma das práticas principais o “Amparo às crianças carentes”;

nesta mesma perspectiva, 68 entrevistados (39,5% da totalidade pesquisada) apontaram como prática o “Amparo à adolescentes carentes”; 67 indivíduos (39% dos participantes) escolheram a opção que enfatiza a “Garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família” como uma das principais atividade da política de Assistência Social.

Mesclando-se as duas idealizações de atividades-fim da política socioassistencial, apresentam-se subsequentemente os seguintes apontamentos estatísticos: 65 entrevistados (37,8% do universo de 175 indivíduos) assinalaram a opção “Promoverá a proteção à maternidade”; 63 entrevistados (36,6% do universo analisado) assinalaram a opção “Promoverá a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência”; 60 entrevistados (34,9% do universo analisado) assinalaram que a Assistência Social tem como papel “Promover a integração das pessoas portadoras de deficiência a vida comunitária”; 60 entrevistados (34,9% do universo analisado) assinalaram que a Assistência Social também possui como atribuição a “Garantia de um Salário mínimo de benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”; e 59 participantes (34,3% do montante de 175) declararam reconhecer que a política sócioassistencial deverá “Promover a integração ao mercado de trabalho”.

Somente 36% dos entrevistados (Caracterizando-se 62 respondentes) reconhecerem a política pública sócioassistencial brasileira como “Intervenção estatal realizada a todos independentemente de qualquer prévia contribuição”. Esta perspectiva demonstra enfaticamente a ocorrência de desconhecimento sobre o caráter “Universal” e “Não-contributivo” por parte das sociedades municipalizadas. Além disso, os que verbalizaram “Não possuir qualquer conhecimento prévio sobre a existência destes direitos” totalizaram 45 indivíduos (Caracterizando-se 26,2% do total de entrevistados).

Inerentemente aos aspectos supra referenciados, encontram-se vinculados os conclamados Benefícios Sócioassistenciais de caráter eventual empregados pelo poder estatal em situações emergenciais. Estes por sua vez, presentes na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), apresentam estatisticamente os seguintes percentuais sobre o reconhecimento da população local: 82 entrevistados (48% da totalidade) declararam possuir conhecimento acerca da previsibilidade de “Outros Benefícios Eventuais – como concessão de Cesta Alimentação – para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária; 72 entrevistados (42,1% da totalidade) declararam reconhecer a existência de “Outros Benefícios Eventuais de Transferência de Renda para atender

necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária; e na 3ª posição com 62 respostas assinaladas (36,3% dos respondentes) encontra-se a opção “Não possuía conhecimento prévio sobre os Benefícios Eventuais indicados pela questão enunciada”, demonstrando-se certa fragilização local do processo informacional e comunicacional que engloba os próprios serviços sócioassistenciais e a funcionalidade dos programas / benefícios ofertados pelos respectivos órgãos públicos responsáveis pela gestão.

Sequencialmente, na 4ª colocação descrevem-se com 56 respostas notificadas (32,7% do universo analisado) os “Outros Benefícios Eventuais – como concessão de Cesta Alimentação - para atender necessidades advindas de Calamidade pública.

Correlacionando-se os resultados antecedentes e ao que diz respeito aos Direitos Sociais, aos Serviços Sócioassistenciais e aos Benefícios Eventuais indicados anteriormente, os entrevistados foram impelidos a opinar sobre o grau relativo de importância destes itens diante da sociedade como um todo. Deste modo, identificou-se que a maior parcela destes (46,8% dos entrevistados, o que caracteriza 81 repostas aproximadamente) reconheceu como “extremamente importante” os Serviços Sociais, os Serviços Sócioassistenciais e os Benefícios Eventuais disponibilizados pelo estado. Outros 22% (38 entrevistados) consideraram menor grau de importância – se comparado ao conjunto de respostas anteriores -, porém atribuindo-se notável significância a necessidade desta rede de apoio. Somente 4% (7 indivíduos) e 0,6% (1 indivíduo) dos entrevistados declaram nesta ordem: ser “pouco relevante a existência dos Direitos Sociais, Serviços e Benefícios Eventuais indicados” e “não possuem nenhuma relevância” diante do quadro explicitado.

Deste modo, interpretando-se os resultados obtidos sobre a temática supracitada, supõem-se o avanço do desenvolvimento do consciente populacional sobre a importância das intervenções sobre às realidades sociais executadas pela Administração Pública através das tentativas de implementação adequada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e de suas atribuições e modus operandi inerentes. Todavia, o desenvolvimento da concepção a que se refere esta contextualização não exime a sociedade da ausência de compreensão e os equívocos recorrentes sobre os objetivos e atuações realizadas por tal política de modo geral.

Neste seguimento, os entrevistados por esta pesquisa sinalizaram certo nível de compreensão no que tange às funções, atribuições, atividades e finalidades a serem desempenhadas no município pelos denominados Centros de Referência de Assistência Sociais – CRAS (Unidades públicas locais da PNAS responsáveis pela Proteção Social

Básica). Em primeiro plano destacaram-se os seguintes itens: a “Prevenção de Vulnerabilidades Sociais”, com a contabilização de 97 respostas (56,1% respondentes a assinalaram); o “Encaminhamento das Famílias às demais políticas públicas de Proteção Social Intersetoriais e de garantia de Direitos Sociais presentes no território”, com a contabilização de 78 respostas (45,1% de opções assinaladas); a “Busca Ativa de Famílias e Indivíduos realizada no território de abrangência do C.R.A.S.; com a estimativa de 78 respostas (45,1% de opções assinaladas).

Secundariamente, destaca-se também o entendimento sobre outros aspectos intervencionistas promovidas pelos órgãos de Proteção Social Básica: o “Desenvolvimento e aplicação de uma gama de Programas e Projetos Sociais que proporcionem o crescimento pessoal e a autonomia de famílias e indivíduos, com a estimativa de 77 alternativas assinaladas (44,5% dos respondentes); e a “Inserção de Famílias de baixa renda em diferentes Programas / Benefícios Sociais de Transferência de Renda das esferas Federal e Estadual através da inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais, com a expressão de 77 respostas (44,5% das respostas assinaladas).

Terciariamente, apresentam-se o reconhecimento populacional das demais atividades finalísticas a serem desenvolvidas no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS’ s): 76 dos entrevistados (43,9% dos respondentes) declararam compreender como um dos objetivos a “Afirmção do acesso a Direitos Sócioassistenciais”; 70 dos entrevistados (40,5% dos respondentes) afirmaram reconhecer nos CRAS’ s a oferta contínua de “Serviços de caráter preventivo”; 66 dos entrevistados (38,2% dos participantes) apontaram como ferramenta intrínseca aos processos supramencionados o “Desenvolvimento do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF; e 61 dos respondentes (35,3% do universo de 175 indivíduos inqueridos) atrelaram a estas atividades essenciais deste órgão a “Prevenção de Riscos Sociais”. Por fim, em contraposição a estes dados, outros 42 entrevistados (24,3% deste universo analisado) verbalizaram “Não possuir conhecimento prévio sobre as atribuições e atividades” indicadas por esta questão referenciada.

Tangenciando-se o conseqüente acesso aos Serviços de Proteção Social Básica (PSB) desenvolvidos e ofertados pelas unidades dos CRAS’ s no município de Itapetininga – SP (Considerando-se para tal o atendimento técnico-assistencial, bem como o preenchimento de ficha da família para os demais atendimentos futuros), evidenciou-se que a maior parcela de 56,9% dos entrevistados em tela (Precisamente 99 indivíduos) verbalizaram que, até a presente data, nunca haviam acessado estes serviços desempenhados pelas unidades sócioassistenciais referenciadas neste território. Conclui-se, portanto, que um

número considerável de entrevistados (43,1% - Caracterizando-se 76 indivíduos) declarou já haver passado por, pelo menos, um dos processos supramencionados.

Correlacionando-se as perspectivas de acesso aos serviços de Proteção Social Básica (PSB) às 4 unidades CRAS' s ou aos demais órgãos da rede sócioassistencial referenciadas dispersamente em território Itapetiningano, a maior porcentagem de entrevistados (52,6% destes – 90 participantes) confirmaram que “Nunca procuraram ou foram atendidos por qualquer uma das unidades CRAS' s citadas neste formulário de pesquisa, bem como ninguém da família já fora atendido ou possui nestes setores ficha de acompanhamento”.

Em contraposição, as estatísticas sobre o índice de entrevistados que verbaliza já haver acessado em dado momento as unidades de Proteção Social Básica dispostas em Itapetininga – SP configuram-se da respectiva forma:

- 17% dos entrevistados (29 participantes ao total) declararam haver recebido atendimento e atenções cabíveis ofertados pelo CRAS – “Marina Raque Caron de Campos” (Unidade locada ao bairro Jardim Fogaça);
- 9,4% dos entrevistados (16 participantes do montante) declararam haver recebido atendimento e atenções cabíveis ofertados pelo CRAS – “Regiane Medeiros da Silva Felix” (Unidade locada ao bairro Vila Aurora);
- 7,6% dos entrevistados (13 participantes ao total) verbalizaram haver recebido atendimento através da Secretaria Municipal de Promoção Social (Órgão Gestor e responsável pelo atendimento dos demais bairros do município não-vinculados aos CRAS' s, o qual encontra-se fixado na zona central desta cidade);
- 5,8% dos entrevistados (10 participantes deste universo) receberam atendimento e intervenções cabíveis ofertados pelo CRAS – “Lívia Stefanny Fidelis de Freitas” (Unidade locada ao bairro Vila Rio Branco);
- 4,1% dos entrevistados (7 participantes deste universo) receberam atendimento através do CRAS – “Pe. José Maria Pinto de Oliveira” (Unidade fixada no bairro Jardim Bela Vista) e;
- Por fim, somente 3,5% dos entrevistados (6 participantes desta totalidade) foram atendidos pelo CRAS – “Itinerante” (Unidade móvel responsável pelo atendimento de diversos bairros localizados na Zona Rural deste município). Este último terminal sócioassistencial de atendimento à população e seus respectivos modus operandi foram

recentemente implementados pela política municipal de Assistência Social e encontra-se em fase de planejamento, reavaliação e expansão do alcance de seus trabalhos.

Aprofundando-se a análise dos percentuais acima descritos, obteve-se sequencialmente os motivos que direcionaram os indivíduos e famílias a procurarem as unidades do CRAS supracitadas e a acessaram os Serviços de Proteção Social Básica (PSB) disponibilizados em Itapetininga. Desta forma, detectou-se que o maior índice apresentado (51,5% dos entrevistados – 85 indivíduos) sugere que estes, até o presente momento, nunca procuraram nenhuma unidade do CRAS em Itapetininga – SP. Outrossim, os demais respondentes deste formulário declararam, de acordo com as experiências vivenciadas, diferentes motivos fragmentados percentualmente: 18,8% dos entrevistados (31 correspondentes deste questionário) declararam haver efetuado a procura pelos serviços sócioassistenciais ofertados pelos CRAS' s “Para solicitação de outros Benefícios de Transferência continuada de Renda como: Programa Bolsa Família (Programa Federal), Programa B.P.C. – Idoso / B.P.C. – PcD (Programas assistenciais de Seguridade Social vinculados ao Instituto Brasileiro de Seguridade Social – INSS), Programas “Ação Jovem” e “Renda Cidadã” (de responsabilidade Estadual), etc.; 17,6% dos entrevistados (29 correspondentes deste questionário) verbalizaram haver efetuado a procura pelos serviços sócioassistenciais ofertados pelos CRAS' s “. Para solicitação e inclusão no Cadastro Único Federal para Programas e Benefícios Sociais.”

Diante destes parâmetros, infere-se estatística e hipoteticamente que grande percentual dos usuários da política promovida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ainda procura os serviços de Proteção Social Básica apenas com o intuito de requerer para si determinados benefícios de transferência de renda e de consecução de outros subsídios necessários e correlatos que são empregados para suprir questões pontuais. Deste modo, estes usuários desconsideram, por conseguinte, os demais serviços disponibilizados por tal sistema que visam subsidiar a construção da autonomia e potencializar as capacidades profissionais e de aprendizado, por exemplo. Concluindo-se, identificamos as concepções populacionais contraditórias perante a real finalidade do SUAS.

Ademais, os dados capitados por este Formulário dispõem sobre outras atribuições da própria Proteção Social Básica em âmbito municipal, as quais aparentemente são raramente identificadas e requisitadas pelos usuários deste sistema. Exemplificando, tem-se que: 4,2% dos respondentes desta pesquisa (7 indivíduos da totalidade) ratificaram sua procura por atendimento nas unidades CRAS's com o intuito de receberem:

“Encaminhamentos para outros Serviços Públicos Intersetoriais presentes no território”; 4,2% dos respondentes desta pesquisa (7 indivíduos da totalidade) ratificaram que procuraram o CRAS’ s para atendimento após: “Busca Ativa realizada por Agentes Públicos das unidades dentro dos territórios e bairros referenciados”; 3% dos respondentes desta pesquisa (5 indivíduos da totalidade) ratificaram sua procura por atendimento nas unidades CRAS’ s com o intuito de: “Participarem de Oficinas, Palestras e Cursos Livres ofertados no âmbito do CRAS, com temas diversos como “Direito das Mulheres”, “Lei Nº: 11.340 / 2006 – Lei Maria da Penha”, “Administração Financeira”, “Economia Doméstica”, “Desenvolvimento Pessoal e Autonomia”, “Acesso ao Mercado de Trabalho”, etc.;

No que tange aos programas e benefícios sócioassistenciais de transferência de renda das esferas federal, estaduais ou municipais (Citando-se como exemplo os programas: Bolsa Família; programa B.P.C. – Idoso / B.P.C.–PcD; programas “Ação Jovem” e “Renda Cidadã” - de responsabilidade estadual; etc.) - relacionando-os com a administração e destinação destes recursos financeiros no dia-a-dia de seus beneficiários - os dados coletados indicaram os seguintes comportamentos. Primeiramente, a imensa maioria dos 175 entrevistados (72,7% - o que formalizou o índice de 112 participantes) declarou “Não ser atualmente beneficiário de programa de transferência de renda de qualquer origem. Ordenadamente, aponta-se o número de 31 entrevistados (20,1% do universo analisado) que verbalizaram empregarem os “Os benefícios de transferência de renda para a manutenção das despesas gerais com alimentação, higiene, medicamentos controlados, exames médicos (Estes dois últimos quando inexistentes ou não fornecidos temporariamente pela rede pública de saúde) e demais itens considerados como de primeira necessidade.

Aparentemente, formaliza-se uma consciência social em gradativa construção à respeito da administração adequada destes benefícios de transferência de renda, tendo-se em vista a empregabilidade destes recursos financeiros concedidos pela Administração Pública para o provimento de necessidades fundamentais à manutenção da vida dos indivíduos e de suas comunidades, patrocinando-se ações complementares que contribuam com o desenvolvimento da autonomia, do conhecimento e da profissionalização como um todo.

Linearmente, concentram-se diferentes resultados obtidos sobre os comportamentos e perspectivas dos indivíduos acerca da administração dos benefícios supramencionados, evidenciando-se os demais itens elencados sobre a temática em tela: 12,3% dos entrevistados (19 participantes deste universo) admitiram já haverem concebido a

possibilidade de empregar ou, até mesmo, de já terem empregado “Os benefícios de transferência de renda para a manutenção das despesas com habitação correspondentes ao pagamento de: aluguel, financiamento, parcelamento ou IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) ”; 8,4% dos entrevistados (13 respondentes) declararam utilizar-se dos “Benefícios de transferência de renda para a manutenção das despesas com o abastecimento de água e energia elétrica do domicílio”; 6,5% dos entrevistados (10 respondentes deste universo) verbalizaram que, em diversas oportunidades, empregariam “Os benefícios de transferência de renda para a manutenção das despesas com artigos de vestuário (roupas, sapatos, etc.), equipamentos, materiais escolares e demais itens destinados a crianças, adolescente e demais membros da composição familiar”; etc.

Com relação às modalidades de atendimento ofertadas pelas unidades CRAS’ s em Itapetininga – SP concomitantemente às concessões de Benefícios Eventuais de Transferência de Renda ou Cesta Alimentação, a maior parcela dos entrevistados (Configurada em torno de 53,7% - Cerca de 79 participantes do universo estipulado) alegou nunca haver recebido orientações subjetivas e detalhadas sobre seus *Critérios, *Condicionalidades, *Forma de Acompanhamento, *Atividades complementares para Desenvolvimento da Autonomia, bem como para qual finalidade estes benefícios devem ser realmente destinados. Logo, configura-se em contraponto o fato de 46,3% dos entrevistados declararem que já receberam tais orientações e informações em dados momentos que circundaram os atendimentos em curso pelos aos quais foram submetidos nas unidades CRAS e serviços PAIF ofertados.

Ao responderem o questionário proposto pela pesquisa elaborada, os 175 entrevistados também externaram suas compreensões acerca dos fatores que caracterizariam a necessidade de concessão de benefício eventual de caráter emergencial como: Transferência de Renda ou Cesta Alimentação. Neste sentido, sabe-se que o maior índice estatístico apontou que 80 respostas assinaladas (48,2% dos respondentes deste estudo) acreditam que uma das motivações para a concessão de benefício eventual se materializaria em “Outras situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas por Famílias e Indivíduos”; 72 respostas assinaladas (43,4% dos respondentes deste estudo) verbalizaram que uma das motivações se concentraria “Em vulnerabilidades decorrentes de calamidades públicas e catástrofes naturais vivenciadas por Famílias e Indivíduos”; 69 respostas assinaladas (41,6% dos indivíduos deste universo) acreditam que um dos motivos se materializaria simplesmente no fato de “Famílias e Indivíduos estarem inseridos em acompanhamentos (PAIF) desenvolvidos pelas unidades CRAS.

Prosseguindo-se à análise das informações coletadas por este estudo: 66 opções demarcadas (O que caracteriza 39,8% dos participantes) apontam que uma das motivações para tais concessões eventuais concretiza-se na idealização de que “Famílias e Indivíduos beneficiários de outros Programas nacionais, estaduais ou municipais de Transferência de Renda, como: Programa Bolsa Família, Programa BPC PcD / BPC Idoso, Programa Renda Cidadã, Programa Ação Jovem, etc., também devem receber estas atenções cumulativamente”. Outras 65 respostas assinaladas (39,2% do total de entrevistados) presumem que o provimento destes recursos emergenciais disponibilizados pelo estado devem contemplar “Famílias e Indivíduos com renda per capita ou renda total familiar que caracterizariam perfis de pobreza e de extrema pobreza”; 61 respostas demarcadas (36,7% da totalidade de entrevistados) apontaram que os benefícios eventuais descritos deveriam ser empregados à “Famílias e Indivíduos em situação de desemprego contínuo”; 59 opções assinaladas (35,5% dos participantes) caracterizam consensos sociais de que estes recursos deveriam ser concedidos temporariamente à “Famílias e Indivíduos sem fonte de renda fixa ou com rendimentos considerados insuficientes para prover necessidades básicas e direitos fundamentais; e 52 opções assinaladas (31,3% dos participantes) presumem a possibilidade de concessão destes recursos sócioassistenciais à “Famílias e Indivíduos vivenciando situações contínuas de rua.

Os resultados obtidos por este formulário também oportunizaram uma contemplação – de acordo com as diferentes óticas aplicadas pela população - no que tange ao relativo grau de importância das finalidades, atividades, benefícios e serviços sócioassistenciais ofertados pela Proteção Social Básica através das unidades CRAS’ s. Desta maneira, identificou-se que: o maior percentual caracterizado por 50,6% dos entrevistados (87 indivíduos) decretou nota máxima (Nota: 5) para o grau de importância das finalidades, atividades, benefícios e serviços sócioassistenciais supramencionadas, vislumbrando-se a “Extrema importância” destes itens de PSB para os cidadãos inqueridos. Em compensação, se posicionou na ordem de 1,2% (2 participantes) e 2,9% (5 participantes) o número de entrevistados que declararam respectivamente considerarem tais elementos “Pouco relevantes” ou “Sem nenhuma importância”.

Neste apontamento descrito pela análise estatística decorrente, principalmente no tocante a possibilidade de membro ou toda a família já haver recebido atendimento dos serviços e benefícios eventuais de transferência de renda ou cesta alimentação ofertados por uma unidade CRAS neste município, verificou-se informações acerca dos encaminhamentos para órgãos, setores demais atividades complementares aos

quais já foram submetidos após demanda inicial. Identificou-se, portanto, que a maior parcela da população avaliada (82 participantes da entrevista – 50,9% do universo em tela) verbalizou “Nunca haver recebido atendimento dos serviços e benefícios eventuais de transferência de renda ou cesta alimentação ofertados por uma unidade CRAS até o presente momento.

Em polarização contrária, apresentam-se os seguintes índices relacionados aos encaminhamentos prescritos pelas unidades de Proteção Social Básica aos usuários finais deste sistema sócioassistencial: 32,3% dos entrevistados (Precisamente 52 indivíduos) alegaram haverem se submetido a direcionamento ao “PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador”; 16,1% dos entrevistados (26 participantes) alegaram haverem se submetido a direcionamento a “Órgãos e demais intervenções de responsabilidade do Sistema Único de Saúde (UBS’ s – Unidades Básicas de Saúde, PSF’ s – Postos de Saúde da Família, AME’ s – Ambulatório de Especialidades Médicas, CAPS’ s – Centro de Atenção Psicossocial, etc.)”; 13% dos inqueridos por este formulário (21 participantes) alegaram haverem se submetido a encaminhamento para o “INSS para acesso a programas Sócioassistenciais da Seguridade Social e da Previdência Social; 12,4% dos inqueridos por este formulário (20 indivíduos) assinalaram já haverem se submetido a direcionamento a “Órgãos estaduais e municipais de defesa de direitos (Ministério Público, Defensoria Pública, Ministério do Trabalho, PROCON - Programa de Proteção e Defesa do Consumidor, CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, etc.);

Sequencialmente, seguem-se os seguintes percentuais inerentes que sintetizam as demais perspectivas populacionais sobre os encaminhamentos Intersetoriais executados pela política sócioassistencial: 12,4% dos inqueridos por este formulário (20 respondentes deste universo) declararam haver recebido encaminhamento para “Grupos sobre diferentes Temáticas (“Direito das Mulheres”, “Lei Nº: 11.340 / 2006 – Lei Maria da Penha”, “Administração Financeira”, “Economia Doméstica”, “Desenvolvimento Pessoal e Autonomia”, “Acesso ao Mercado de Trabalho”, “Acesso, Direitos e Funcionamento de diferentes Programas Sociais”, etc.); 9,3% dos entrevistados (15 participantes desta pesquisa) verbalizaram haverem se submetido a “Outras modalidades de encaminhamentos” diversos.

Neste segmento tematizado, correlacionam-se os dados coletados sobre a frequência com que a população amostral deste município acessa aos serviços Intersetoriais (Encaminhamentos à órgãos, setores e instituições citadas nos parágrafos anteriores) aos quais é encaminhada pela política pública sócioassistencial através dos atendimentos realizados pelas unidades CRAS. Deste modo, o maior índice sintetizado destaca que:

45,8% dos entrevistados (65 participantes) ratificaram que, até o presente momento, “Nunca acessaram aos serviços e atividades para os quais foram encaminhados”. Em completa oposição aos dados supra referenciados, identifica-se que: 39,4% dos entrevistados em tela (56 indivíduos analisados) responderam que “Já acessaram assim alguns dos serviços e atividades para os quais foram encaminhados”.

Representam-se, neste interim, as seguintes informações complementares a este respeito: Os que alegaram “Sempre acessarem a todos os serviços e atividades propostas para os quais foram encaminhados” representaram apenas 3,5% do montante amostral (Caracterizando a totalidade de 5 indivíduos). Os que verbalizaram “Sempre acessarem e continuarem a frequentar a todos os serviços e atividades propostas para os quais foram encaminhados” representaram somente 4,9% da totalidade amostral (Precisamente 7 respondentes inqueridos). Finalmente, aponta-se negativamente uma estatística que descreve que: 10,6% dos entrevistados (15 indivíduos) verbalizaram “Não apresentarem desejo de acessar e frequentar aos serviços e atividades para os quais foram encaminhados”.

Com relação à frequência de comparecimento dos usuários deste sistema sócioassistencial aos serviços disponibilizados pela rede de Proteção Social Básica (PSB) – compreendendo-se para tal serviços, orientações, encaminhamentos, programas sociais, benefícios sócioassistenciais e demais atividades disponibilizadas -, obteve-se como evidência o número de vezes que cada entrevistado declarou haver acessado as unidades CRAS durante o último ano (Precisamente 12 meses). Desta forma, explana-se que: a imensa maioria dos respondentes formada por 72,6% dos entrevistados (Totalizando-se 122 indivíduos) verbalizou “Não haver comparecido às unidades CRAS de Itapetininga-SP em nenhuma ocasião no decorrer do último ano.

Os dados remanescentes apontam por sua vez que: 23,8% dos entrevistados (40 respondentes deste formulário) verbalizaram haver comparecido a uma unidade CRAS no intervalo que se estende de 1 a 3 vezes ao longo do último ano. Outros 3% dos entrevistados apenas (5 respondentes deste formulário) verbalizaram haver comparecido a uma unidade CRAS no intervalo que se estende de 4 a 6 vezes no decorrer dos últimos 12 meses. E, por fim, somente 0,6% dos entrevistados (Apenas 1 correspondente deste universo estudado) declarou haver comparecido a uma unidade CRAS em intervalo que se estende de 7 a 9 vezes ao longo do ano referenciado.

De acordo com os índices coletados por esta pesquisa, os quais apontam correlações aproximadas entre as intervenções descritas por ambas as orações sequenciadas, aponta-se a frequência de requisição e concessão de benefícios eventuais de caráter

emergencial (Previstos pela LOAS) - transferência de renda ou cesta alimentação - à famílias e indivíduos no transcorrer dos últimos 12 meses. Nesta temática, 78,3% dos entrevistados (130 participantes desta pesquisa) responderam que no último ano “Não receberam nenhuma vez qualquer transferência de renda ou cesta alimentação ofertados por uma unidade CRAS nesta cidade. Em contraposição, apenas 18,1% dos entrevistados (30 indivíduos desta amostragem) informaram haverem recebido esta modalidade de benefícios ao menos em 1 ou 2 oportunidades ao longo dos últimos 12 meses. Expondo-se números ínfimos, apenas 1,8% dos entrevistados (3 indivíduos respondentes) verbalizaram haverem recebido esta modalidade de benefícios ao menos em 3 ou 4 oportunidades durante o ano em tela. Ademais, somente 1,2% (2 participantes) e outros 0,6% (1 participante) dos entrevistados verbalizaram haverem recebido respectivamente esta modalidade de atenção eventual em intervalos que se estendem de 5 a 6 vezes e de 9 a 10 vezes ao longo do período referenciado.

Em conformidade com a temática produzida pela pesquisa em tela, principalmente no que tange às condições desenvolvidas pelo SUAS para a construção de autonomia dos indivíduos e das comunidades onde se encontram inseridos, examinam-se dados sobre o conhecimento social no tocante às plataformas ou Instituições que disponibilizam informações sobre vagas de emprego e sobre o mercado de trabalho na região estudada. Neste contexto, demonstrou-se que: o maior percentual descrito pelos entrevistados composto por 119 destes (69,2% da totalidade) refere-se as atividades desenvolvidas apenas pelo PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador. Em seguida, estabelece-se em sequência o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola com 83 opções demarcadas (48,3% da totalidade).

Linearmente, apresentam-se os seguintes mecanismos institucionais com os mesmos parâmetros estatísticos: Redes Sociais diversas sobre “Vagas de Emprego” e sobre “Mercado de Trabalho”, com 30,8% das repostas assinaladas (53 Entrevistados); Agências Privadas de Emprego, com 30,8% de alternativas assinaladas (53 Entrevistados); Programa Jovem Aprendiz, com 30,8% de alternativas assinaladas (53 Entrevistados) e; por fim, Guarda Mirim de Itapetininga com 30,8% de opções demarcadas (53 Entrevistados); etc.

Em compensação, o índice amostral de 20,9% (Precisamente 36 indivíduos deste universo) verbalizaram que, “Até o presente momento, não tiveram qualquer contato com alguma das plataformas ou instituições citadas”.

Neste dimensionamento, compreende-se um conjunto de intervenções estatais e privadas que visam a construção e aprimoramento do desenvolvimento

autônomo e profissional dos indivíduos a médio e longo prazo assim como prescreve a própria LOAS e seu Sistema Único de Assistência Social, tornando-se uma espécie de “remédio” ministrado pela política sócioassistencial para a transformação das realidades socioeconômicas cotidianamente vivenciadas. Desta forma, a primeira etapa de tal construção afirmativa concentra-se no desenvolvimento acadêmico dos usuários dos SUAS e, em muitas ocasiões, na própria retomada dos estudos por parte destes lhes demonstrando o papel fundamental da educação neste processo de empoderamento.

Segue-se, portanto, os dados coletados consonantes aos níveis de conhecimento e de acesso populacional referente à plataformas, instituições e modalidades de ensino que disponibilizam cursos ou outros métodos para conclusão da escolaridade. Incrivelmente, demonstrou-se através deste formulário que considerável parcela dos entrevistados estipulada em 38,5% destes (65 respondentes) assinalou a opção “Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (Como forma de avaliação para certificação de conclusão do Ensino Médio), ocorrendo esta significação provavelmente devido à massiva propagação de informações realizada pelos diversos meios de comunicação a respeito deste exame em específico. Contraditoriamente, 36,1% deste universo analisado (61 respondentes) ratificaram que, até a presente data, “Nunca tiveram contato com nenhuma das plataformas educacionais elencadas por esta questão.

Sequencialmente, descrevem-se os índices coletados de modo decrescente, evidenciando-se que as demais perspectivas sobre a temática se encontram dispersas entre os diferentes níveis de conhecimento descritos pelos entrevistados: 23,7% dos entrevistados (40 respondentes) verbalizaram conhecer a oferta de “Ensino Médio EJA – modalidade presencial (1ª à 3ª série em instituição pública ou privada de ensino); 11,8% dos entrevistados (20 respondentes) verbalizaram conhecer a oferta de “Ensino Fundamental EJA – modalidade presencial (1ª à 4ª série em instituição pública ou privada de ensino); 9,5% dos entrevistados (16 respondentes) verbalizaram conhecer a oferta de “Ensino Fundamental EJA – modalidade EaD (1ª à 4ª série em instituição pública ou privada de ensino); etc.

Prosseguindo-se às idealizações no bojo dos estímulos à autonomia dos indivíduos e ao aprimoramento profissional destes, possibilitou-se a identificação dos níveis de acesso da população a algumas atividades e encaminhamentos ofertados pelas unidades CRAS de Itapetininga. Neste contexto, sinalizou-se uma estatística crítica ao se demonstrar que, até o presente momento, a maior parcela dos entrevistados (56,6% destes – Caracterizando-se 99 correspondentes deste formulário) “Nunca acessaram nenhuma das plataformas descritas por esta questão.” Consequentemente, outros 22,3% deste universo

amostral (39 participantes) alegou haver acessado somente os denominados “Cursos rápidos (Cursos de curta duração e não aprofundados).

Deste modo, têm-se dispersas decrescentemente as demais opções correlatas a este enunciado: Cursos preparatórios para o primeiro acesso ao mercado de trabalho formal, com 19 alternativas assinaladas (Totalizando-se 10,9% dos respondentes); Cursos Profissionalizantes (Cursos que promovem o aprendizado teórico e prático, aprofundando conhecimentos e habilidades exigidos, possibilitando aos alunos o exercício efetivo de uma Profissão), com 18 alternativas assinaladas (Totalizando-se 10,3% dos respondentes); Cursos básicos (Cursos de média duração que, muitas vezes, não desenvolvem práticas aliadas aos conhecimentos teóricos ministrados), com 13 alternativas assinaladas (Totalizando-se 7,4% dos respondentes); Oficinas sobre temas diversificados, com 11 opções demarcadas (Caracterizando 6,3% da totalidade); etc.

Refletindo-se a respeito dos dados supramencionados, sequencialmente se estabelece a correlação com o conhecimento e acesso populacional a algumas das Instituições públicas de ensino profissionalizante, técnico ou universitário no território Itapetiningano. Deste modo, o maior percentual coletado descreve que 41,8% do universo analisado (Precisamente 71 respondentes) reconhecem ou já acessaram a “Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC. Em seguida se estabelece o índice de 40,6% deste montante (Totalizando-se 69 respondentes). Terciariamente, exhibe-se a negativa estatística de 25,3% dos entrevistados (Composta por 43 participantes), a qual demonstra os que “Nunca acessaram, obtiveram informações ou frequentaram qualquer uma destas instituições de Ensino até a presente data.

Logo, têm-se os demais mecanismos fixados em Itapetininga – SP que visam promover o acesso às políticas de desenvolvimento acadêmico e profissionalizante, oportunizando-se a posterior e conseqüente inserção ao mercado de trabalho formal e informal presente na região. 13,5% dos entrevistados (23 respondentes deste universo amostral) declararam reconhecerem ou acessarem a “Universidade Aberta do Brasil – UAB (Polo Itapetininga, o qual oferta diversos cursos de outras instituições de ensino na modalidade EaD, semipresencial e presencial); 12,9% dos entrevistados (22 respondentes deste universo amostral) declararam reconhecerem ou acessarem a “Guarda Mirim de Itapetininga”; etc.

Logo, apresentam-se conseqüentemente dados que evidenciam o reconhecimento e acesso da sociedade a algumas das instituições privadas (As quais oferecem bolsas estudantis parciais ou integrais atreladas à Administração Pública), ONG’ s

ou projetos sociais que também ofertam ensino profissionalizante, técnico ou universitário no município de Itapetininga. Neste interim, 38,4% dos entrevistados (67 participantes desta pesquisa) alegaram reconhecer ou já haverem acessado o “Centro Educacional Profissionalizante Municipal – CEPROM (Vinculado ao SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Linearmente, demonstra-se que outros 37,8% dos entrevistados (65 participantes desta pesquisa) alegaram reconhecer ou já haverem acessado o “Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC”.

Sequencialmente, apresentam-se outros importantes índices que apontam que: 31,4% dos inqueridos (54 participantes desta pesquisa) alegaram reconhecer ou já haverem acessado a “Universidade Norte do Paraná – UNOPAR; e 16,9% destes mesmos inqueridos (29 participantes da referida pesquisa) alegaram reconhecer ou já haverem acessado o “Instituto Itapetiningano de Ensino Superior – IIES.

Em contrapartida, o número de entrevistados que verbalizou “Nunca haver obtido informações, acesso ou frequentado até o presente momento alguma das instituições de Ensino relacionadas apresentou-se na casa de 27,3% (Caracterizando-se 47 dos correspondentes).

Decorrente desta perspectiva educacional, a qual salienta a imprescindibilidade da formação acadêmica e da capacitação profissional continuada neste processo de empoderamento e de transformação socioeconômica incentivados pelo Sistema Único de Assistência Social, dispõem-se a seguinte análise acerca do nível de conhecimento e de acesso populacional à alguns dos programas educacionais para incentivo à graduação em cursos universitários implantados em diferentes instituições de ensino técnico e superior no município de Itapetininga. Neste prisma, a maior parcela dos entrevistados constituída de 39% deste universo (67 respondentes deste universo amostral) assinalaram a alternativa que sintetiza o “Sistema de Seleção Unificada (SISU) desenvolvido pelo Ministério de Educação – MEC o qual, através da análise de notas atribuídas por intermédio do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, seleciona estudantes e lhes oferta percentual de vagas para inclusão em Instituições públicas de Ensino Superior que adotaram o ENEM como método de seleção em substituição aos respectivos vestibulares.

Todavia, exatamente o mesmo número correspondente de 39% destes respondentes (67 participantes desta pesquisa) expressou a ideia de que considerável parcela “Nunca obteve informações, acessou ou frequentou alguns destes programas educacionais para incentivo à Graduação em cursos universitários até o presente momento”.

Entretanto, descrevem-se outros diferentes graus de conhecimento e de acesso sobre demais políticas de incentivo à formação continuada em níveis acadêmicos diversificados conforme segue abaixo:

- Financiamento Estudantil (Integral ou parcial) vinculado ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (Acessado através de avaliação de desempenho acadêmico mensurado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio de acordo com Critérios previamente estabelecidos pelo MEC – Ministérios da Educação), com 18% das alternativas assinaladas (O que representa o número de 31 entrevistados desta amostragem);
- Bolsa de Estudos (Integral ou Parcial) vinculada ao Programa Universidade para Todos – PROUNI (Acessado através de avaliação de desempenho acadêmico mensurado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio de acordo com Critérios previamente estabelecidos pelo MEC – Ministérios da Educação), com 16,3% das alternativas assinaladas (O que representa o número de 28 entrevistados desta amostragem);
- Bolsas integrais / parciais ou Financiamento Estudantil ofertados diretamente pelas próprias instituições privadas de Ensino Superior, com 8,7% das alternativas assinaladas (O que representa o número de 15 entrevistados desta amostragem);
- Programas de inclusão educacional da iniciativa privada que ofertam bolsas de estudo para diversas modalidades de ensino, como: programa “Educa mais Brasil”; programa “Quero Bolsa” e etc., com 6,4% das repostas demarcadas (O que totaliza 11 participantes deste universo);
- Oferecimento de bolsa integral ou parcial através do programa “Escola da Família”, com apenas 4,1% das opções assinaladas (Totalizando-se 7 entrevistados); e
- Outros programas educacionais não especificados para incentivo à graduação em cursos Universitários, com os mesmos 4,1% das alternativas assinaladas na resposta anterior (Totalizando-se, conseqüentemente, somente 7 entrevistados);

Concluindo-se as perspectivas educacionais congruentes aos dados capitados por esta pesquisa, obteve-se consideráveis compreensões acerca do nível de importância admitido pelo universo amostral analisado no que dizem respeito à interferência do grau de escolarização do indivíduo para obtenção do primeiro emprego ou para recolocação no mercado de trabalho. Desta forma, 58,5% dos entrevistados (Exatamente 100 respondentes) creditaram nota máxima ao grau de escolaridade para obtenção do

primeiro emprego ou recolocação no mercado de trabalho, evidenciando ser considerado como de “Suma importância” para tal processo.

Esta estatística permite inferir-se que a sociedade de modo geral apresentaria elevado nível de conscientização sobre a imprescindibilidade da escolarização e sobre a necessidade de se adquirir maiores e contínuos índices de conhecimento, tornando deste modo os indivíduos competitivos e capazes de se manterem sempre ativos neste mercado de trabalho volátil e em constante mutação conforme observamos atualmente.

Subsequentemente, concentram-se os demais percentuais sobre a temática: 19,9% dos entrevistados (O que caracteriza 34 participantes deste universo) verbalizaram que o nível de escolarização apresenta “Elevada importância” para a consecução de vaga no mercado de trabalho. Outras análises permitiram identificar que 12,3% (21 respondentes) e 2,9% (5 respondentes) dos entrevistados atribuíram notações acerca da influência da educação nesse processo às opções intermediárias (Compreendidas respectivamente pelas notas 3 e 2).

Outrossim, no tocante à capacitação continuada, os entrevistados emitiram suas considerações sobre o grau de importância no que tange à profissionalização para obtenção do primeiro emprego ou recolocação no mercado de trabalho. Deste modo, verifica-se a supremacia da imprescindibilidade da importância da formação continuada e da profissionalização para a obtenção do primeiro emprego ou para recolocação no mercado de trabalho, obtendo-se nota máxima expressada por 64% dos entrevistados (112 respondentes em tela).

Finalizando-se estas idealizações, explanam-se as demais especificidades sobre a temática: 18,3% dos entrevistados (32 respondentes deste universo) caracterizaram ser de “Relevante importância” a formação continuada e a profissionalização para a obtenção do primeiro emprego ou para recolocação no mercado de trabalho; 10,9% e 4% dos entrevistados respectivamente (19 respondentes deste universo) caracterizaram ser de “Intermediária importância” a formação continuada e a profissionalização para a obtenção do primeiro emprego ou para recolocação no mercado de trabalho; Somente 1,7% dos entrevistados (Apenas 3 participantes desta pesquisa) caracterizaram ser de “Pouca importância” a formação continuada e a profissionalização para a obtenção do primeiro emprego ou para recolocação no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cenários retratados por este trabalho acadêmico em tela permitem constatar-se que, conforme fora minuciado ao longo dos diagnósticos sobre os resultados obtidos, existem severos impedimentos que impossibilitaram o pleno engajamento e participação populacional no que concerne à pesquisa sobre a temática referenciada.

Visara-se contribuir com a adesão da população (Estimulando-se a difusão dos interesses da própria coletividade perante a materialização da Assistência Social) a esta intervenção investigativa, permitindo-lhe interações e comparações entre conhecimentos teóricos legalistas e as práticas cotidianas ocorridas no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) na localidade, principalmente no que tange aos denominados Benefícios Eventuais de caráter pontual muitas vezes concedidos através do emprego de Cesta Alimentação neste município.

Demonstrou-se o fato de que a população mais vulnerável comunicacional, socioeconomicamente e estruturalmente - a qual realmente necessitaria participar de pesquisas e espaços intensificados de propagação de informação e conhecimento para fomentar a apropriação perante fundamentos, princípios e execuções da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e de seus programas e benefícios Sócioassistenciais inerentes (Considerando-se para tanto a fidedignidade dos trabalhos assistenciais desenvolvidos de acordo com as atribuições desta política pública expressas legalmente.) – não fora beneficiada com o acesso a esta pesquisa.

Neste interim, levam-se primordialmente em conta a compreensão e a assimilação da sociedade frente às principais finalidades intrínsecas à PNAS, ao próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e aos programas Sócioassistenciais e benefícios eventuais por eles subsidiados: o desenvolvimento da autonomia individual e comunitária; o incentivo ao protagonismo social e à participação democrática perante os processos de construção, reavaliação e execução das próprias políticas Sócioassistenciais, etc.

Correlacionando-se os parágrafos anteriores aos próprios temas analisados, objetos centrais desta investigação social, caracteriza-se a existência de determinados níveis de desconhecimento populacional acerca dos conceitos e princípios fundamentais da assistência social e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ambas legalmente elencadas no bojo constitucional. Deste modo, salienta-se que a maior parcela deste universo investigado reconhece sumariamente a existência de outros direitos fundamentais difundidos pela carta magna, pertinentes: à educação; à saúde; ao trabalho; à alimentação; etc. Ao

efetuarem-se os devidos comparativos, o direito a Assistência Social descrito constitucionalmente apresenta-se apenas em segundo plano na concepção dos entrevistados.

Diante de tais explanações, certificam-se arraigadas motivações e contradições que levariam os usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a acessar os serviços permanentes (Autonômicos) e os benefícios eventuais Sócioassistenciais disponibilizados pelas unidades de Proteção Social Básica alocadas neste município, formalizando-se um contínuo paradigma intrincado entre estes. Ademais, sinalizam-se outras compreensões atribuídas às políticas Sócioassistenciais em nível municipal de atuação (Conforme se descreve no conteúdo das Normas Operacionais Básicas – NOB-SUAS) que, em muitas oportunidades, se confundem até mesmo com funções de outros órgãos Intersetoriais da administração pública.

Por intermédio dos apontamentos descritos no conteúdo inserido no capítulo referente às análises dos dados coletados por esta pesquisa, verifica-se que considerável parcela dos entrevistados declara até a presente data não haver acessado qualquer um dos serviços Sócioassistenciais promovidos pelos órgãos municipais da rede PSB, conforme foram enunciados nos questionamentos aplicados no interior do Bloco II desta investigação social. Partindo-se destes pressupostos amostrais, estendem-se tais afirmativas generalistas a toda população local (Cidadãos de Itapetininga como público-alvo deste universo inquerido).

Extraí-se, contudo, a hipótese de que a pequena parcela que verbalizou já haver acessado os serviços de Proteção Social Básica o fez pontualmente visando-se somente a consecução dos denominados benefícios eventuais de caráter emergencial previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e para acessar os conclamados programas de transferência de renda, estabelecendo estes como subsídios imprescindíveis e empregáveis para se suprir problemáticas meramente pontuais.

Em face disto, subentende-se genericamente que esta população em regra não fora incentivada ou não optou pela inserção em mecanismos previstos pela LOAS e executados no âmbito das unidades CRAS no município (Centros de Referência de Assistência Social), os quais favoreceriam a construção do empoderamento, da autonomia e da independência dos indivíduos ao ponto de torná-los capazes de gerirem as próprias condições socioeconômicas e de desenvolvê-las a médio prazo (Por meio do incentivo e encaminhamento a programas de conclusão escolar, de educação continuada e, por fim, de capacitação produtiva e profissionalizante).

Desta feita, os usuários deste sistema Sócioassistencial claramente ainda desconsiderariam, por conseguinte, os demais serviços disponibilizados pelo SUAS em

âmbito municipal, não usufruindo destes para alavancar a construção da própria autonomia e para potencializar as capacidades profissionais e de aprendizagem conforme sustenta a PNAS. Concluindo estas perspectivas, constata-se a existência contínua de posturas administrativas e populacionais que contradizem a real finalidade dos serviços Sócioassistenciais (Inclusive no tocante à concessão de benefícios eventuais como: cesta alimentação – modalidade que permanece agregada a esta política pública, mas que abrange características e plena capacidade de vinculação à Política Nacional de Segurança Alimentar de acordo com os preceitos constitucionais onde se determina o acesso Alimentação como direito certo e inalienável).

Legitimando-se as inferências destacadas acima, o maior índice sintetizado por esta pesquisa retificou que a imensa parcela dos entrevistados, até o presente momento, nunca acessou os serviços e atividades para os quais foram encaminhados.

Respaldam-se as assertivas supramencionadas ao se analisar profundamente os aspectos que se seguem a aplicação dos Benefícios Sócioassistenciais de caráter emergencial elencados pela LOAS, identificando-se que os entrevistados deste universo amostral possuem conhecimento prévio – porém superficiais - sobre a existência de benefícios eventuais. Não obstante, as estatísticas contempladas pelas alternativas assinaladas demonstraram certa fragilização nos processos informacionais executados pela gestão local no que tangem aos consensos sobre os objetivos e especificidades desta política Sócioassistencial, bem como no tocante a execução dos programas e benefícios ofertados pelos respectivos órgãos públicos competentes. Rotineiramente, evidenciam-se também contradições na forma em que a Administração local ministra tais recursos perante às demandas sociais, verificando-se a arraigada existência de tendências políticas e assistencialistas em decorrência da inobservância de uma eficaz regulamentação municipal.

Em contrapartida, sinaliza-se que significativa parcela dos entrevistados por este formulário caracterizou os serviços Sócioassistenciais e os benefícios eventuais a estes vinculados e disponibilizados pelo estado como itens de “extrema relevância” para a sociedade como um todo. Isto posto, interpretando-se fidedignamente os resultados atingidos, pressupõem-se o avanço no desenvolvimento do consciente populacional à respeito da indispensabilidade das intervenções sobre às realidades sociais concretizadas pela Administração Pública através das implementações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e de seus modus operandi correlatos. Entretanto, o desenvolvimento da concepção referenciada nesta contextualização não exime a sociedade da ausência de

compreensão e dos equívocos recorrentes sobre os objetivos e atuações realizadas por tal política.

A pesquisa em tela também traduz os índices sobre a requisição e concessão de benefícios eventuais de caráter emergencial (Previstos pela LOAS) - transferência de renda ou cesta alimentação (Esta última modalidade adotada pela Administração Pública municipal em Itapetininga) - à famílias e indivíduos no transcorrer dos últimos 12 meses, demonstrando-se que a grande maioria dos entrevistados responderam que no decorrer do último ano não receberam nenhuma vez qualquer transferência de renda ou cesta alimentação ofertados por uma unidade CRAS nesta cidade. Complementando-se, apenas 18,1% deste universo amostral informou haver recebido esta modalidade de benefício em apenas 1 ou 2 oportunidades ao longo dos últimos 12 meses.

Ademais, detectara-se que a imensa maioria dos 175 inqueridos por esta investigação social seria composta de indivíduos que, até a presente data, não seriam beneficiários de programa de transferência de renda de qualquer origem. Atrelada a esta hipótese, constata-se que maior parcela dos entrevistados (Considerando-se para esta afirmativa somente aqueles que indicaram haver recebido alguma modalidade de benefício eventual em dado momento) verbaliza nunca haver recebido orientações subjetivas e detalhadas sobre: os critérios; as condicionalidades; as formas de acompanhamento; as atividades complementares para o desenvolvimento da autonomia; para qual finalidade os benefícios eventuais de caráter emergencial devem ser realmente empregados, etc.

Em contraponto, configura-se o fato de determinado índice apontar que outros entrevistados teriam sim recebido estas orientações e informes legalistas mediante atendimentos aos quais foram submetidos pelas unidades CRAS e pelos serviços PAIF ofertados durante o desenrolar deste suporte proposto aos usuários do SUAS.

Relativo à frequência de comparecimento dos cidadãos – do interior do universo analisado por esta investigação - às unidades de Proteção Social Básica (Centros de Referência de Assistência Social) ao longo dos últimos 12 meses, verificou-se que a imensa maioria dos respondentes explanou não haver comparecido às unidades CRAS de Itapetininga-SP em nenhuma ocasião no decorrer do último ano. Os dados remanescentes apontam por sua vez que outra parte dos entrevistados verbalizou haver comparecido a uma unidade CRAS apenas de 1 a 3 vezes em média ao longo do período supramencionado.

Por fim denota-se, a partir das afirmativas propostas pelos parágrafos anteriores, a necessária reavaliação dos métodos e estratégias empregados pela rede sócioassistencial no município de Itapetininga até a presente data para que esta se constitua

canal efetivo desta política que proporcione proximidade, vínculo e proteção à sociedade como um todo, permitindo-se desta forma a adequada conscientização dos cidadãos sobre os aspectos autênticos de suas atribuições e serviços desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

- BOVOLENTA, Gisele A.; “**Cesta Básica e Assistência Social: Notas de uma antiga relação.**” – Rev. Serv. Soc., São Paulo; Nº. 130, P. 507-525. Set. / Dez.-2017.
- BOVOLENTA, Gisele A. “**Os Benefícios Eventuais no Brasil: Regulamentação, Gestão e Financiamento.**” –. São Paulo – SP; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – P.U.C.-SP; Outubro, 2016.
- BOVOLENTA, Gisele A. “**Os Benefícios Eventuais no S.U.A.S.: Avaliação de sua Gestão.**” – VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz – MA; Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Agosto. 2015.
- BOVOLENTA, Gisele A.; “**Os benefícios eventuais junto à política de Assistência social: Algumas considerações.**” Rev. O Social em Questão, Ano XVII - Nº. 30; Pg. 273 – 286, 2013.
- DA SILVA, Adailton J. “**A Assistência Social na promoção da Autonomia.**” – Rio de Janeiro – RJ; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – P.U.C.-RJ; 2016.
- DE CARVALHO, Graziela F.; *A assistência social no brasil: da Caridade ao direito.* Pont. Univ. Cat. Do Rio de Janeiro - P.U.C. Rio de Janeiro, 2008.1.
- DOS SANTOS, Maria P. G.; **O Estados e os Problemas Contemporâneos** - 3. Ed. Rev. Atual. Florianópolis; Departamento de Ciências da Administração – U.F.S.C.; [Brasília]: **CAPES** - U.A.B., 2014. 138 P.
- FIGUEIREDO DE SOUZA, Maria. M.; MONTEIRO NUNES, Ana Beatriz L.; FIGUEIREDO DE SOUZA, Margemeire; FIGUEIREDO DE SOUZA, Mirelly; RENAN ALVES; **A Assistência Social como Política Pública de Direito: avanços e desafios na efetivação dos direitos sociais** – VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz – MA; Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; N.6, P.1-9, Agosto. 2013.
- FILHO, Antonio E.; GUZZO, Raquel Souza L.; “**Desigualdade Social e Pobreza: Contexto de Vida e de Sobrevivência**” Campinas-SP, Pontifícia Universidade Católica - P.U.C.-SP. *Psicologia & Sociedade*, 21 (1): P. 35-44, 2009.
- FREGONEZE, Gisleine B.; BOTELHO, Joacy M.; TRIGUEIRO, Rodrigo de M.; RICIERI, Marilucia; “**Metodologia Científica**” - 1. Ed. Londrina; Editora e Distribuidora Educacional S.A. – [Londrina – PR.]: - UnoPar, 2014. 184 p. (ISBN 978-85-68075-30-2).
- FREITAS, Cristiane R.; GUARESCHI, Pedrinho A.; **A assistência social no brasil e os usuários: possibilidades e contradições.** DIÁLOGO, Canoas; N. 25, P. 145-160, Abr. 2014. (ISSN 2238-9024).
- GARCIA, Regis; SAMPAIO, Helenara R.; MELASSISE, Regina L. S.; ARAMAN, Eliane M. de O.; VIEGAS, Marcelo C.; DE SOUZA, André M. S.; GESSER, Kiliano; DALPIAZ,

Márcia V. D.; SCHMITT, Ana L. F.; BRANDT, Débora C.; “**Métodos Quantitativos**” - 1. Ed. Londrina; Editora e Distribuidora Educacional S.A. – [Londrina – PR.]: - UnoPar, 2014. 176 p. (ISBN 978-85-68075-12-8).

GRAÇAS RUA, Maria das; *Políticas Públicas*. – 3. Ed. Rev. Atua. Florianópolis; Departamento de Ciências da Administração – U.F.S.C.; [Brasília]: CAPES - U.A.B., 2014. 130 P.

GUIRARDELLO, Edinêis de B.; ALEXANDRE, Neusa M. C.; DE SOUZA, Ana Cláudia; “**Propriedades Psicométricas na avaliação de instrumentos - Avaliação da confiabilidade e da validade.**” – Epidemiologia, Serviço de Saúde. Brasília – DF; Faculdade de Enfermagem – Universidade Estadual de Campinas – UEC; v.3 – n.23, p. 649-659; Jul. – Set. 2017. (DOI: 10.5123 / S. 1679-49742017000300022).

M.D.S. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Departamento do Cadastro Único. “**Inclusão de beneficiários e requerentes do BPC e suas famílias no Cadastro Único – Perguntas frequentes.**” 1ª Ed. Brasília, Fevereiro de 2018;

M.D.S. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “**Benefícios Eventuais no SUAS: Orientações Técnicas.**” 1ª Ed. Brasília, 2018;

M.D.S. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Departamento do Cadastro Único. “**Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.**” 3ª Ed. Brasília, 2017;

M.D.S. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cartilha 2: **Implicações do S.U.A.S. e da Gestão Descentralizada na atuação dos Conselhos de Assistência Social.** Brasília, Novembro de 2013.

M.D.S. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “**Lei Orgânica de Assistência Social–L.O.A.S. – Anotada.**” 1. Ed. Brasília, D.F., 2009.

M.D.S. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “**Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004 e Norma Operacional Básica – NOB-SUAS.**” 1ª Ed. Brasília, Novembro de 2005;

NOBRE, Érica B.; “**Elaboração e validação de questionário para descrever o estilo de vida de mães pré-escolares.**” – U.S.P. – Universidade de São Paulo; São Paulo / SP – 2012.

PARREIRA, Janaína A.; BARCELOS, Fernanda M.; “**Política de Assistência Social: Avanços e Retrocessos.**” VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz – MA; Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; P.1-14, Agosto. 2017.

PEREIRA DE OLIVEIRA, Edistia M. A.; **Impasses da política de Assistência Social: Contradições, perspectivas e desafios.** R. Katál. Florianópolis; V. 17, N. 1, P. 95-101, Jan./Jun. 2014.

PINHEIRO, Otilie Macedo; **Plano Diretor e Gestão Urbana** - 3. Ed. Rev. Atual. Florianópolis; Departamento de Ciências da Administração – U.F.S.C.; [Brasília]: CAPES - U.A.B., 2014. 126 P.

SERPA, Virgínia; VIRGÍNIA, Clara; CAVALCANTE, Sylvia. “Assistência Social Pública Brasileira: Uma Política de Autonomia – Um dispositivo Biopolítico.” – Revista “Subjetividades”; Fortaleza – CE. v.3 - n.15, p.428-437; Dez. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. “Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepções fundantes.” – E.N.A.P.-Escola Nacional de Administração Pública; São Paulo / SP - 2010.

S.T.F. – Superior Tribunal Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. Ed. Brasília, D.F., 2019.

STOPA, Roberta; MUSTAFA, Patrícia S. **A implantação do Sistema Único de Assistência Social em Ourinhos/SP: a contribuição do Serviço Social**. Serv. Soc. Rev., Londrina, V. 15, N.2, P. 152-174, Jan. /Jun. 2013. DOI: 10.5433/1679-4842.2013v15n2p152.

TORRES, Camila; FERMAM, Ricardo K. S.; “Avaliação da competição no Mercado de Carbono: Elaboração e validação de questionário.” – Revista Internacional de Ciências. Rio de Janeiro – RJ; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; v.6 - n.2, p.199-213; Jul. - Dez. 2016. (e-ISSN: 2316-7041).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: “Portal da Cidades” – Atualizado em: 31 de Maio de 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/itapetininga/panorama>> Acesso em: 21/05/2020, às 22h20min.

M.D.S. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “Cadastro Único: Formulário Avulso 1 – Identificação do Domicílio e da Família.” Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_F_Avulso_2.pdf> Acesso em: 12/07/2020, às 19h50min.

M.D.S. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “Cadastro Único: Formulário Avulso 2 – Identificação da Pessoa.” Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_F_Avulso_2.pdf> Acesso em: 12/07/2020, às 19h45min.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos: **Lei n.º: 12.435, de 06 de Julho de 2011. “Alteração da Lei n.º: 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social”**. Brasília – DF, 2011. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm)> Acesso em: 17/05/2020, às 11h30min.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos: **Decreto n.º: 8.805, de 07 de Julho de 2016. “Alteração do Regulamento do Benefício de Prestação Continuada”**. Brasília – DF, 2011. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm)> Acesso em: 17/05/2020, às 11h30min.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. “O Estado de Bem-estar Social.” Publicado em: 20 de Abril de 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_bem-estar_social> Acesso em: 15/05/2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – “QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO INDIVIDUALIZADO” (1ª ETAPA):

1) **Sexo:** (A) Masculino (B) Feminino.

2) **Idade:**

(A) De 16 a 20 anos;

(B) De 21 a 30 anos;

(C) De 31 a 50 anos;

(D) De 51 a 60 anos;

(E) De 61 a 70 anos;

(F) Acima de 70 anos;

3) **Qual é sua Cor ou Raça?**

(A) Branca;

(B) Preta;

(C) Amarela;

(D) Parda;

(E) Indígena;

(F) Não quero declarar;

4) **Estado Civil:**

(A) Solteiro (a);

(B) Casado (a);

(C) União estável;

(D) Divorciado (a);

(C) Separado (a) de fato;

(D) Viúvo (a);

5) **Número de Filhos que residem com o entrevistado:**

(A) Nenhum;

(B) De 1 a 3 filhos;

(C) De 4 a 6 filhos;

- (D) De 7 a 9 filhos;
- (E) Acima de 9 filhos;
- (F) Não tenho filhos;

6) Número total de pessoas que residem atualmente com o Entrevistado:

- (A) Resido sozinho;
- (B) De 1 a 3 pessoas;
- (C) De 4 a 6 pessoas;
- (D) De 7 a 9 pessoas;
- (E) De 10 a 12 pessoas;
- (F) Acima de 12 pessoas;

7) Grau de Escolaridade:

- | | |
|---|---|
| (A) Não-Alfabetizado (a); | (H) Ensino Profissionalizante / Técnico (Completo); |
| (B) Sabe ler e escrever; | (I) Ensino Superior (Incompleto); |
| (C) Ensino Fundamental (Incompleto); | (J) Ensino Superior (Completo); |
| (D) Ensino Fundamental (Completo); | (K) Curso de Pós-Graduação / Mestrado / Doutorado; |
| (E) Ensino Médio (Incompleto); | |
| (F) Ensino Médio (Completo); | |
| (G) Ensino Profissionalizante / Técnico (Incompleto); | |

8). Indique abaixo como se classifica sua atual realidade social / situação econômica?

(Atenção: O **menor intervalo** numérico da escala significa *Péssima* situação Social / Econômica e o **maior** significa *Excelente* situação Social / Econômica).

- (A) De 1 a 2;
- (B) De 3 a 4;
- (C) De 5 a 6;
- (D) De 7 a 8;
- (E) De 9 a 10;

9) A casa onde você reside atualmente é:

- (A) Casa própria;
- (B) Casa alugada;

- (C) Casa cedida;
- (D) Casa financiada (Parcelamento que absorve até 1 / 3 – 33% da Remuneração);
- (E) Casa financiada (Parcelamento do Valor Total – Programa direcionado à Famílias de Baixa Renda);
- (F) Casa improvisada;

10) Sua Casa fica localizada em:

- (A) Zona Urbana; (B) Zona Rural;

11). Quantos cômodos tem sua residência atual (Considerando como cômodo o (s) Banheiro (s) existentes nos domicílios)?

- (A) De 1 a 2 cômodos;
- (B) De 3 a 4 cômodos;
- (C) De 5 a 6 cômodos;
- (D) De 7 a 8 cômodos;
- (E) Acima de 8 cômodos;

12) O seu domicílio possui água canalizada para, pelo menos, 1 cômodo?

- (A) Sim; (B) Não;

13). Qual é a forma de abastecimento de água utilizada no seu domicílio?

- (A) Rede geral de Distribuição;
- (B) Poço ou nascente;
- (C) Cisterna;
- (D) Outra forma;

14). No seu domicílio ou propriedade existe banheiro ou sanitário?

- (A) Sim (Se sim, responda à pergunta de N°: 15) (B). Não;

15). De que forma é feito o escoamento de banheiro ou sanitário?

- (A) Rede coletora de esgoto ou pluvial;
- (B) Fossa séptica;
- (C) Fossa rudimentar;
- (D) Vala a céu aberto;

- (E) Direto para um rio, lago ou mar;
- (F) Outra forma.

16. Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?

- (A) Elétrica com medidor próprio;
- (B) Elétrica com medidor comunitário;
- (C) Elétrica sem medidor;
- (D) Óleo, querosene ou gás;
- (E) Vela;
- (F) Outra forma.

17. Existe calçamento / pavimentação no trecho do logradouro (Rua, Avenida, etc.) em frente a seu domicílio?

- (A) Total; (B). Parcial; (C) Não Existe;

18) Somando a sua renda com a renda de todas as pessoas que moram com você atualmente, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta).

- (A) Nenhuma renda;
- (B) Até 1 salário mínimo (Até R\$ 1.045,00);
- (C) De 1 a 3 salários mínimos (De R\$ 1.046,00 até R\$ 3.135,00);
- (D) De 3 a 6 salários mínimos (De R\$ 3.136,00 até R\$ 6.270,00);
- (E) De 6 a 9 salários mínimos (De R\$ 6.271,00 até R\$ 9.405,00);
- (F) De 9 a 12 salários mínimos (De R\$ 9.406,00 até R\$ 12.540,00);
- (G) De 12 a 15 salários mínimos (De R\$ 12.541,00 até R\$ 15.675,00);
- (H) Mais de 15 salários mínimos (Mais de R\$ 15.675,00);

19) Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (Marque apenas uma resposta).

- (A) Nenhuma renda;
- (B) Até 1 salário mínimo (Até R\$ 1.045,00);
- (C) De 1 a 3 salários mínimos (De R\$ 1.046,00 até R\$ 3.135,00);
- (D) De 3 a 6 salários mínimos (De R\$ 3.136,00 até R\$ 6.270,00);
- (E) De 6 a 9 salários mínimos (De R\$ 6.271,00 até R\$ 9.405,00);
- (F) De 9 a 12 salários mínimos (De R\$ 9.406,00 até R\$ 12.540,00);

(G) De 12 a 15 salários mínimos (De R\$ 12.541,00 até R\$ 15.675,00);

(H) Mais de 15 salários mínimos (Mais de R\$ R\$ 15.675,00);

20) Sua remuneração mensal é a principal fonte de Renda familiar atualmente?

(A) Sim; (B) Não;

21). Você trabalha atualmente ou teve trabalho remunerado ao longo dos últimos 12 meses? (Marque apenas uma resposta).

(A) Sim.

(B) Não. (Passe para a pergunta de Nº: 25).

22). Você trabalha atualmente como? (Marque apenas uma resposta).

(A) Trabalhador por conta própria (Contribuinte Autônomo);

(B) Trabalhador informal;

(C) Microempreendedor individual;

(D) Trabalhador temporário em área rural;

(E) Empregado sem carteira de trabalho assinada;

(F) Empregado com carteira de trabalho assinada;

(G) Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada;

(H) Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada;

(I) Trabalhador não-remunerado;

(J) Militar ou Servidor Público;

(K) Empregador;

(L) Estagiário;

(M) Jovem Aprendiz;

(N) Outro;

(O) Não trabalho;

23). Com que idade você começou a trabalhar? (Marque apenas uma resposta).

(A) Antes dos 14 anos;

(B) Entre 14 e 16 anos;

(C) Entre 17 e 18 anos;

(D) Após 18 anos;

24) Como você avalia ter estudado e trabalhado durante seus estudos? (Marque apenas uma resposta).

- (A) Atrapalhou meus estudos;
- (B) Possibilitou meus estudos;
- (C) Possibilitou meu crescimento pessoal;
- (D) Não atrapalhou meus estudos;

25) Qual principal motivo faria você voltar a estudar ou continuar estudando? (Marque apenas uma resposta).

- (A) Conseguir um emprego;
- (B) Progredir no emprego atual;
- (C) Conseguir um emprego melhor;
- (D) Adquirir mais conhecimento, ficar atualizado;
- (E) Atender à expectativa de meus familiares sobre meus estudos;
- (F) Não pretendo voltar a estudar;

26) Você já cursou a Educação de Jovens e Adultos – EJA? (Marque apenas uma resposta).

- (A) Sim;
- (B) Não;

27) Atualmente qual são suas principais formas de se manter informado diante de notícias e comunicados de órgãos públicos? Através de acesso a (Questão admite marcar mais de uma opção disponível):

- (A) Televisão;
- (B) Rádio;
- (C) Microcomputador;
- (D) Telefone Fixo;
- (E) Telefone Celular;
- (F) Outras maneiras de acesso à Internet;
- (G) Jornais / Revistas;
- (H) Televisão por assinatura;
- (I) Outras forma de acesso à informação;

28) Você lê com certa frequência alguns dos itens descritos abaixo? (Questão admite marcar mais de uma opção disponível):

- (A) Jornais;
- (B) Revistas de informação em geral (“Veja”; “IstoÉ”; “Época”; etc.);
- (C) Revistas de Humor e Revistas em Quadrinhos;
- (D) Revistas de divulgação científica (“Ciência Hoje”; “Galileu”; etc.);
- (E) Livros de Romance e Ficção;
- (F) Não realizo leitura frequente devido as dificuldades de acesso à Jornais, Revistas, Livros, Internet ou outros meios disponibilizados;
- (G) Não tenho o hábito de Leitura;

APÊNDICE B – “QUESTIONÁRIO SOBRE DIREITOS SÓCIOASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA – SP” (2ª Etapa).

Tema:

Questionário aplicado sobre o acesso da população aos principais Benefícios Eventuais de caráter emergencial (Transferência de Renda / Cesta Alimentação) e demais programas e projetos sociais (Os quais visam o rompimento definitivo com os ciclos de pobreza) ofertados pelas unidades C.R.A.S. e outros órgãos da assistência social, demais órgãos Intersetoriais e instituições de direito privado no município de Itapetininga – SP.

1) Assinale as alternativas abaixo que representam Direitos Sociais fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988 (Dever de prestação do Estado conforme a própria C.F. – 1988) sobre os quais você já tinha conhecimento? (Questão admite marcar mais de uma opção disponível):

- (A) Direito à Educação;
- (B) Direito à Saúde;
- (C) Direito à Alimentação;
- (D) Direito ao Trabalho;
- (E) Direito à Moradia;
- (F) Direito ao Transporte;
- (G) Direito ao Lazer;
- (H) Direito à Segurança;
- (I) Direito à Previdência Social;
- (J) Direito à Proteção à Maternidade e à Infância;
- (K) Direito à Assistência aos desamparados;
- (L) Nenhuma das alternativas anteriores;
- (M) Não possuía conhecimento prévio sobre os Direitos indicados.

2) Assinale as alternativas abaixo que representam Serviços da Assistência Social fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988 (Dever de prestação do Estado conforme a própria C.F. – 1988) sobre os quais você já tinha conhecimento? (Questão admite marcar mais de uma opção disponível):

- (A) A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar;
- (B) A Assistência Social será prestada independentemente da Contribuição à Seguridade Social;
- (C) Promoverá a proteção à família;
- (D) Promoverá a proteção à maternidade;
- (E) Promoverá a proteção à infância;
- (F) Promoverá a proteção à adolescência;
- (G) Promoverá a proteção à velhice;
- (H) Amparárá às crianças carentes;
- (I) Amparárá à adolescentes carentes;
- (J) Promoverá a integração ao mercado de trabalho;
- (K) Promoverá a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência;
- (L) Promoverá a integração das pessoas portadoras de deficiência à vida comunitária;
- (M) Garantirá um Salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
- (N) Garantirá um Salário mínimo de benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
- (O) Não possuía conhecimento prévio sobre os Serviços Sócioassistenciais indicados.

3) Assinale as alternativas abaixo que representam Benefícios Sócioassistenciais eventuais de caráter emergencial presentes na Lei Orgânica de Assistência Social (Dever de prestação do Estado segundo a L.O.A.S.) sobre os quais você já tinha conhecimento ou já fora beneficiado em algum momento? (Questão admite marcar mais de uma opção disponível):

- (A) Pagamento de “Auxílio Natalidade”;
- (B) Pagamento de Auxílio por Morte (Incluindo o chamado “Auxílio Funeral”);
- (C) Outros Benefícios Eventuais de Transferência de Renda para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária;

- (D) Outros Benefícios Eventuais – Como concessão de Cesta Alimentação - para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária;
- (E) Outros Benefícios Eventuais de Transferência de Renda para atender necessidades advindas de Calamidade pública;
- (F) Outros Benefícios Eventuais – Como concessão de Cesta Alimentação - para atender necessidades advindas de Calamidade pública;
- (G) Outros;
- (H) Não possuía conhecimento prévio sobre os Benefícios Eventuais indicados;

4) De acordo com sua opinião, aponte abaixo o grau de importância para você e para a sociedade no que diz respeito aos Direitos Sociais, aos Serviços Sócioassistenciais e aos Benefícios Eventuais indicados nas perguntas anteriores (Atenção: O menor valor numérico significa *Nenhuma Importância*. Já o maior valor significa *Extrema Importância*).

- (A) 0; (B) 1; (C) 2; (D) 3 (E) 4; (F) 5;

5) Dentre as alternativas abaixo, sinalize as que identificam funções, atribuições, atividades e finalidades a serem desenvolvidas pelos Centros de Referência de Assistência Social – C.R.A.S. (Unidades públicas locais responsáveis pela Proteção Social Básica) que você já tinha conhecimento. (Questão admite marcar mais de uma opção disponível):

- (A) Prevenção de Vulnerabilidades Sociais;
- (B) Prevenção de Riscos Sociais;
- (C) Desenvolvimento de Potencialidades locais;
- (D) Incentivo a Aquisições locais;
- (E) Serviços de caráter preventivo;
- (F) Afirmar o acesso a Direitos Sócioassistenciais;
- (G) Desenvolvimento do Programa de Atenção Integral à Família – P.A.I.F.;
- (H) Encaminhamento das Famílias às demais políticas públicas de Proteção Social Intersetoriais e de garantia de Direitos Sociais presentes no território;
- (I) Busca Ativa de Famílias e Indivíduos realizada no território de abrangência do C.R.A.S.;
- (J) Desenvolvimento e aplicação de uma gama de Programas e Projetos Sociais que proporcionem o crescimento pessoal e a autonomia de famílias e indivíduos;

(K) Inserção de Famílias de baixa renda em diferentes Programas / Benefícios Sociais de Transferência de Renda das esferas Federal e Estadual através da inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais;

(L) Não possuía conhecimento prévio sobre as atribuições e atividades indicadas.

6) Em dado momento, você ou alguém de sua família já acessaram os Serviços de Proteção Social Básica (P.S.B.) ofertados pelas unidades do C.R.A.S. em seu município e já receberam Atendimento Técnico-assistencial, bem como fora preenchido uma Ficha da Família para os demais atendimentos futuros?

(A) Sim;

(B) Não;

7) Aponte em qual das 4 Unidades C.R.A.S. ou demais órgãos da Rede Sócioassistencial que ofertam os Serviços de Proteção Social Básica (P.S.B.) em Itapetininga você ou alguém de sua família já foram atendidos ou possuem Ficha de Acompanhamento Familiar:

(A) CRAS – “Marina Raquel Caron de Campos” (Unidade – Jardim Fogaça);

(B) CRAS – “Livia Stefanny Fidelis de Freitas” (Unidade – Vila Rio Branco);

(C) CRAS – “Regiane Medeiros da Silva Felix” (Unidade – Vila Aurora);

(D) CRAS – “Pe. José Maria Pinto de Oliveira” (Unidade – Jardim Bela Vista);

(E) CRAS – “Itinerante” (Unidade móvel responsável pelo atendimento de diversos Bairros localizados na Zona Rural do município de Itapetininga);

(F) Secretaria Municipal de Promoção Social (Órgão Gestor e responsável pelo atendimento dos demais bairros da Zona Urbana não pertencentes à Abrangência de atendimento das unidades CRAS supramencionadas);

(G) Nunca procurou ou foi atendido por alguma das Unidades CRAS citadas á cima;

8) Por quais motivos você ou alguém de sua família já procuraram algumas das unidades CRAS em questão e acessaram os Serviços de Proteção Social Básica disponibilizados em Itapetininga? (Esta questão admite mais de uma marcação):

(A) Busca Espontânea por determinados Serviços Sócioassistenciais;

(B) Encaminhado (a) por outros Serviços Públicos Intersetoriais presentes no território;

(C) Busca Ativa realizada por Agentes Públicos das Unidades CRAS dentro dos territórios e bairros referenciados;

- (D) Para solicitação de Benefício Emergencial de Transferência de Renda;
- (E) Para solicitação de Benefício Eventual de Cesta Alimentação;
- (F) Para solicitação e inclusão no Cadastro Único Federal para Programas e Benefícios Sociais;
- (G) Para solicitação de outros Benefícios de Transferência continuada de Renda como: Programa Bolsa Família (Programa Federal); Programa B.P.C. – Idoso / B.P.C. – PcD (Programas assistenciais de Seguridade Social vinculados ao Instituto Brasileiro de Seguridade Social – INSS); Programas “Ação Jovem” e “Renda Cidadã” (de responsabilidade Estadual); etc.;
- (H) Para acompanhamento em Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – P.A.I.F. (Inserção em atendimentos Técnicos, Assistenciais e Psicossociais realizados individualmente ou em grupo);
- (I) Para participação em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – S.C.F.V. (Previstos no P.A.I.F.), como: Grupos de Famílias; Grupos de Mulheres; Grupos Temáticos; Programas Pro-Jovem e Movimento Jovem (Destinados ao atendimento de adolescentes de 12 á 18 anos de idade);
- (J) Para participação em Oficinas, Palestras e Cursos Livres ofertados no âmbito do CRAS, com temas diversos como: “Direito das Mulheres”; “Lei Nº: 11.340 / 2006 – Lei Maria da Penha”; “Administração Financeira”; “Economia Doméstica”; “Desenvolvimento Pessoal e Autonomia”; “Acesso ao Mercado de Trabalho”; etc.
- (K) Para receber orientações sobre demais Políticas Públicas de Direito e acesso a demais Serviços Públicos ofertados por órgãos Executores e do Sistema Jurídico brasileiro presentes na cidade e região;
- (L) Para esclarecimentos e orientações sobre Encaminhamentos a outros órgãos e serviços da Rede Pública Intersetoriais, compreendendo para tanto órgãos: do Sistema Único de Saúde (S.U.S.); Secretarias e Departamentos Municipais; Órgãos Estaduais de Defesa de Direitos; etc.
- (M) Para requisição de outros Serviços;
- (N) Até o presente momento nunca procurei nenhuma unidade C.R.A.S.

9) No caso de você ou alguém de sua família ser beneficiário de algum programa federal, estadual ou municipal de transferência de renda (Citando-se como exemplo os programas: Bolsa Família; programa B.P.C. – Idoso / B.P.C.–PcD; programas “Ação Jovem” e “Renda Cidadã” - de responsabilidade estadual; etc.), aponte as opções que

indicam a administração e destinação destes recursos financeiros em seu dia-a-dia. (Esta questão admite mais de uma marcação):

- (A) Atualmente não sou beneficiário de nenhum programa de transferência de renda de qualquer origem;
- (B) Os benefícios de transferência de renda são empregados para a manutenção das despesas gerais com alimentação, higiene, medicamentos controlados, exames médicos (Estes dois últimos quando inexistentes ou não fornecidos temporariamente pela rede pública de saúde) e demais itens considerados como de primeira necessidade;
- (C) Os benefícios de transferência de renda são empregados para a manutenção das despesas com o abastecimento de água e energia elétrica do domicílio;
- (D) Os benefícios de transferência de renda são empregados para a manutenção das despesas com habitação correspondentes ao pagamento de: aluguel, financiamento, parcelamento ou I.P.T.U. (Imposto Predial e Territorial Urbano);
- (E) Os benefícios de transferência de renda são empregados para a manutenção das despesas com artigos de vestuário (roupas, sapatos, etc.), equipamentos, materiais escolares e demais itens destinados às crianças, adolescente e demais membros da composição familiar;
- (F) Os benefícios de transferência de renda são empregados para a manutenção das despesas relacionadas aos meios de comunicação e aparatos tecnológicos, como: pagamentos mensais para utilização de serviços de televisão a cabo, redes de telefonia, redes de telefonia móvel, serviços de internet e de dados móveis, etc.;
- (G) Os benefícios de transferência de renda são empregados para a manutenção de despesas mensais relativas às diferentes formas de transporte público coletivo ou de transporte particular;
- (H) Os benefícios de transferência de renda são empregados para a manutenção das despesas referentes a empréstimos financeiros, renegociações, parcelamento e pagamentos de dívidas diversificadas;
- (I) Os benefícios de transferência de renda são empregados para o pagamento de outras despesas não declaradas nas alternativas anteriores.

10) No caso de já haver recebido atendimento (Ou alguém da Família) dos Serviços e Benefícios Eventuais de Transferência de Renda ou Cesta Alimentação ofertados por uma Unidade CRAS em seu município, já foram orientados subjetiva e detalhadamente

sobre seus ***Critérios, *Condicionalidades, *Forma de Acompanhamento, *Atividades complementares para Desenvolvimento da Autonomia, bem como para qual finalidade são destinados?**

(A) Sim; (B) Não;

11) Dentre os fatores citados a baixo, de acordo com seus conhecimentos, apontem quais caracterizariam a necessidade de Concessão de Benefício Eventual de caráter emergencial como: Transferência de Renda ou Cesta Alimentação. (Esta questão admite mais de uma marcação).

- (A) Famílias / Indivíduos em acompanhamento - P.A.I.F. realizado pelas Unidades - CRAS;
- (B) Famílias / Indivíduos em situação de vivência contínua na rua;
- (C) Famílias / Indivíduos na iminência de sofrerem ação de desapropriação de imóvel;
- (D) Famílias / Indivíduos beneficiários de outros Programas nacionais, estaduais ou municipais de Transferência de Renda, como: Programa Bolsa Família; Programa BPC PcD / BPC Idoso; Programa Renda Cidadã; Programa Ação Jovem; etc.
- (E) Famílias / Indivíduos vivenciando outras situações de vulnerabilidade e risco social;
- (F) Famílias / Indivíduos vivenciando vulnerabilidades decorrentes de calamidades públicas e catástrofes naturais;
- (G) Famílias / Indivíduos vivenciando problemas de ordem financeira-administrativa e de endividamento contínuo;
- (H) Famílias / Indivíduos vivenciando problemas de Administração de recursos e de fundamentos de Economia Doméstica;
- (I) Famílias / Indivíduos vivenciando situações de fragilidade e rompimento de vínculos afetivos e familiares;
- (J) Famílias / Indivíduos em situação de desemprego contínuo;
- (K) Famílias / Indivíduos inseridos no mercado de trabalho informal;
- (L) Famílias / Indivíduos submetidos à trabalhos considerados insalubres, degradantes ou que violem Direitos Trabalhistas e Humanos inalienáveis;
- (M) Famílias / Indivíduos sem fonte de renda fixa ou com rendimentos considerados insuficientes para prover necessidades básicas e direitos fundamentais;
- (N) Famílias / Indivíduos com renda per capita ou renda total familiar que caracterizam perfis de pobreza e de extrema pobreza;
- (O) Outras características.

12) De acordo com sua opinião, aponte abaixo o grau de *importância* para você e para a sociedade no que diz respeito às finalidades, atividades, benefícios e serviços sócioassistenciais ofertados pela Proteção Social Básica através das unidades C.R.A.S.'s (Atenção: O menor valor numérico significa *Nenhuma Importância*. Já o maior valor significa *Extrema Importância*).

(A) 0; (B) 1; (C) 2; (D) 3 (E) 4; (F) 5;

13) No caso de já haver recebido atendimento (Ou alguém da Família) dos Serviços e Benefícios Eventuais de Transferência de Renda ou Cesta Alimentação ofertados por uma Unidade CRAS em seu município, assinale as alternativas que compreendem Órgãos, Setores e Atividades Complementares para os quais já foram encaminhados posteriormente ao atendimento da demanda inicial: (Esta questão admite mais de uma marcação).

- (A) Grupo de Famílias (Atividades Grupais – S.C.F.V.);
- (B) Grupo de Idosos (Atividades Grupais – S.C.F.V.);
- (C) Grupo sobre diferentes Temáticas (“Direito das Mulheres”; “Lei Nº: 11.340 / 2006 – Lei Maria da Penha”; “Administração Financeira”; “Economia Doméstica”; “Desenvolvimento Pessoal e Autonomia”; “Acesso ao Mercado de Trabalho”; “Acesso, Direitos e Funcionamento de diferentes Programas Sociais”; etc.);
- (D) P.A.T. – Posto de Atendimento ao Trabalhador;
- (E) Outras ações e instituições que viabilizam o acesso ao Mercado de Trabalho Formal;
- (F) I.N.S.S. (Acesso a Programas sócioassistenciais da Seguridade Social e à Previdência Social);
- (G) Órgãos e demais intervenções de responsabilidade do Sistema Único de Saúde (U.B.S.'s – Unidades Básicas de Saúde; P.S.F.'s – Postos de Saúde da Família; A.M.E.'s – Ambulatório de Especialidades Médicas; C.A.P.S.'s – Centro de Atenção Psicossocial; etc.);
- (H) Órgãos Estaduais e Municipais de Defesa de Direitos (Ministério Público; Defensoria Pública; Ministério do Trabalho; PROCON. - Programa de Proteção e Defesa do Consumidor; C.E.J.U.S.C. – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania; etc.);

- (I) Órgãos municipais e estaduais (Inclusive órgãos do Poder Judiciário) responsáveis sincronicamente por zelarem dos Direitos de Crianças, Adolescentes, Idosos e Famílias, como: Conselhos Tutelares, dentre outros;
- (J) Órgãos e Instituições da Rede Pública Municipal e Estadual de ensino (Secretaria Municipal de Ensino; Diretoria Regional de Ensino; Escolas que ofertam Ensino Fundamental e Ensino Médio; Creches; C.E.C.'s - Centros de Convivência Infanto-juvenil; etc.);
- (K) Instituições Públicas ou Privadas (As que ofertam, em parceria com a Administração Pública, Bolsas de estudo integrais ou parciais) que ofertam Cursos livres, Cursos Profissionalizantes, Cursos Técnicos, Cursos Universitários, etc;
- (L) Outros Encaminhamentos.
- (M) Até o presente momento nunca recebi atendimento dos Serviços e Benefícios Eventuais de Transferência de Renda ou Cesta Alimentação ofertados por uma Unidade CRAS.

14) Você ou Alguém de sua Família já acessaram os Serviços ou realizaram as Atividades ofertadas por alguns dos Órgãos, Setores e Instituições (Inclusive os citados na questão anterior) aos quais foram encaminhados durante atendimento na Unidade do CRAS: (Esta questão admite mais de uma marcação).

- (A) Não, nunca acessei aos Serviços e Atividades para os quais fui encaminhado;
- (B) Sim, já acessei alguns dos Serviços e Atividades para os quais fui encaminhado;
- (C) Sim, sempre acesso a todos os Serviços e Atividades propostas para os quais fui encaminhado;
- (D) Sim, sempre acesso e continuo frequentando a todos os Serviços e Atividades propostas para os quais fui encaminhado;
- (E) Não desejo acessar e frequentar aos demais Serviços e Atividades para os quais sou encaminhado;

15) Com relação à Proteção Social Básica, quantas vezes durante o último Ano (12 meses) você ou alguém de sua família compareceu às Unidades C.R.A.S de seu município e acessou – de modo geral – aos Serviços, Orientações, Encaminhamentos, Programas Sociais, Benefícios Sócioassistenciais e demais Atividades disponibilizadas?

- (A) Nenhuma vez;
- (B) De 1 a 3 vezes durante o último ano;

- (C) De 4 a 6 vezes durante o último ano;
- (D) De 7 a 9 vezes durante o último ano;
- (E) De 10 a 12 vezes durante o último ano;
- (F) De 13 a 15 vezes durante o último ano;
- (G) Mais que 15 vezes durante o último ano;

16) Com relação aos Benefícios Eventuais de Caráter Emergencial previstos pela L.O.A.S., quantas vezes durante o último Ano (12 meses) você ou alguém de sua família recebeu Transferência de Renda ou Cesta Alimentação ofertados por uma Unidade CRAS em seu município?

- (A) Nenhuma vez;
- (B) De 1 a 2 vezes durante o último ano;
- (C) De 3 a 4 vezes durante o último ano;
- (D) De 5 a 6 vezes durante o último ano;
- (E) De 7 a 8 vezes durante o último ano;
- (F) De 9 a 10 vezes durante o último ano;
- (G) Mais que 10 vezes durante o último ano;

17) Você ou alguém de sua família conhece algumas das Plataformas ou Instituições citadas abaixo que frequentemente disponibilizam informações sobre Vagas de Emprego e sobre o Mercado de Trabalho de sua cidade e Região? (Esta questão admite mais de uma marcação).

- (A) Redes Sociais diversas sobre “Vagas de Emprego” e “Mercado de Trabalho”
- (B) Agências Privadas de Emprego;
- (C) Portal – Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- (D) P.A.T. – Posto de Atendimento ao Trabalhador;
- (E) Programas de Estágio (Setor Público e Setor Privado);
- (F) Programa Jovem Aprendiz;
- (G) C.I.E.E. – Centro de Integração Empresa Escola;
- (H) Guarda Mirim de Itapetininga;
- (I) FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo;
- (J) Outros.
- (K) Até o presente momento não tive contato com nenhuma das Plataformas citadas.

18) Você ou alguém de sua família já acessaram algumas das Plataformas, Instituições ou Modalidades citadas á baixo que disponibilizam Cursos ou outros Métodos para Conclusão da Escolaridade? (Esta questão admite mais de uma marcação):

- (A) Ensino Fundamental E.J.A. – Modalidade E.a.D. (1ª à 4ª Série em Instituição Pública ou Privada de Ensino);
- (B) Ensino Fundamental E.J.A. – Modalidade E.a.D. (5ª à 8ª Série em Instituição Pública ou Privada de Ensino);
- (C) Ensino Médio E.J.A. – Modalidade E.a.D. (1ª à 3ª Série em Instituição Pública ou Privada de Ensino);
- (D) Ensino Fundamental E.J.A. – Modalidade Presencial (1ª à 4ª Série em Instituição Pública ou Privada de Ensino);
- (E) Ensino Fundamental E.J.A. – Modalidade Presencial (5ª à 8ª Série em Instituição Pública ou Privada de Ensino);
- (F) Ensino Médio E.J.A. – Modalidade Presencial (1ª à 3ª Série em Instituição Pública ou Privada de Ensino);
- (G) Provas - E.N.C.C.E.J.A. para Conclusão do Ensino Fundamental (1ª à 8ª Série);
- (H) Provas - E.N.C.C.E.J.A. para Conclusão do Ensino Médio (1ª à 3ª Série);
- (I) Exame Nacional do Ensino Médio – E.N.E.M. (Forma de Avaliação para certificação de Conclusão do Ensino Médio);
- (J) Até o presente momento nunca tive contato com nenhuma das Plataformas citadas.

19) Você ou alguém de sua família já acessaram algumas das atividades citadas abaixo às quais foram encaminhados (as) através de uma Unidade CRAS? (Esta questão admite mais de uma marcação):

- (A) Oficinas sobre temas diversificados;
- (B) Cursos rápidos (Cursos de curta duração e não aprofundados);
- (C) Cursos básicos (Cursos de média duração que, muitas vezes, não desenvolvem práticas aliadas aos conhecimentos teóricos ministrados);
- (D) Cursos preparatórios para o primeiro acesso ao Mercado de Trabalho formal;
- (E) Cursos de Marketing Pessoal / Desenvolvimento Pessoal;
- (F) Cursos Profissionalizantes (Cursos que promovem o aprendizado teórico e prático, aprofundando conhecimentos e habilidades exigidos, possibilitando aos alunos o exercício efetivo de uma Profissão);

- (G) Cursos Técnicos (Cursos subsequentes ao Ensino Médio que possuem como finalidade central capacitar alunos através da transmissão de conhecimentos práticos-teóricos, tornando-os aptos para assumirem funções diversas no Setor Industrial [Produtivo]);
- (H) Cursos Universitários (Primeira Graduação);
- (I) Outras oficinas ou cursos não citados.
- (J) Até o presente momento nunca acessei nenhuma das Plataformas citadas.

20) Você ou alguém de sua família já acessaram algumas das Instituições Públicas de Ensino Profissionalizante, Técnico ou Universitário no Município de Itapetininga citadas a seguir? (Esta questão admite mais de uma marcação):

- (A) Não, nunca acessei, obtive informações ou frequentei nenhuma das Instituições de Ensino até o presente momento;
- (B) Escola Técnica Estadual – ETEC I;
- (C) Escola Técnica Estadual – ETEC II;
- (D) Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC;
- (E) Instituto Federal do Estado de São Paulo – I.F.S.P.;
- (F) Universidade Aberta do Brasil – U.A.B. (Polo Itapetininga, o qual oferta diversos cursos de outras Instituições de Ensino na modalidade E.a.D., Semipresencial e Presencial);
- (G) Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Univesp (Polo Universidade Aberta do Brasil – U.A.B.);
- (H) Universidade Federal Tecnológica do Paraná – U.T.F.P.R. (Polo Universidade Aberta do Brasil – U.A.B.);
- (I) Guarda Mirim de Itapetininga;
- (J) Outras instituições Educacionais de Direito Público.

21) Você ou alguém de sua família já acessaram algumas das Instituições Privadas (Que oferecem bolsas estudantis Parciais ou Integrais atreladas a Administração Pública), O.N.G.'s ou Projetos Sociais citadas a seguir e que ofertam Ensino Profissionalizante, Técnico ou Universitário no Município de Itapetininga? (Esta questão admite mais de uma marcação):

- (A) Não, nunca obtive informações, acessei ou frequentei nenhuma das Instituições de Ensino até o presente momento;

- (B) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
- (C) Centro Educacional Profissionalizante Municipal – CEPROM (Vinculado ao SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial);
- (D) Instituto Itapetiningano de Ensino Superior – I.I.E.S.;
- (E) Universidade Norte do Paraná – UNOPAR;
- (F) Faculdade Sudoeste Paulista – UNIFSP;
- (G) Universidade – ANHANGUERA;
- (H) Centro Universitário Internacional – UNINTER;
- (I) Faculdades Integradas de Itapetininga – F.K.B. (Fundação Karnig Bazarian);
- (J) Outras instituições Educacionais de Direito Privado.

22) Você ou alguém de sua família já acessaram alguns dos Programas Educacionais para Incentivo à Graduação em cursos Universitários citados a seguir e implantados em diferentes instituições de Ensino no Município de Itapetininga? (Esta questão admite mais de uma marcação):

- (A) Não, nunca obtive informações, acessei ou frequentei nenhum dos Programas Educacionais para Incentivo à Graduação em cursos Universitários até o presente momento;
- (B) Sistema de Seleção Unificada (SISU) desenvolvido pelo Ministério de Educação – M.E.C. o qual, através da análise de notas atribuídas por intermédio do Exame Nacional do Ensino Médio - E.N.E.M., seleciona estudantes e lhes oferta percentual de vagas para inclusão em Instituições públicas de Ensino Superior que adotaram o E.N.E.M. como método de seleção em substituição aos respectivos vestibulares;
- (C) Bolsa de Estudos (Integral ou Parcial) vinculada ao Programa Universidade para Todos – PROUNI (Acessado através de avaliação de desempenho acadêmico mensurado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio de acordo com Critérios previamente estabelecidos pelo M.E.C. – Ministérios da Educação);
- (D) Financiamento Estudantil (Integral ou Parcial) vinculado Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – F.I.E.S. (Acessado através de avaliação de desempenho acadêmico mensurado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio de acordo com Critérios previamente estabelecidos pelo M.E.C. – Ministérios da Educação);
- (E) Bolsas integrais / parciais ou Financiamento Estudantil ofertados diretamente pelas próprias Instituições Privadas de Ensino Superior;

(F) Programas de Inclusão Educacional da Iniciativa Privada que ofertam Bolsas de estudo para diversas modalidades de ensino, como: Programa “Educa mais Brasil”; Programa “Quero Bolsa”; etc.

(G) Oferecimento de Bolsa Integral ou Parcial através do Programa “Escola da Família”;

(H) Outros Programas Educacionais para Incentivo à Graduação em cursos Universitários.

23) De acordo com sua opinião, aponte abaixo o nível de importância para você e para a sociedade no que diz respeito a interferência do grau de Escolaridade para obtenção do primeiro emprego ou recolocação no mercado de trabalho (Atenção: O menor valor numérico significa *Nenhuma Importância*. Já o maior valor significa *Extrema Importância*).

(A) 0; (B) 1; (C) 2; (D) 3 (E) 4; (F) 5;

24) De acordo com sua opinião, aponte abaixo o grau de importância para você e para a sociedade no que diz respeito a formação continuada e a profissionalização para obtenção do primeiro emprego ou recolocação no mercado de trabalho (Atenção: O menor valor numérico significa *Nenhuma Importância*. Já o maior valor significa *Extrema Importância*).

(A) 0; (B) 1; (C) 2; (D) 3 (E) 4; (F) 5;

APÊNDICE C – “MODELO INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.”

Título – Questionário: “Questionário socioeconômico” e “Questionário sobre Direitos Sócioassistenciais no município de Itapetininga – SP”.

Itapetininga, ____ de _____ de _____.

Título - Monografia: “Os Benefícios Eventuais sócioassistenciais de caráter emergencial previstos na L.O.A.S. como instrumento de garantia de direitos e os consensos administrativos e sociais sobre sua aplicação: uma análise sobre a temática no município de Itapetininga”.

Problematização da temática (Objetivo geral e específico): Em regra, quais são os perfis sociais dos denominados “usuários” do S.U.A.S. que acessam e se utilizam dos benefícios eventuais de caráter emergencial fornecidos pelos órgãos municipais de assistência social para suprir determinadas necessidades fundamentais e dos demais serviços ofertados dentro das unidades de proteção social básica, os quais visam o pleno desenvolvimento pessoal e profissional dos beneficiários deste sistema, bem como objetivam o rompimento do indivíduo com o sentimento de dependência do Estado?

O Questionário - o qual apresenta a ação finalística de prover sustentação substancial aos conceitos centrais e perspectivas hipotéticas descritos na monografia de acordo com a realidade investigada – fora elaborado especificamente para atender às demandas da pesquisa em tela. Por sua vez, este é composto por dois blocos distintos e sequenciais de perguntas.

Seção I – “Questionário socioeconômico individualizado”:

Este primeiro bloco prevê uma série de perguntas baseadas originalmente no formulário regulamentado proposto pelo Cadastro Único para programas sociais (Este último, projetado pelo M.D.S. e difundido amplamente em todo território nacional, sendo operacionalizado e aplicado nas esferas municipais de atuação onde se encontram descentralizados os órgãos atrelados ao S.U.A.S.), calhando como sustentáculo para a caracterização dos perfis socioeconômicos, familiares, estruturais, habitacionais e educacionais em que se encontram os entrevistados atingidos por esta pesquisa.

Seção II – “Questionário sobre Direitos Sócioassistenciais no município de Itapetininga – SP”:

Já o segundo bloco supramencionado traz questões que visam identificar o nível de conhecimento e compreensão da população Itapetiningana de modo geral sobre os Direitos Sociais, sobre as políticas públicas sócioassistenciais, sobre os órgãos municipais que compõem o S.U.A.S. e os serviços de Proteção Social Básica, sobre os serviços e atividades desenvolvidos por estes órgãos, sobre a concessão de benefícios eventuais de caráter emergencial vinculados a estas unidades P.S.B. e sobre os demais órgãos e instituições existentes no município (Integrantes da rede pública intersetorial, bem como dos segundos e terceiros setores da economia) - que em muitas ocasiões auxiliam a compor o quadro de mecanismos para provimento dos direitos sociais estabelecidos.

Portanto, este segundo bloco visa coletar informações críticas e opiniões dos munícipes para compreender como ocorrem os dinamismos das políticas públicas sócioassistenciais nesta cidade sob as perspectivas de seus usuários, bem como identificar como os cidadãos acessam e compreendem as demais atividades e serviços em que são inseridos para ampliação de sua autonomia e desenvolvimento a fim de que rompam o vínculo de total dependência estatal muitas vezes observado.

No que tange aos constructos difundidos sobre este instrumento, DUTRA (2001 apud TORRES et al, 2016) destaca racionalmente que a utilização da Metodologia de pesquisa baseada em aplicação de questionários a determinado público alvo prevê a adoção de mecanismos capazes de promoverem a correlação entre os objetivos e informações que se almejam alcançar e a confiabilidade dos instrumentos que possibilitarão sua captação.

Neste contexto, STREINER (2014 apud TORRES et al, 2016) defende a perspectiva de que, independentemente da modalidade instrumentalizada aplicável, as análises para validação de um estudo ou pesquisa devem garantir a confiabilidade das afirmativas, hipóteses e conclusões que se deseja obter através da confirmação de dados pertinentes à realidade manifestada por um questionário, por exemplo.

“Dentre os diferentes tipos de validade, este trabalho se foca em uma validação de conteúdo. A validade de conteúdo indica se os itens do questionário abrangem adequadamente todos os aspectos importantes e relevantes do problema que está sendo investigado. ” (TORRES E FERMAN; 2016, Pág. 203).

Visando-se a validação de conteúdo do questionário, TORRES (Et al, 2016) verbaliza a necessária e prévia seleção de técnicos identificados que apresentem determinado grau de conhecimento e especialização na área temática que se objetiva explorar, os quais deverão realizar uma avaliação criteriosa sobre a construção do instrumental empregado.

Deste modo, cada especialista selecionado nesta etapa recebe para apreciação um protótipo do questionário e documentos norteadores sobre a estruturação do pré-projeto e sobre a monografia propriamente dita, os quais enumerarão em seu conteúdo os seguintes elementos: tema; título; breve introdução; problematização da questão de pesquisa; justificativa, objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa; procedimentos metodológicos; e principais referências bibliográficas correlatas ao tema.

“Cada especialista recebeu um protótipo do questionário de avaliação das forças competitivas e do grau de competição do mercado voluntário de validação de projetos de GEE e um instrumento de validação cujas respostas constituem o registro do seu julgamento”. (TORRES E FERMAN; 2016, Pág. 203).

Ademais, as referidas documentações permitirão aos especialistas avaliadores estabelecerem diretrizes comparativas entre as propostas e objetivos do estudo acadêmico em tela e a formulação do questionário para estas finalidades, estimulando atestar a fidedignidade de seu embasamento teórico e prático. Estes por sua vez, emitirão suas considerações finais sobre o questionário de acordo com parâmetros do projeto e com a viabilidade de sua aplicação.

A metodologia utilizada para validação de conteúdo do questionário demandou a elaboração de um instrumento para julgamento deste, direcionado aos especialistas, com o objetivo de operacionalizar a avaliação dos núcleos e suas respectivas questões. Inicialmente o instrumento dos especialistas avaliou as questões contidas nos núcleos do questionário e no final foi feita uma avaliação do questionário globalmente. (TORRES E FERMAN; 2016, Pág. 203).

Outrossim, sobre estas mesmas perspectivas, OXMAN E GUYATT (1991 apud TORRES et al, 2016) destacam a formulação de uma plataforma sistêmica e simplificada de avaliação que vise uma avaliação crítica por parte dos especialistas previamente definidos para esta tarefa.

“Todo instrumento usado para avaliação crítica de estudos deve sistematizar critérios de julgamento, em uma sequência de itens de fácil compreensão, apresentados de forma breve, clara e com vocábulos apropriados, para que as respostas obtidas.” (OXMAN e GUYATT, 1991; apud TORRES et al; 2016, Pág. 203).

À vista de todos os pressupostos supramencionados, constrói-se a concepção de um quadro definido onde são estabelecidas indagações pertinentes à estruturação e objetivos do questionário referenciado. Através deste quadro, visa-se obter as afirmativas dos avaliadores especializados (Os quais foram previamente selecionados) sobre cada elemento que deverá compor o questionário elaborado, evidenciando para tal um checklist com os itens que deverão ser assinalados para que se certifique a legitimidade e a aplicabilidade do referido instrumento de coleta de dados.

Desta maneira, expõem-se o seguinte quadro em formato de checklist que compreende 15 questões substanciais que embasarão o referencial para avaliação a ser realizada por cada um dos especialistas previamente selecionados para essa etapa de validação do instrumento evidenciado.

Quadro 1: “Checklist para validação e certificação da aplicabilidade do questionário”.

Especialistas Responsável: _____.		
Data: ____ / ____ / ____.		
Características, requisitos e itens do questionário a serem analisados:	Satisfatório:	Não satisfatório:
1) Contextualização do tema descrito na Monografia no conteúdo referenciado na Seção I e Seção II do Questionário respectivamente.		
2) Correlação do referencial teórico e do desenvolvimento do tema com as indagações aplicadas no Questionário.		
3) Compreensão e clareza das indagações discriminadas no conteúdo da Seção I (Questionário socioeconômico individualizado).		

4) Compreensão e clareza das indagações discriminadas no conteúdo da Seção II (Questionário sobre Direitos Sócioassistenciais no município de Itapetininga).		
5) Forma proposta para aplicação primária deste Questionário através da utilização de ferramentas e plataformas informatizadas onde o desenvolvimento do Formulário fora concluído.		
6) Edição do Texto do questionário de acordo com norma Padrão de Formatação aplicada a trabalhos acadêmicos para conclusão de curso – Monografia.		
7) Identificação no questionário dos diversos conceitos expressos na Monografia e fundamentados bibliograficamente em seu conteúdo.		
8) Potencial do questionário para atingir as metas e finalidades a que se propõem inicialmente.		
9) Potencial do questionário para se tornar Instrumento substancial de pesquisas, projetos e trabalhos acadêmicos correlatos à temática a serem implementados futuramente.		
10) <i>[Questão específica relacionada ao tema da Monografia desenvolvida]</i> Identificação de diferentes perspectivas individualizadas e das comunidades locais como um todo no que tange ao acesso e ao desenvolvimento das políticas públicas sócioassistenciais.		
11) <i>[Questão específica relacionada ao tema da Monografia desenvolvida]</i> Identificação de consensos dos cidadãos e comunidades locais sobre o emprego de Benefícios		

Eventuais de carácter transitório (Para superação de vulnerabilidades temporárias) previstos na L.O.A.S.		
12) [Questão específica relacionada ao tema da Monografia desenvolvida] Identificação de consensos dos cidadãos e comunidades locais sobre as demais estratégias aplicadas pelos órgãos de Proteção Social Básica – P.S.B. que concorrem paralelamente a própria concessão destes Benefícios Eventuais.		
13) [Questão específica relacionada ao tema da Monografia desenvolvida] Identificação de consensos dos cidadãos e comunidades locais sobre a elaboração continuada de projetos de enfrentamento à pobreza que apresentam como finalidade o desenvolvimento da autonomia e a profissionalização do indivíduo.		
14) [Questão específica relacionada ao tema da Monografia desenvolvida] Identificação no teor do formulário de perguntas das principais fundamentações legalistas que contribuíram para o desenvolvimento do Questionário: I – Constituição Federal brasileira (C.F.-1988); II – Lei Orgânica de Assistência Social (L.O.A.S.); III – Sistema Único de Assistência Social (S.U.A.S.); etc.		
15) Potencial do Questionário para validação da aplicabilidade ao público-alvo da Pesquisa em tela.		

Fonte: Nanini, 2020.

ATESTADO DE VALIDAÇÃO E APLICABILIDADE DO FORMULÁRIO:

Mediante a utilização do **Quadro 1: “Checklist para validação e certificação da aplicabilidade do questionário”** (o qual servira de base norteadora para a

avaliação da viabilidade do formulário supramencionado) e conforme os resultados apresentados após essa avaliação, eu, _____, **brasileiro (a)**, _____ **anos, residente no município de** _____ – **SP**, graduado em _____ pela Universidade _____, especialista em _____, Assistente Social lotado no cargo de _____ na Empresa / Secretaria / Setor _____, docente do curso de _____ pela Universidade _____ – campus _____, inscrito no Conselho Regional de _____ de São Paulo sob o **CRESS de nº:** _____, declaro e atesto para as devidas finalidades cabíveis, validações do instrumental citado e posteriores aplicações correlatas ao público alvo desta pesquisa (Objetivando subsidiar a Monografia em destaque com dados captados através desta intervenção sobre a realidade), que o

“Questionário

_____”
 desenvolvido pelo discente _____ (**Pós-Graduando em curso de especialização em** _____ **ofertado pela Universidade** _____) atinge efetivamente os requisitos, objetivos e justificativas propostos de acordo com temática expressa pelo conteúdo da referida monografia.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente para que surte seus efeitos aplicáveis.

Itapetininga, ___ de _____ de _____.
Especialista: _____.
Profissão / Cargo: _____.
CRESS: ____ . ____ .

ANEXOS

ANEXO A: FORMULÁRIO AVULSO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO E DA FAMÍLIA (CADASTRO ÚNICO / MDS – F2.01)

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:						PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z						
Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social Secretaria Nacional de Renda de Cidadania Departamento do Cadastro Único					Formulário Avulso 1 Identificação do Domicílio e da Família F2.01	
1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE						
1.01 - Código familiar	1.02 - UF	1.03 - Município	1.04 - Distrito	1.05 - Subdistrito	1.06 - Setor censitário	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
1.07 - Modalidade da operação	1.08 - Forma de coleta de dados	1.09 - Formulário(s) preenchido(s)			1.10 - Data da entrevista	
<input type="checkbox"/> 1 - Inclusão <input type="checkbox"/> 2 - Alteração	<input type="checkbox"/> 1 - Sem visita domiciliar <input type="checkbox"/> 2 - Com visita domiciliar	<input type="checkbox"/> 0 - Principal <input type="checkbox"/> 2 - Avulso 2 <input type="checkbox"/> 1 - Avulso 1 <input type="checkbox"/> 3 - Suplementar(es) nº(s)			<input type="text"/> / <input type="text"/> / 20 <input type="text"/> <input type="text"/> Dia Mês Ano	
ENDEREÇO DA FAMÍLIA						
1.11 - Localidade (bairro, povoado, vila, etc.)		<input type="text"/>				
Logradouro (tipo, título, nome)		<input type="text"/>				
1.12 - Tipo (rua, avenida, garapé, etc.)		<input type="text"/>				
1.13 - Título (geral, santa, pintor, etc.)		<input type="text"/>				
1.14 - Nome		<input type="text"/>				
1.15 - Número		1.16 - Complemento do número (s/nº, km, A, FUNASA, SUCAM, etc.)				
<input type="text"/>		<input type="text"/>				
1.17 - Complemento adicional (apartamento, casa, sobrado, fundos, bloco, lote, quadra, etc.)		<input type="text"/>				
<input type="text"/>		<input type="text"/>				
		1.18 - CEP <input type="text"/> - <input type="text"/>				
1.19 - Unidade territorial local						
a) Código	b) Descrição					
<input type="text"/>	<input type="text"/>					
1.20 - Referência para localização						
<input type="text"/>						
ENTREVISTADOR						
1.21 - Nome		<input type="text"/>				
<input type="text"/>		<input type="text"/>				
1.22 - CPF do entrevistador		Assinatura do entrevistador				
<input type="text"/>		<input type="text"/>				
1.23 - Observações						
<input type="text"/>						
Assinatura do representante da prefeitura/orgão responsável pelo cadastramento						
<input type="text"/>						

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA
DESTA FORMA: X

2 - CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO (Não preencher para famílias em situação de rua)	
<p>2.01 - O local onde está situado o seu domicílio tem, na maioria, características:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Urbanas <input type="checkbox"/> 2 - Rurais</p>	<p>2.08 - Qual é a forma de abastecimento de água utilizada no seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Rede geral de distribuição</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - Poço ou nascente</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - Cisterna</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - Outra forma</p>
<p>2.02 - Qual é a espécie do seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Particular permanente</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - Particular improvisado</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - Coletivo</p> <p style="text-align: right;">Passar ao 3.01</p>	<p>2.09 - No seu domicílio ou na propriedade existe banheiro ou sanitário?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - Não Passar ao 2.11</p>
<p>2.03 - Quantos cômodos tem seu domicílio?</p> <p style="text-align: center;"> </p>	<p>2.10 - De que forma é feito o escoamento do banheiro ou sanitário?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Rede coletora de esgoto ou pluvial</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - Fossa séptica</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - Fossa rudimentar</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - Vaia a céu aberto</p> <p><input type="checkbox"/> 5 - Direto para um rio, lago ou mar</p> <p><input type="checkbox"/> 6 - Outra forma</p>
<p>2.04 - Quantos cômodos estão servindo, permanentemente, de dormitório para os moradores do seu domicílio?</p> <p style="text-align: center;"> </p>	<p>2.11 - O lixo do seu domicílio:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - É coletado diretamente</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - É coletado indiretamente</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - É queimado ou enterrado na propriedade</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)</p> <p><input type="checkbox"/> 5 - É jogado em rio, lago ou mar</p> <p><input type="checkbox"/> 6 - Tem outro destino</p>
<p>2.05 - Qual é o material predominante no piso do seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Terra</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - Cimento</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - Madeira aproveitada</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - Madeira aparelhada</p> <p><input type="checkbox"/> 5 - Cerâmica, lajota ou pedra</p> <p><input type="checkbox"/> 6 - Carpete</p> <p><input type="checkbox"/> 7 - Outro material</p>	<p>2.12 - Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Elétrica com medidor próprio</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - Elétrica com medidor comunitário</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - Elétrica sem medidor</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - Óleo, querosene ou gás</p> <p><input type="checkbox"/> 5 - Vela</p> <p><input type="checkbox"/> 6 - Outra forma</p>
<p>2.06 - Qual é o material predominante na construção das paredes externas do seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Alvenaria/tijolo com revestimento</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - Alvenaria/tijolo sem revestimento</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - Madeira aparelhada</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - Taipa revestida</p> <p><input type="checkbox"/> 5 - Taipa não-revestida</p> <p><input type="checkbox"/> 6 - Madeira aproveitada</p> <p><input type="checkbox"/> 7 - Palha</p> <p><input type="checkbox"/> 8 - Outro material</p>	<p>2.13 - Existe calçamento/pavimentação no trecho do logradouro (rua, avenida, etc.), em frente ao seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Total <input type="checkbox"/> 2 - Parcial <input type="checkbox"/> 3 - Não existe</p>
<p>2.07 - O seu domicílio tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não</p>	
3 - FAMÍLIA (Observe os conceitos de morador e de família na contracapa do formulário)	
<p>3.01 - A família é indígena?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não - Passar ao 3.05</p>	
<p>3.02 - A que povo indígena pertence a família?</p> <p>_____</p>	
<p>3.03 - A família reside em terra ou reserva indígena?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não - Passar ao 3.07</p>	
<p>3.04 - Qual é o nome da terra ou reserva indígena?</p> <p>_____</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - Não sabe Passar ao 3.07</p>	

Formulário Avulsos 1
CADÚNICO - F2.01

31.440 v005

ANEXO B: FORMULÁRIO AVULSO 2 – IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA (CADASTRO ÚNICO / MDS – F2.02)

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:												PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X	
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z													
Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social Secretaria Nacional de Renda de Cidadania Departamento do Cadastro Único										Formulário Avulso 2 Identificação da Pessoa F2.02			
1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE													
1.01 - Código familiar				1.02 - UF		1.03 - Município		1.04 - Distrito		1.05 - Subdistrito		1.06 - Setor censitário	
1.07 - Modalidade da operação				1.08 - Forma de coleta de dados		1.09 - Formulário(s) preenchido(s)				1.10 - Data da entrevista			
<input type="checkbox"/> 1 - Inclusão <input type="checkbox"/> 2 - Alteração				<input type="checkbox"/> 1 - Sem visita domiciliar <input type="checkbox"/> 2 - Com visita domiciliar		<input type="checkbox"/> 0 - Principal <input type="checkbox"/> 2 - Avulso 2 <input type="checkbox"/> 1 - Avulso 1 <input type="checkbox"/> 3 - Suplementar(es) nº(s)				/ / 20 / Dia Mês Ano			
ENDEREÇO DA FAMÍLIA													
1.11 - Localidade (bairro, povoado, vila, etc.)													
Logradouro (tipo, título, nome)													
1.12 - Tipo (rua, avenida, igarapé, etc.)													
1.13 - Título (geral, santa, pintor, etc.)													
1.14 - Nome													
1.15 - Número													
1.16 - Complemento do número (s/nº, km, A, FUNASA, SUCAM, etc.)													
1.17 - Complemento adicional (apartamento, casa, sobrado, fundos, bloco, lote, quadra, etc.)													
1.18 - CEP													
1.19 - Unidade territorial local													
a) Código													
b) Descrição													
1.20 - Referência para localização													
ENTREVISTADOR													
1.21 - Nome													
1.22 - CPF do entrevistador													
Assinatura do entrevistador													
1.23 - Observações													
Assinatura do representante da prefeitura/órgão responsável pelo cadastramento													

 Formulário Avulso 2
 CADÚNICO - F2.02

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA
DESTA FORMA:

4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

4.01 - Número de ordem <input type="text"/>	4.02 - Nome completo <input type="text"/> <input type="text"/>
4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP) <input type="text"/>	4.04 - Apellido/Nome Social <input type="text"/>
4.05 - Sexo <input type="checkbox"/> 1 - Masculino <input type="checkbox"/> 2 - Feminino	4.06 - Data de nascimento Dia <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/> Ano <input type="text"/> <input type="text"/>
4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF <input type="checkbox"/> 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF <input type="checkbox"/> 5 - Neto(a) ou bisneto(a) <input type="checkbox"/> 9 - Genro ou nora <input type="checkbox"/> 2 - Cônjuge ou companheiro(a) <input type="checkbox"/> 6 - Pai ou mãe <input type="checkbox"/> 10 - Outro parente <input type="checkbox"/> 3 - Filho(a) <input type="checkbox"/> 7 - Sogro(a) <input type="checkbox"/> 11 - Não parente <input type="checkbox"/> 4 - Enteado(a) <input type="checkbox"/> 8 - Irmão ou irmã	
4.08 - Cor ou raça <input type="checkbox"/> 1 - Branca <input type="checkbox"/> 2 - Preta <input type="checkbox"/> 3 - Amarela <input type="checkbox"/> 4 - Parda <input type="checkbox"/> 5 - Indígena	
4.09 - Nome completo da mãe <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="checkbox"/> 2 - Não sabe	
4.10 - Nome completo do pai <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="checkbox"/> 2 - Não sabe	
4.11 - Onde (nome) nasceu? <input type="checkbox"/> 1 - Neste município - Passo ao 4.15 <input type="checkbox"/> 2 - Em outro município <input type="checkbox"/> 3 - Em outro país - Passo ao 4.14	
4.12 - Em que estado (nome) nasceu? <input type="text"/> <input type="checkbox"/> 2 - Não sabe	
4.13 - Em que município (nome) nasceu? <input type="text"/> <input type="checkbox"/> 2 - Não sabe Passo ao 4.15	
4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu? <input type="text"/> <input type="checkbox"/> 2 - Não sabe	
4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil? <input type="checkbox"/> 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento e/ou de Casamento <input type="checkbox"/> 3 - Não <input type="checkbox"/> 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento nem de casamento <input type="checkbox"/> 4 - Não sabe ↳ Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3 ↳ Se não tem RANI, passe ao 6.01	

Formulário Avulso 2
CADÚNICO - F2.02

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA
DESTA FORMA:**5 - DOCUMENTOS****5.01 - Tipo e dados da Certidão**a) Tipo 1 - Nascimento 2 - Casamento 3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Data do registro:

Dia Mês Ano

Para certidões emitidas a partir de 01/01/2010, passe ao item 6

3 - Número do livro

4 - Número da folha

5 - Número do termo/RANI

6 - Matrícula

7 - Estado de registro

8 - Município de registro

5.02 - Número de inscrição do CPF - **5.03 - Dados do documento de identidade (RG)**1 - Número 2 - Complemento

3 - Data da emissão

Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5 - Sigla do órgão emissor

5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social

1 - Número

2 - Série

3 - Data da emissão

Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5.05 - Dados do Título de Eleitor

1 - Número

2 - Zona

3 - Seção

6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, bancar, etc.)

 1 - Sim 2 - Não - Passe ao 7.01

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem?

(Este quesito admite múltipla marcação)

 1 - Cegueira 3 - Surdez severa/profunda 5 - Deficiência física 7 - Síndrome de Down 2 - Baixa visão 4 - Surdez leve/moderada 6 - Deficiência mental ou intelectual 8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros?

(Este quesito admite múltipla marcação)

 1 - Não 3 - Sim, de cuidador especializado 5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial 2 - Sim, de alguém da família 4 - Sim, de vizinho 6 - Sim, de outra formaFormulário Avulso 2
CADÚNICO - F2.02

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA
DESTA FORMA: X

7.10 - Qual foi o último ano/séie que (nome) concluiu com aprovação nesse curso que frequentou?

- 1 - Primeiro(a) 3 - Terceiro(a) 5 - Quinto(a) 7 - Sétimo(a) 9 - Nonoa(a)
 2 - Segundo(a) 4 - Quarto(a) 6 - Sexto(a) 8 - Oitavo(a) 10 - Curso não-seriado

7.11 - (Nome) concluiu esse curso que frequentou?

- 1 - Sim 2 - Não

8 - TRABALHO E REMUNERAÇÃO

(para pessoas de 14 anos de idade ou mais. Os itens 2 e 4 do quesito 8.09 são para pessoas de todas as idades.)

8.01 - Na semana passada (nome) trabalhou?

- 1 - Sim - Passe ao 8.03 2 - Não

8.02 - Na semana passada (nome) estava afastado de um trabalho, por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo?

- 1 - Sim 2 - Não - Passe ao 8.05

Caso tenha mais de um trabalho, considere como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana

8.03 - Esse trabalho principal que (nome) exerceu foi na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)?

- 1 - Sim 2 - Não

8.04 - Nesse trabalho principal (nome) em:

- 1 - Trabalhador por conta própria (tíico, autônomo) 7 - Trabalhador não-remunerado
 2 - Trabalhador temporário em áreas rural 8 - Militar ou servidor público
 3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada 9 - Empregador
 4 - Empregado com carteira de trabalho assinada 10 - Estagiário
 5 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada 11 - Aprendiz
 6 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho?

(Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)

 ,00

- 0 - Não recebeu

8.06 - (Nome) teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?

- 1 - Sim 2 - Não - Passe ao 8.09

8.07 - Quantos meses trabalhou nesse período?

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período?

 ,00

8.09 - Quanto (nome) recebe, normalmente, por mês de:

- 1 - Ajuda/doação regular de não morador ,00 0 - Não recebe
 2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS ,00 0 - Não recebe
 3 - Seguro-desemprego ,00 0 - Não recebe
 4 - Pensão alimentícia ,00 0 - Não recebe
 5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares ,00 0 - Não recebe

Formulário Avulso 2
CADÚNICO - F2.02